

Quem é Quem?

na Advocacia de Negócios
em Portugal

2024



 O Jornal
Económico

O conhecimento transforma.

POTENCIE A SUA CARREIRA

PÓS-GRADUAÇÕES EM DIREITO



CATÓLICA
FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO



Arbitragem Internacional, Mediação
Internacional e
Online Dispute Resolution (ODR)

Direito Administrativo

Direito da Saúde

Direito das Sociedades Comerciais

Direito do Trabalho e da
Segurança Social

Direito dos Mais Velhos

Direito dos Valores Mobiliários
e Direito Bancário

Direito e Tecnologia

Direito Imobiliário

Interdisciplinar em Direitos Humanos

Negociação, Mediação e Resolução
de Conflitos

Organização e Gestão no Futebol
Profissional

CANDIDATURAS

candidaturas.porto@ucp.pt

☎ 939 450 000 / 939 450 012



SAIBA MAIS
FD.PORTO.UCP.PT

Ficha técnica

Propriedade

Media9Par, S.A.

Diretor

André Macedo

Subdiretores

Lígia Simões
e Ricardo Santos Ferreira

Redação

André Cabrita-Mendes, Almerinda Romeira, Bianca Marques, Inês Amado, Inês Correia Botelho, Inês Pinto Miguel, João Barros, José Carlos Lourinho, Lígia Simões, Maria Teixeira Alves e Rodolfo Alexandre Reis

Área Comercial

Rui Nunes (Head of Digital & New Projects), Manuel Geraldes (Head of Digital & New Projects), Filipa Avellez (Head of Branded Content & Events), Cristina Ribeiro, Ana Catarina, Cristina Marques, Elsa Soares e Isabel Silva

Fotografia

Cristina Bernardo, Lusa, Reuters e Unsplash

Tratamento de imagem

Fábio Gomes

Design e Paginação

Gonçalo Sena, Rute Marcelino (coordenadora)

Impressão

Jorge Fernandes, Lda

Revista distribuída com

O Jornal Económico nº 2280
de 13 de dezembro de 2024

Sede e Redação

Edifício Tecnologia, 4.1, 71 a 74,
2740-122 Porto Salvo.
Tel. 217 655 300

Mudança, desafios e oportunidades



Por Ricardo Santos Ferreira
Subdiretor do Jornal Económico



Se há uma palavra que pode definir a evolução da advocacia de negócios em Portugal neste ano que está a terminar ela é mudança. As alterações às regras que estabelecem o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais começou a alterar o quadro em que as sociedades de advogados operam.

A multidisciplinaridade ou, pelo menos, uma maior integração entre diferentes setores é um desafio, mas também uma oportunidade, e estas duas palavras poderão definir o ano de 2025.

Os desafios – e as oportunidades – não se limitam à forma como as sociedades se organizam e como se apresentam ao mercado, mas também à oferta de serviços que conseguem estruturar, e aqui a condição essencial será o investimento, especial-

mente em tecnologia, seja no aprofundamento dos processos de digitalização, na construção e estabilização de redes ou na adoção da inteligência artificial.

As soluções que as sociedades encontrarem para conseguirem responder aos desafios que se colocam também vão definir o mercado, porque há projetos que vão requerer maior massa crítica.

O enquadramento em que as sociedades desenvolvem a sua atividade também constitui um desafio, porque se mantêm, ainda, focos de tensão geopolítica, com conflitos de elevada intensidade em curso, verifica-se um retrocesso no processo de globalização e há ameaças claras de guerras comerciais. Na Europa, a economia está estagnada, sem que se vislumbre um caminho de recuperação, e manifesta-se instabilidade política nos maiores mercados.

É difícil ficar imune a este quadro.

Mas as taxas de juro deverão continuar a cair e há possibilidade de os conflitos se resolverem ou esmorecerem, abrindo a porta a um maior crescimento. E quem estiver preparado, terá melhores probabilidades de sucesso.

Este “Quem é Quem na Advocacia de Negócios em Portugal”, o nosso anuário dedicado às sociedades de advogados presentes em Portugal, continua a ser um elemento marcante do Jornal Económico no mercado.

A edição inclui uma primeira parte, de natureza editorial, onde analisamos a evolução do setor e olhamos para as tendências que vão marcar a atividade do sector no próximo ano, contando com a participação de especialistas e dos protagonistas de um setor fundamental para a economia. É complementada com um diretório, de natureza comercial, constituído por apresentações institucionais que são da responsabilidade de cada sociedade, juntamente com uma listagem não exaustiva dos escritórios de advogados portugueses e os respetivos dados de contacto.

Este anuário existe pela colaboração dos decisores e dos especialistas de diversas áreas, que contribuíram em discurso direto ou ajudando a nossa equipa a analisar os grandes temas e as tendências que se formam.

A todas estas pessoas, bem como aos nossos parceiros, o nosso muito obrigado.

Continuamos a acompanhar a atualidade do setor, com rigor e isenção, contribuindo para uma decisão informada e esclarecida do nosso primordial parceiro, o leitor.

09

14

22

24

28

46

63

Otimismo marcado para 2025, mas com desafios e instabilidade pela frente

Análise. As sociedades de advogados em Portugal preveem que o próximo ano continue a ser de crescimento no setor, apoiado na recuperação das fusões e aquisições, mas pleno de desafios, tantos exteriores como do próprio mercado.

“Há muitas sociedades a conversar umas com as outras para se juntarem”

Entrevista. No ano zero das alterações legislativas que prometem uma transformação do mercado, a mudança tem sido concretizada com cautela. O presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, José Luís Moreira da Silva, aponta que os desafios mais importantes não se encontram na introdução da multidisciplinaridade, mas, do lado da regulação na resolução da questão fiscal e no investimento e na capacidade de adaptação das sociedades de advogados às novas tecnologias. Parcerias, fusões e alianças são a resposta num mercado que está a atrair players internacionais. “O mercado está agitado, está em evolução”, diz.

“A Ordem não representa as sociedades de advogados, não fala em nosso nome”

Entrevista. O presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal considera que a atual equipa dirigente da Ordem dos Advogados não defende toda a classe e diz que as sociedades não se sentem representadas por ela. Assim, têm criado canais diretos de comunicação, particularmente com os decisores políticos. “Temos sentido que cada vez somos mais ouvidos”, afirma.

Fusões e aquisições recuperam no próximo ano

Análise. Depois do abrandamento do ano passado e da quebra previsível de 2024, a expectativa é de retoma das fusões e aquisições. As taxas de juro em baixa vão ajudar a minimizar o risco, ainda que se mantenha a preocupação com a turbulência geopolítica e a degradação da situação económica nos motores europeus.

Antevisão de 2025 para as principais áreas de prática

Análise. O Jornal Económico ouviu especialistas e fontes do setor sobre o que se pode esperar para o próximo ano para as principais áreas de prática na advocacia de negócios, em função das tendências que se definem, da evolução do próprio mercado, da economia e de nova regulamentação.

O que esperam os líderes para o mercado da advocacia de negócios em 2025?

Fórum. Líderes das sociedades presentes em Portugal partilham as suas perspetivas para a advocacia de negócios em 2025, um ano que deverá ser marcado por crescimento, mas também por desafios macroeconómicos, pela instabilidade geopolítica e pela resposta aos desafios que o setor enfrenta.

Diretório

Conheça as principais sociedades de advogados que operam em Portugal.



IS

FE
CAROLI SECUNDI.

FE
BIBLIOTHECA

ELISERIANA

O
n
m
l
k
i
h

m
l
k
i
h
g

n
m
l
k
i

m
l
k
i

n
m
l
k

As sociedades de advogados em Portugal preveem que o próximo ano continue a ser de crescimento no setor, apoiado na recuperação das fusões e aquisições, mas pleno de desafios, tantos exteriores como do próprio mercado.

Otimismo marcado para 2025, mas com desafios e instabilidade pela frente

TEXTO
RICARDO SANTOS FERREIRA



↙ A atividade das sociedades de advogados deverá continuar a crescer, no próximo ano, aproveitando a aceleração do ritmo de expansão da economia e apoiando-se na recuperação dos processos de fusões e aquisições (M&A, na sigla inglesa). É essa a expectativa dos managing partners das principais sociedades.

“O ano 2024 tem sido de crescimento para o setor jurídico, que beneficiou do crescimento económico, do investimento estrangeiro e do dinamismo de alguns setores, nomeadamente, do setor financeiro, do imobiliário, energia e infraestruturas”, Manuel Magalhães, managing partner da Sérvulo.

Só não foi melhor porque as operações de fusões e aquisições se ressentiram da instabilidade geopolítica e dos juros altos, que assim se mantiveram durante um semestre.

Para o próximo ano, o Governo prevê que o ritmo de crescimento do produto interno bruto acelere 0,3 pontos percentuais, para 2,1%, e convergindo com a Europa. Paralelamente, a redução agressiva das taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu, este ano, e a expectativa de que o movimento continue no próximo, incentivaram que as operações de fusões e aquisições que estavam em espera avançassem, porque o risco diminuiu.

Assim, quando se antecipa a evolução do setor para o próximo ano são utilizadas palavras como “positivo”, “otimista”, “crescimento”.

“As sociedades de advogados estão claramente otimistas, não podiam deixar de o estar”, garante José Luís Moreira da Silva, presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal.

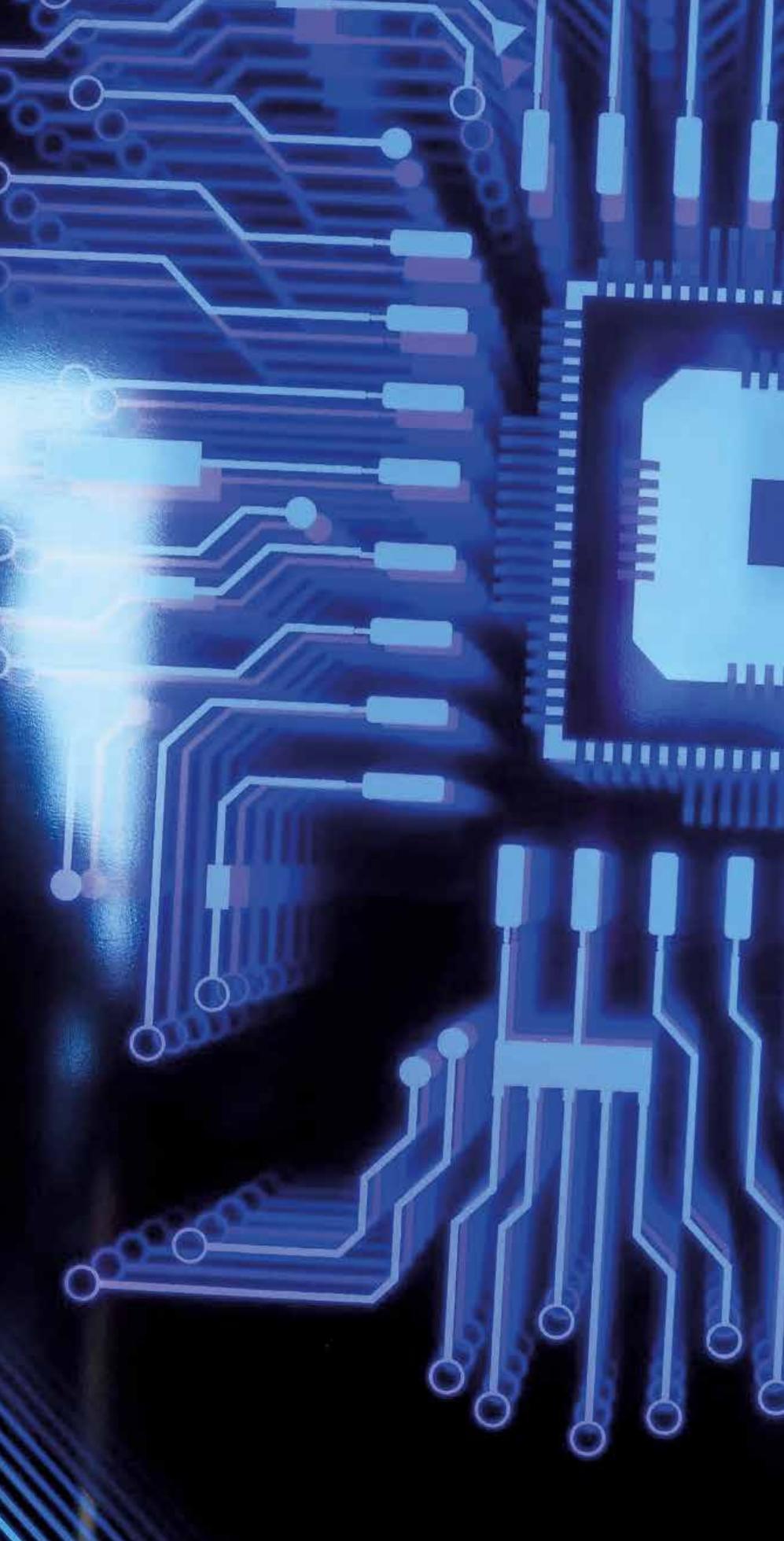
“A nossa expectativa é de que, em 2025, haja um crescimento do escritório, como

se tem registado de ano para ano. Um crescimento sustentado e sustentável”, assinala José Luís Arnaut, managing partner da CMS Portugal.

“Antecipa-se um crescimento acima da média europeia e tudo indica que o governo se manterá em funções durante o próximo ano”, reforça Paula Gomes Freire, managing partner da VdA. “As perspetivas inerentes a essa – porventura curta – estabilidade política e a execução do orçamento que conhecemos indicam que 2025 poderá ser um ano em que Portugal mantém capacidade de atração de investimento internacional, potenciada, no atual contexto, pela nossa localização periférica e atlântica”, acrescenta.

“Antecipamos que o mercado português de serviços jurídicos a crescerá e a evoluirá de forma positiva no próximo ano”, diz João Miranda de Sousa, sócio responsável pela Garrigues em Portugal, acrescentando que a estabilização política e económica e a tendência de redução das taxas de juro “facilitam a obtenção de financiamento por investidores fazem antecipar um ano especialmente positivo no setor legal”.

A estabilidade prometida pela aprovação do Orçamento do Estado para 2025, num quadro político muito fragmentado, também é destacada por José Luís Moreira da Silva. “Teremos alguma estabilidade política, continuamos a ter muitos fundos europeus a aplicar e, por isso, muitos investimentos”, diz, acrescentando que isso lhe dá “uma perspetiva otimista” para a evolução do mercado.



Tecnologia como prioridade

No entanto, apesar do aumento dos negócios, as sociedades de advogados antecipam que o próximo ano será pleno de desafios, de estrutura do mercado, pela estabilização das alterações permitidas pela nova legislação, a entrada de players, também internacionais, e a aproximação entre atores que poderá conduzir a processos de consolidação, mas também relativos à atividade, por causa dos investimentos que têm de ser feitos, especialmente, no desenvolvimento tecnológico.

“Será um ano decisivo para a advocacia portuguesa, marcado pela consolidação das alterações estatutárias e pela possível reestruturação do setor”, considera Martim Krupenski, managing partner da ML. “Integrações, fusões e a entrada de escritórios próprios das consultoras terão um enorme impacto na concorrência, desafiando o mercado a ajustar as suas estratégias”, aponta.

Todas as sociedades assinalam a tecnologia, especialmente o desenvolvimento e integração de soluções com recurso a inteligência artificial, como determinante para o setor para a melhoria dos serviços e para a diferenciação no mercado.

“As sociedades de advogados vão ter de continuar a adaptar-se e a fazer uma certa transição tecnológica, tal como as restantes empresas de outros sectores, sob pena de ficarem para trás”, avisa Nuno Sá Carvalho, managing partner da Cuatrecasas em Portugal

“Neste momento, qualquer sociedade deveria estar a rever a sua estratégia, olhando para a sustentabilidade e diferenciação”, Martim Krupenski. “A digitalização continuará a transformar a prática jurídica, exigindo maior agilidade e inovação na prestação de serviços, a um ritmo acelerado”, acrescenta

Transições em destaque

A recuperação das fusões e aquisições vai trazer negócio às sociedades de advogados. É isso o esperado.



“Como resultado da retoma das fusões e aquisições, as reestruturações vão trazer um trabalho particularmente interessante uma vez que, no rescaldo deste ciclo de juros, as empresas que já estavam muito alavancadas em dívida enfrentam desafios exigentes e haverá certamente muito trabalho gerado por empresas que saem deste período a precisar de soluções de capital”, acrescenta Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ.

“Portugal continuará a oferecer um ambiente empresarial favorável para empresas estrangeiras, com políticas de incentivos fiscais e de investimento que promovem a aposta em setores chave da

economia, como a hotelaria e o turismo, a tecnologia e as energias renováveis”, acrescenta João Miranda de Sousa.

Na transição tecnológica, as sociedades de advogados têm de responder ao mesmo desafio que as restantes empresas têm de fazer, e que lhes trará negócio, porque é um dos drivers das alterações que se projetam, até porque será necessário corresponder à nova legislação.

O mesmo acontece com a transição energética, que obrigará a adaptação e que é uma área vista como de crescimento.

“A transição energética, com o foco nas metas de descarbonização, continuará a originar oportunidades, tal como vários outros setores”, considera Marcos Sousa Monteiro, national managing partner da Linklaters em Lisboa.

Acrescenta-se a nova regulamentação –

e a pressão do mercado – relativa às temáticas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla inglesa), que obrigará, mais uma vez, as empresas a um processo de adaptação.

“O tema ambiental, a transição energética e a transição digital deverão continuar a ser importantes na agenda política, com reflexos na atividade legal”, sintetiza Nuno Sá Carvalho.

Paula Gomes Freire considera acrescenta a necessidade de resposta aos desafios trazidos pela “centralidade que a defesa, a segurança (física e cyber) e a gestão do risco hoje ocupam nas preocupações dos clientes”, mas também identifica “oportunidades muito interessantes, ditadas pelos



imperativos da Agenda 2030 e pela imposição de métricas ESG, nas matérias de Ambiente, Agro, Business Human Rights e Governance”.

Instabilidade mantém-se

O pano de fundo em que tudo se desenrolará continuará a ser marcado pela instabilidade geopolítica, devido às duas guerras de elevada intensidade que se desenrolam na Ucrânia, em resultado da invasão russa, e no Médio Oriente, com o ataque do grupo terrorista islâmico palestino Hamas a Israel e a resposta desproporcionada que provocou conflitos no Líbano e, também, com o Irão.

Depois, em janeiro será empossado Donald Trump como o 47º presidente dos Estados Unidos da América (EUA) e

a expectativa é que cumpra a promessa de aumentar as tarifas aos produtos dos seus parceiros do NAFTA (o acordo de comércio entre os EUA, o Canadá e o México), mas também aos provenientes da China, o que deverá levar a uma provável retaliação e a um arrefecimento ou, mesmo, retração do comércio global.

“Entramos em 2025 com grandes incertezas, tendo em conta toda a imprevisibilidade criada pelo contexto geopolítico e o aumento dos riscos internacionais”, diz José Luís Arnaut.

“Continuaremos a viver num contexto de incerteza e de instabilidade macroeconómica e geopolítica, num mundo em mudança acelerada”, diz Inês Sequeira Mendes, managing partner da Abreu Ad-

vogados. “As guerras prolongam-se, arastam-se e complexificam-se e as alterações políticas resultantes do período com maior número de eleições desde há muito que ainda não nos permitem compreender todas as suas consequências”, acrescenta.

O risco aumenta com a precariedade da economia alemã, em recessão, com a francesa a abrandar e a ter de enfrentar um orçamento de 2025 fortemente restritivo para evitar sanções europeias, enquanto Espanha e Itália estão a evoluir mais devagar.

“A incógnita reside em perceber qual o delta que mais impactará o negócio: a vontade dos agentes em retomar as operações após a recente estagnação, ou a cautela imposta pelo clima político hostil mundial”, diz Cristina Cabral Ribeiro, Legal lead partner da PwC.

“As nuvens estão lá sempre”, diz o presidente da ASAP. Mesmo assim, impera o otimismo, acrescenta.

“Acredito que 2025 será um ano de consolidação e de crescimento para a advocacia portuguesa”, diz Inês Sequeira Mendes. “Como sempre, enfrentaremos os desafios com determinação e visão, e continuaremos a ser um parceiro estratégico sempre ao lado dos nossos clientes”, acrescenta.

“Continuará a ser um ano de incerteza, ainda que por motivos não totalmente coincidentes com os dos anos anteriores. Essa incerteza terá consequências que passam a economia nacional e internacional, mas a experiência dos últimos anos tem demonstrado que o nosso setor tem sido resiliente e tem demonstrado grande capacidade de adaptação”, diz, ainda, a líder da Abreu.

É isto que faz com que José Luís Moreira da Silva esteja otimista.

“Do que precisam é, realmente, de investir para estarem na primeira linha dos desenvolvimentos necessários, designadamente a inteligência artificial, que obviamente é a favor dos seus clientes”, diz. “É preciso isso, mas eu acho e tenho plena confiança, pelo menos nas nossas associadas da ASAP, que estão preparadas para os desafios que aí vêm”, conclui.

Entrevista

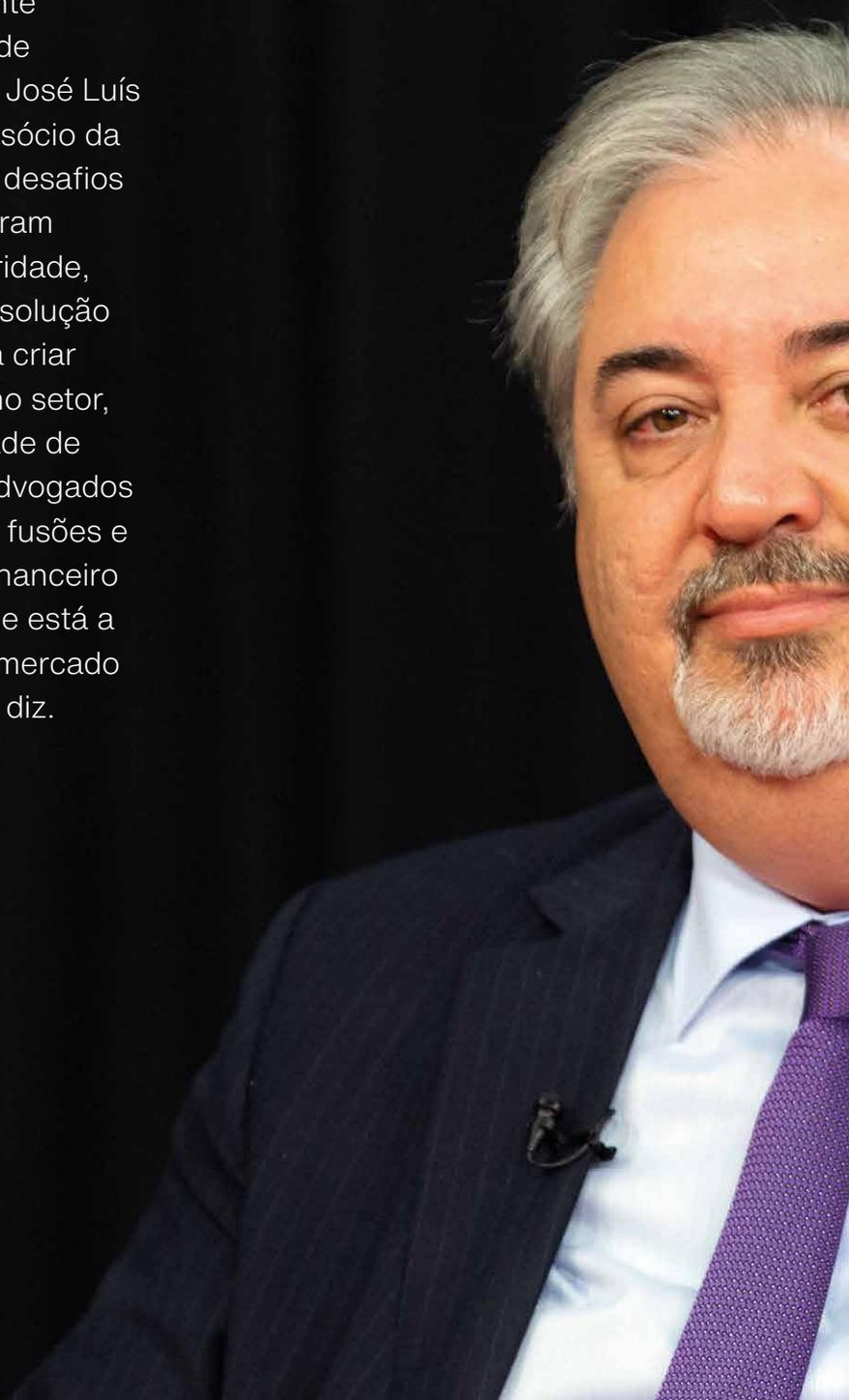
José Luís Moreira da Silva

Presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal

TEXTO

RICARDO SANTOS FERREIRA

No ano zero das alterações legislativas que prometem uma transformação do mercado, a mudança tem sido concretizada com cautela. Em entrevista ao Jornal Económico, o presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), José Luís Moreira da Silva, que também é sócio da SRS Advogados, aponta que os desafios mais importantes não se encontram na introdução da multidisciplinaridade, mas, do lado da regulação na resolução da questão fiscal que continua a criar enviesamentos à concorrência no setor, e no investimento e na capacidade de adaptação das sociedades de advogados às novas tecnologias. Parcerias, fusões e alianças para ganhar músculo financeiro são a resposta num mercado que está a atrair players internacionais. “O mercado está agitado, está em evolução”, diz.



**“Há muitas
sociedades a
conversar umas
com as outras
para se juntarem”**



↙ **Este foi um ano diferente na advocacia, um ano zero, por causa das alterações legislativas. Que análise faz do impacto no mercado?**

É verdade, é o primeiro ano em que se começou a aplicar a nova legislação e devo dizer que tem sido aplicada com alguma cautela, muita cautela. As nossas associadas na Associação das Sociedades de Advogados têm vindo a ponderar qual é, realmente, a melhor solução, principalmente com a abertura que é dada para a criação das sociedades multidisciplinares. O que temos visto é, primeiro, um contacto com a Autoridade Tributária para verificar no concreto como é que pode ser aplicada à situação, porque há ali muitas dúvidas, designadamente aquela velha questão fiscal da substância, se basta ter uma pessoa como sócio de outra profissão regulada, se isso é suficiente para a Autoridade Tributária considerar que não há aqui nenhuma situação de fraude nem nenhuma situação de alteração do regime fiscal vigente. Por isso, tem sido [aplicada] com alguma cautela. Mesmo algumas experiências que já foram feitas não foram por diante, voltaram atrás, repensaram.

O que temos vindo a assistir é um bocadinho aquilo que já tinha sido feito no passado. Mesmo algumas auditoras a constituir sociedades de advogados e, por isso, mas são sociedades multidisciplinares, é uma sociedade de advogados, regendo-se pelas regras normais das sociedades de advogados. Estão integradas no grupo das auditoras, mas com autonomia, sendo uma sociedade de advogados pura e dura. Ou seja, não há ainda em Portugal nenhuma experiência de sociedade multidisciplinar, o que não é muito de admirar, porque, por exemplo, aqui ao lado, em Espanha, também não há, a legislação é muito mais antiga que a nossa e a verdade é que as grandes sociedades de advogados espanholas não enveredaram por sociedades multidisciplinares. Por isso, vamos ver. A fiscalidade mantém-se como



Nós combatemos muito o regime fiscal das sociedades de advogados existente em Portugal porque é datado, é do século XX, não deu a volta para o século XXI”

uma questão importante. É uma questão que, infelizmente, não consegue ser resolvida.

Mas vamos ter duas situações possíveis para o exercício da mesma atividade. Isso é uma porta aberta para, finalmente, se rever a situação?

A verdade é que nós combatemos muito o regime fiscal das sociedades de advogados existente em Portugal porque é datado, é do século XX, não deu a volta para o século XXI. Hoje, as grandes sociedades de advogados, as médias sociedades de advogados, mesmo algumas pequenas sociedades de advogados, estão constituídas como verdadeiras empresas, e estarem ainda a ser vistas pelo fisco como colegas que se juntam para partilhar despesas como era antigamente e como foi no nascimento das sociedades advogadas é algo datado, é algo que já não corresponde à realidade.



Hoje em dia, o que verificamos é que as sociedades de advogados precisam de fazer enormes investimentos, por exemplo, agora, com a inteligência artificial; isso são investimentos de milhares de euros, de dezenas, às vezes de centenas de milhar de euros. Também investimentos no estrangeiro, por exemplo, nos países de expressão portuguesa. Enfim, tudo isso são enormes investimentos que no regime fiscal atual não são dedutíveis, ou seja, o presumido lucro é distribuído aos sócios, os sócios pagam IRS e, depois, têm de pôr parte disso na sociedade outra vez para fazer face aos investimentos; ou seja, pagamos hoje impostos por algo que não recebemos, o que é violador até da Constituição.

A iniquidade maior é que as sociedades multidisciplinares podem criar aqui uma desigualdade, mas ela já está criada, porque sociedades estrangeiras que podem praticar em Portugal vêm pelo seu regime fiscal do local de origem; as espanholas, alemãs, inglesas, seja o que for, quando vêm para Portugal como sucursais, têm o regime fiscal dos seus países de origem, que é diferente do nosso, e, por isso, já está criada essa desigualdade. Por isso, urge mudar o artigo sexto do Código do IRC, claro.

É uma questão de concorrência e não de enquadramento.

É uma questão de concorrência, é uma questão de iniquidade, é uma questão de desigualdade, é uma questão de violação da Constituição.

No último encontro nacional das sociedades de advogados afirmo a disponibilidade para repensar as recentes alterações legislativas. O que é que tem em mente? Esta é uma das questões, têm um caderno reivindicativo?

Por exemplo, continua a afirmar-se na revisão que foi feita ao estatuto da Ordem dos Advogados que as sociedades de advogados têm um regime fiscal das empresas e a verdade é. No fundo, a Autoridade Tributária lê isso como uma remissão para o IRC, mas, depois, no IRC há artigo 6º que manda para o IRS, e isso não é o regime fiscal das empresas ou das sociedades comerciais, por isso, não é verdade.

Mas a revisão dessa legislação toda, que inclui os estágios profissionais de advogados, aspetos profissionais, tudo isso foi feito à pressa. Nós sabemos que isso foi feito à pressa. Eu acho que merecia, finalmente, sentarmo-nos todos e termos um grande debate sobre isso e ver o que é realmente necessário mudar. Há muita coisa para mudar, mas não é talvez aquelas mudanças que foram feitas à pressa, isso claramente não é. Por exemplo, os estágios são algo que tem de ser repensado.

Como é que tem decorrido esta experiência de alteração dos estágios?

Os estágios estão a começar agora. A Ordem demorou também o seu tempo a re-

gulamentar como é que o novo regime de estágios iria começar a funcionar e os estagiários que vêm pelo novo regime estão agora a começar. Por isso, ainda é uma experiência que vamos ver no próximo ano. Serão 12 meses, mas já se começam a verificar algumas coisas estranhas, como, por exemplo, a regulamentação que a Ordem fez ainda coloca alguns exames que a lei proíbe, porque não pode repetir aquilo que os estagiários aprenderam na universidade. Por isso, no fundo, tem de ficar restringido, diria eu, à deontologia profissional, que é muito importante, mas não é isso que se lê claramente nos regulamentos aprovados pela Ordem dos Advogados, como também algumas questões complicadas que não têm repercussão na lei, mesmo na lei revista, como a exigência de contratos entre as sociedades e os estagiários. De que tipo de contratos é que estamos a falar? Obviamente, não há aqui um regime para isso.

Por isso, há aqui várias questões em que eu acho que o regulamento da Ordem não está de acordo com a legislação, por isso ainda é matéria que vamos ter de ver com muita atenção.

Agora, o que me preocupa é a dificuldade que os jovens licenciados que pretendem abraçar esta profissão da advocacia podem ter no futuro em arranjar estágios. Nós, nas sociedades de advogados, pelo menos nas associadas da ASAP, não temos dificuldades, oferecemos muitos estágios, mas não oferecemos a quantidade de estágios necessária, e um advogado, por exemplo, em prática individual tem muita dificuldade em pagar cerca de mil euros por mês a um estagiário, que é o que está previsto na legislação. Por isso, vejo muita dificuldade para o futuro, para os jovens que querem abraçar esta profissão.

Voltando à legislação. Além dos estágios, há a questão de multidisciplinaridade. Acha que aí há margem para retrocesso, acha que se pode voltar atrás?

Voltar atrás, não, eu acho que não, mas tem de ser revista, porque tal como está, tal como foi feita, não me parece que seja eficaz. Por exemplo, as sociedades multidisciplinares têm uma regulamentação mínima, enfim, e como vimos, não está a ser posta em prática. Por isso, vamos pô-la de parte, não é relevante. Pensou-se muito, discutiu-se muito isso, mas na verdade não é relevante. Mesmo a questão que se podia dizer – e que muitos pensaram – que via sociedades multidisciplinares conseguíamos alterar o nosso regime fiscal, mas não é por aí. O regime fiscal tem de ser neutro, seja qual for o regime de sociedade que se pretenda levar por diante e, por isso, não pode ser alterar o regime fiscal por via da constituição de uma multidisciplinar; e, por isso, não é isso que está a ser feito.

Agora, o regime dos estágios acho que tem de mudar. Por exemplo, eu acho que o Instituto de Emprego e Formação Profissional tem de dar aqui um apoio. Se estes regimes de estágios profissionalizantes não têm hoje enquadramento nos apoios do Instituto de Emprego e Formação Profissional acho que têm de começar a ter. É algo que tem de ser revisto, de outra forma não funciona. Nós dissemos isso desde o início. Claramente, nós, as associadas da ASAP, já pagam mais aos estagiários do que o que está previsto na lei atual, mas é algo incomportável para a maior parte dos advogados e, por isso, tem de ter também o apoio do IEF. Já dissemos isso em várias instâncias.

As sociedades profissionais acho que também têm de mudar, não só o seu regime fiscal, mas não pode ser com o regime que foi criado, que tem lacunas enormes. Por exemplo, no estatuto da Ordem dos Advogados, alterado, diz umas coisas, no regime das sociedades profissionais diz outras. Por exemplo, ainda não se percebeu se agora as



“

As sociedades multidisciplinares têm uma regulamentação mínima, enfim, e como vimos, não está a ser posta em prática. Por isso, vamos pô-la de parte, não é relevante”

sociedades de advogados continuam a ter de estar obrigatoriamente inscritas na Ordem dos Advogados ou não; num lado diz uma coisa, noutro lado diz outra.

Há aqui várias incongruências que ficaram do procedimento apressado que existiu e isto tem de ser repensado.

O estatuto da Ordem tem de claramente mudar, também. Tudo isso tem de ser mudado. Eu acho que temos de passar para o século XXI e não passámos; não é só o regime fiscal. Agora, com esta criação do órgão de supervisão, com maioria de não advogados, que tem um controlo sobre os atos praticados pelos advogados, isto é uma intromissão, claramente. Enfim, o Tribunal Constitucional, numa apreciação ainda muito inicial, disse que não, mas eu acho que se vai ver na prática, quando começar a existir, que ainda não, será nas próximas eleições, é que veremos isso acontecer e veremos que é mau. Veremos que é mau, que é um mau resultado, que cerceia claramente a autonomia de uma Ordem dos Advogados que se quer de uma administração autónoma, não ligada ao Estado, com independência na sua profissão, que é o baluarte do Estado de Direito, da justiça, da garantia do acesso ao direito. Por isso, é fundamental que haja essa autonomia.

Depois, repensar também outra questão fundamental, que tem tido enorme discussão nos últimos tempos, que é, realmente, o acesso ao direito, o apoio judiciário. Eu acho que, como está, não funciona. No meu tempo, todos os estagiários tinham de apoiar os mais carenciados, o que fazíamos com grande gosto; íamos às chamadas oficiosas, dávamos consultas jurídicas na

LMS

LEGAL MANAGEMENT SYSTEM



PEDIR DEMONSTRAÇÃO
+351 217 223 822

Gestão de Processos de Dívida



Centraliza e apoia todos os meios comuns ou alternativos de cobrança pré e judicial



Gere a tramitação dos vários mecanismos processuais, pessoais e contabilísticos



Gestão segmentada de carteiras de crédito



Tratamento de contencioso de larga escala



Automatização de workflow



Informação de gestão com qualidade e na medida certa



Centralização e integração dos processos

Blue Screen
IT Solutions

<https://digital.bluescreen.pt/sistema-gestao-juridica-comercial@bluescreen.pt> | Tel.: +351 217 223 822

Ordem dos Advogados. Acharam que os estagiários não tinham capacidade, mudou-se para advogados já inscritos que queiram estar no apoio judiciário, mas, depois, com o regime de remuneração pelo Estado, que não tem qualificação, não tem qualificação. Ou seja, eu não sei se os estagiários não fariam melhor trabalho do que hoje em dia se faz, não sei, não vou qualificar, mas acho que a remuneração não tem qualquer capacidade de remunerar dignamente o trabalho dos advogados. Além de que isto é uma missão de interesse público, isto é a missão de interesse público dos advogados; nós damos à sociedade um pouco daquilo que ela nos deu e, por isso, eu acho que isto tudo tem de ser mudado, falado. Falou-se muitas vezes no instituto de apoio ao acesso ao Direito, que devia ter, obviamente, a Ordem, que devia ter o Estado, enfim, devíamos arranjar aqui alguma coisa que permitisse, como noutros países fazem, o advogado officioso, o advogado que está integrado nesse instituto e que faz isso. Eu acho que devíamos evoluir para isso. Eu acho que, pelo menos, tem de se repensar o modelo, porque o modelo não está a funcionar.

Excluindo este enquadramento do mercado, que é um desafio em si próprio, vemos que há outros desafios importantes, nomeadamente os relacionados com a tecnologia, que requerem investimento. Como é que estão as sociedades a responder a este desafio?

Tem sido um dos grandes desafios há alguns anos a esta parte. É um desafio que começou por ser possível apenas a algumas das grandes sociedades de advogados, pelo volume de investimento; então inicialmente, quando a discussão começou, o investimento era mesmo enorme, até porque não havia nada em português, nem sequer em brasileiro, e por isso era preciso adaptar o regime anglo-saxónico ao modelo português, o que nem sempre é fácil. E depois pela desatualização, porque, como em todas as tecnologias novas, o que se verifica é que

“

Alterações legislativas? “Nós sabemos que isso foi feito à pressa. Eu acho que merecia, finalmente, sentarmos todos e termos um grande debate sobre isso e ver o que é realmente necessário mudar”

passados seis meses aparece uma coisa nova que põe em causa o que já estava e o investimento que foi feito e por isso é algo com que se tem de ter muito cuidado. E tem de se arranjar mecanismos para, um pouco, a democratização destes meios tecnológicos, pelo menos para termos aqui a possibilidade das pequenas e médias sociedades de advogados também poderem aceder a alguns destes instrumentos. E isso e isso é uma batalha que temos pela frente.

Há quem defenda que se juntem em pequenas federações para criar músculo exatamente para isso.

É isso que temos estado a conversar dentro da associação, a ver se há aqui possibilidade de podermos potenciar isso, podermos, no fundo, dar aqui dimensão para podermos baixar os custos. Senão, os investimentos são enormes.

Com a multidisciplinaridade, mesmo que não seja efetiva, a relação estreita entre sociedades de advogados e, nomeadamente, consultoras, pelo menos as grandes consultoras, faz com que tenham um músculo financeiro completamente diferente do da

maioria, o que pode incentivar a associação. É esse o caminho mais natural, juntarem-se às consultoras, ou os grandes escritórios, pelo menos os maiores, podem acrescentar valências à sua oferta?

Eu acho que há de tudo. As auditorias e as consultoras já estiveram e sempre estiveram um bocadinho ligadas, sempre tiveram algumas sociedades de advogados com quem tinham parcerias e agora estão claramente, até, a dar o seu nome a essas sociedades de advogados e, por isso, claramente a ficar mais transparentes, sabendo-se que essa sociedade de advogados faz parte do grupo.

Agora, as grandes sociedades de advogados em Portugal, que são nossas associadas, também têm capacidade de desenvolver



isso. Muitas delas até têm algumas parcerias com consultoras e podem oferecer também esses serviços em conjunto para os seus clientes.

O que também temos assistido nos últimos tempos é o movimento de fusões. Há muitas sociedades a conversar umas com as outras, o que é mau para a ASAP, que diminui as suas associadas [risos], embora passem a ficar maiores. E de entrada [no mercado], que era um movimento que já não se verificava há muitos anos aqui em Portugal, a de entrada de sociedades estrangeiras. Houve um movimento em que, por exemplo, a minha sociedade, a SRS Portugal, foi a primeira a ter uma parceria com uma sociedade anglo-saxónica, depois veio a Linklaters, vieram outras, depois desapa-

receram, a Linklaters foi a única que ficou, e hoje em dia há muito mais. Não só todas as espanholas que vieram, e vieram mais, já há mais espanhola aqui em Portugal, sete ou oito, mas também aquilo que nós chamamos as sociedades globais, uma DLA Piper, uma Dentons, várias outras sociedades que olham já para o mercado português com alguma apetência, que era aquilo que já não se verificava há muitos anos. Por isso, o mercado está agitado, está em evolução. Não só as sociedades portuguesas estão a falar umas com as outras para eventualmente se juntarem, mas sociedades estrangeiras estão a entrar e a provocar aqui algumas alterações no mercado. Por isso, eu acho que isto ainda vai dar muito no futuro. Eu acho que as sociedades portuguesas, que já são fortes, quer algumas médias, quer algumas grandes, são sociedades muito fortes, com

muito boa capacidade de intervenção, que claramente estão ao lado das melhores inglesas, americanas ou espanholas, mas, eu acho que o mercado ainda se vai fortalecer mais.

O que as está a chamar? Já falou no setor como exportador de serviços, nomeadamente para o mundo lusófono. É essa capacidade de chegar a outros mercados que desperta o apetite?

Eu acho que foi, e isso verificou-se muito nos tempos em que tivemos aqui alguma crise em Portugal, em que se procurou os mercados estrangeiros para prestar os nossos serviços de advocacia, e, realmente, os mercados dos países de expressão portuguesa são mercados típicos nossos, porque a legislação é muito parecida, se não for quase igual, a língua é a nossa e, por isso, claramente temos uma mais-valia ali. O que ainda verificamos nesses países é que é preciso algum investimento, que não é ainda possível a todas [as sociedades].

É um mercado em que temos enormes potencialidades, disso não tenho dúvidas nenhuma e eu acho que é o nosso futuro. Acho que temos de investir grandemente nesse mercado de prestação de serviços nos países de expressão portuguesa.

Até porque as economias destes países estão a crescer mais rapidamente do que a economia portuguesa.

Claro.

Que peso é que têm esses mercados no negócio das sociedades em Portugal? É relevante?

Nalgumas é muito relevante; nalgumas sociedades de advogados sempre foi muito relevante, e o que se tem verificado é que é cada vez mais relevante. Em algumas já chega aos 50%, noutras andar à volta dos 20%, o que já é começa a ser relevante, até porque o volume de negócios das sociedades de advogados também tem vindo a aumentar e esperemos que aumente ainda mais no futuro.

José Luís Moreira da Silva

Presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal

“A Ordem não representa as sociedades de advogados, não fala em nosso nome”

O presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal considera que a atual equipa dirigente da Ordem dos Advogados não defende toda a classe e diz que as sociedades não se sentem representadas por ela. Assim, têm criado canais diretos de comunicação, particularmente com os decisores políticos. “Temos sentido que cada vez somos mais ouvidos, quer na Assembleia da República, quer junto do Governo”, afirma ao JE.

TEXTO

RICARDO SANTOS FERREIRA



A Associação das Sociedades de Advogados (ASAP) tem sido crítica da atual equipa de dirigentes da Ordem dos Advogados (AO), de tal forma que não se sente representada pela equipa de dirigentes liderada pela atual bastonária, Fernanda de Almeida Pinheiro, e tem procurado uma relação direta com diferentes agentes da sociedade, no que é correspondida, diz ao Jornal Económico (JE) José Luís Moreira da Silva.

“O que sentimos é que a Ordem já não nos representa e por vontade própria, ou seja, os dirigentes da Ordem atual, optaram por apenas representar aqueles que os elegeram e, por isso, não são os representantes de todos os advogados”, afirma o presidente da ASAP e sócio da SRS Advogados. “Eles próprios excluíram aqueles que não votaram neles”, “são apenas os representantes de uma maioria – é verdade, ganharam com maioria e, por isso, [representantes] de uma maioria –, mas pondo de parte todas as minorias, o que obviamente é sempre de criticar”, diz. “A

Ordem, hoje em dia, não representa todos os advogados. Não representa, designadamente, as sociedades de advogados, não fala em nosso nome, não fala junto do Governo ou da Assembleia da República dos problemas que nós temos, limita-se a falar do apoio judiciário e pouco mais”, acrescenta. “Não é a Ordem em que eu me revejo, claramente”, sublinha.

As críticas têm sido públicas e motivado situações de tensão entre a OA e a ASAP. José Luís Moreira da Silva acusou a equipa dirigente da OA de se comportar como uma “associação sindical”, levando Fernanda de Almeida Pinheiro a responder, repudiando as declarações “infelizes”, que considera “representarem um preconceituoso desrespeito para com todos/as esses/as profissionais”.

“A OA não é (nem nunca será) nenhum sindicato e defende todas as formas de exercício da profissão, incluindo o exercício societário, pelo que continuará a pertencer-lhe a incumbência de representar toda a classe e falar em nome desta”, garantiu, em comunicado.

Mas a verdade é que a ASAP já estabeleceu circuitos de comunicação diretos. Questionado sobre se faz sentido uma relação mais direta com os outros agentes da sociedade, nomeadamente com o poder político, Moreira da Silva foi perentório: “Sim, claramente que sim”.

“Temos sentido que cada vez somos mais ouvidos, quer na Assembleia da República com estes projetos diplomas, quer junto do Governo. Por isso, a nossa relação está a ser direta”, afirma, em entrevista ao JE.

“Nós sempre demos todo o apoio à Ordem dos Advogados, no sentido de irmos em conjunto, de podermos trabalhar estes assuntos em conjunto, infelizmente vimos que isso não era possível e estamos a fazê-lo diretamente junto dos órgãos do poder político”, acrescenta.

No plano de atividades para o triénio findo em 2022, as sociedades de advogados já defendiam uma relação direta. “É tempo de a ASAP se afirmar como um parceiro fiável e construtivo junto dos associados, do poder político, dos agentes da justiça e da opinião pública em geral”. Esta direção era liderada, também, por José Luís Moreira da Silva. Fernanda de Almeida Pinheiro foi eleita a 15 de dezembro de 2022 e empossada a 9 de janeiro de 2023.

No plano de atividades da ASAP para o

atual mandato, que será concluído no próximo ano, o objetivo é repetido, acrescentando-lhe “o reforço da ASAP”, defendendo que esta tenha “uma voz reconhecida na Justiça portuguesa, junto da Magistratura Judicial e do Ministério Público, bem como junto dos restantes agentes da justiça”, atuando em defesa das suas associadas “em todos os assuntos sobre a Justiça” e que se possa “afirmar como um parceiro construtivo, contribuindo positivamente e ativamente para a modernização e desenvolvimento da Justiça”.

Falta de relacionamento internacional

Na entrevista ao JE, o presidente da ASAP critica, também, a Ordem dos Advogados por descuidar o relacionamento com congéneres, nomeadamente dos países de língua oficial portuguesa, o que não é compensado pelo facto de a associação que representa as sociedades de advogados fazer parte, por exemplo, da Federação dos Advogados da Língua Portuguesa (FALP).

“Tivemos agora o congresso [da FALP] em Cabo Verde, onde tivemos oportunidade de estar com colegas de outros países de expressão portuguesa e é muito importante esse relacionamento. Estavam lá todos os bastonários ou quase todos os bastonários das ordens de advogados dos países expressão portuguesa. Por isso, é muito importante este relacionamento, mas não é possível eliminar o necessário relacionamento institucional entre as várias ordens de advogados e isso não existe”, diz Moreira da Silva. “Havia uma união das ordens dos advogados dos países de expressão portuguesa, desapareceu, não tem eficácia, não tem atividade prática e a FALP está um bocadinho a substituir, mas não é a mesma coisa”, acrescenta. “Eu acho que todas têm o seu lugar e eu acho que as ordens deviam ter aqui uma intervenção maior, que não têm”, defende.

O presidente da ASAP diz que a Ordem

dos Advogados já teve um grande envolvimento com as suas congéneres de países onde o português é língua oficial, mas que, “depois, deixou de ter”.

“Hoje, não tem nenhum [envolvimento] que nos permitisse ter uma melhor relação com os nossos colegas nessas outras jurisdições. Hoje, é quase inexistente”, afirma, apontando que a atual equipa da OA, no início do seu mandato, “até acabou com a única relação que ainda existia com a ordem brasileira, a Ordem dos Advogados do Brasil”. Refere-se à decisão do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, que deliberou, em julho de 2023, por unanimidade, cessar o regime de reciprocidade em vigor com a Ordem dos Advogados do Brasil, que permitia a inscrição na OA em Portugal de um advogado brasileiro sem que este tivesse de realizar um estágio ou a prova de agregação, acontecendo o mesmo no Brasil com os advogados portugueses.

“Macau também foi a última a cortar, até por falta de reciprocidade. E não temos [relação] com nenhum país em África, por isso, claramente precisávamos de rever isso”, diz Moreira da Silva. “O Brasil tem mais de um milhão de advogados e não temos um milhão de advogados brasileiros em Portugal. Não há esse receio, por isso também não deve haver o receio de de repente irmos todos inscrevermo-nos em Angola ou Moçambique ou em Macau. Isso nunca aconteceu, mesmo quando havia essa possibilidade”, sustenta.

Depois do abrandamento do ano passado e da quebra previsível de 2024, a expectativa é de que venha a retoma das fusões e aquisições, aprofundando a recuperação que já se sente no último trimestre deste ano. As taxas de juro em baixa vão ajudar a minimizar o risco, ainda que se mantenha a preocupação com a turbulência geopolítica e a degradação da situação económica nos motores europeus.

Fusões e aquisições recuperam no próximo ano

TEXTO

RICARDO SANTOS FERREIRA



O ritmo de crescimento da economia portuguesa deverá acelerar 0,3 pontos percentuais no próximo ano, face a 2023, para 2,1%, segundo as previsões que constam do cenário macroeconómico traçado para o Orçamento do Estado para 2025. Até poderá ser um passo mais estugado, porque o normalmente pessimista Fundo Monetário Internacional prevê uma expansão de 2,3%.

Seja como for, a ideia do Governo e das principais instituições internacionais é que o produto interno bruto (PIB) crescerá a uma taxa claramente mais elevada do que a média da zona euro, garantindo o ambicionado processo de convergência da economia portuguesa com a europeia.

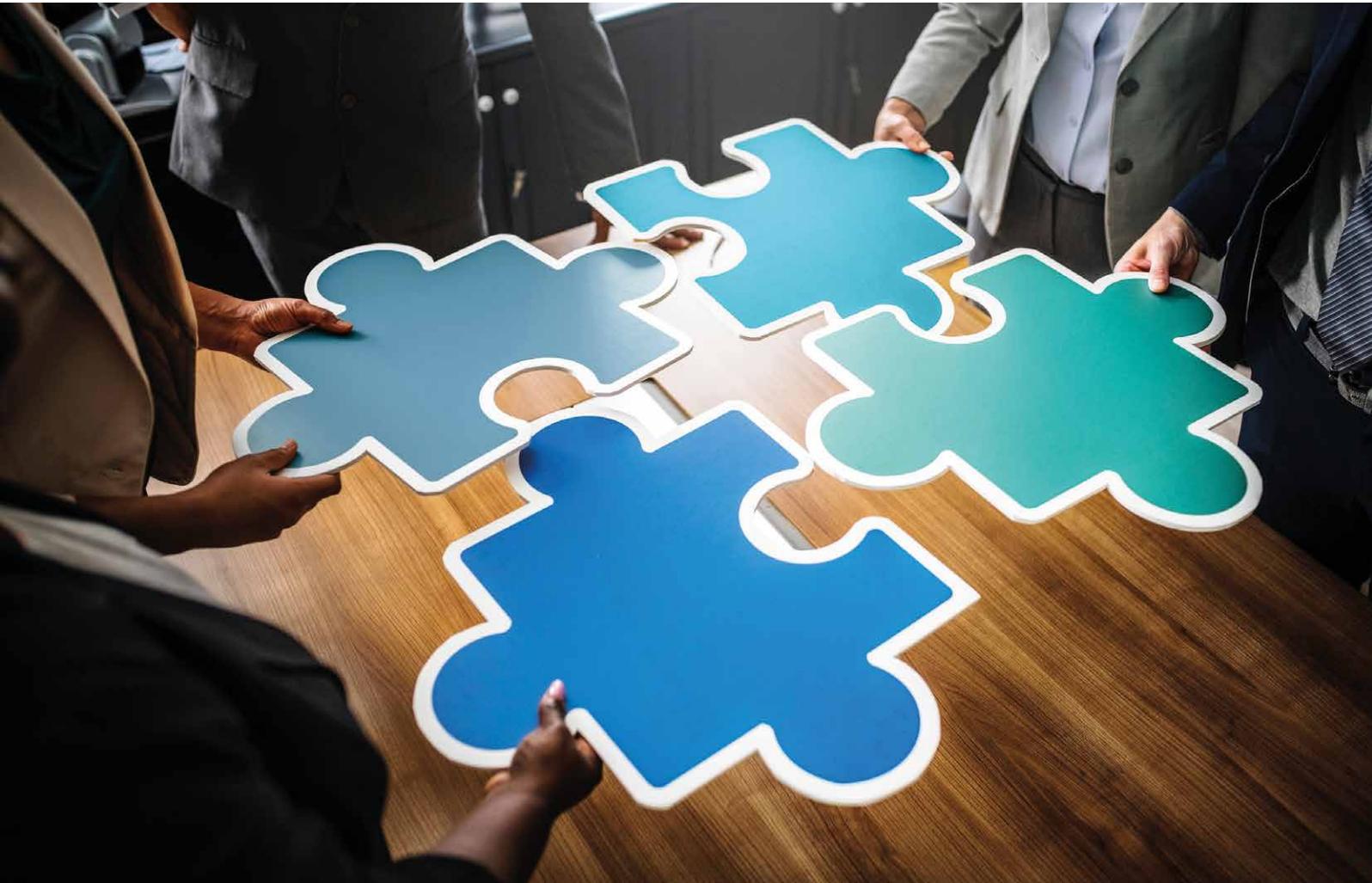
Paralelamente, as taxas de juro diretores do Banco Central Europeu (BCE) foram cortadas em 1,1 pontos percentuais no curto período de cinco meses, fixando-se em 3,40% para as operações principais de refinanciamento, 3,65% para a facilidade permanente de cedência de liquidez e 3,25% para a facilidade permanente de depósito. Com o mercado a antecipar que o movimento se mantenha para que o preço

do dinheiro caia para próximo dos 2%, assim a evolução da inflação o permita.

Este quadro faz com que as sociedades de advogados apontem para uma recuperação do mercado de fusões e aquisições, depois da quebra de 2024.

“Esperamos uma recuperação muito significativa das fusões e aquisições, na sequência da descida das taxas de juro nos principais blocos económicos, onde se encontram os investidores e as operações que procuram um comprador”, diz Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ. “As taxas de juro estão a regressar a valores que permitem voltar a assumir riscos”, acrescenta.

“Estamos, neste momento, em trajetória ascendente e, se a conjuntura se mantiver favorável, espera-se um elevado número de transações, algumas das quais de grande dimensão”, reforça Cláudia Cruz de Almeida, sócia responsável pela área de Corporate e M&A da VdA.



O downside do quadro exposto é que o crescimento português acima do previsto para a média do conjunto dos países da moeda única europeia deve-se ao abrandamento das grandes economias, com a Alemanha em situação de recessão, a França em desequilíbrio e a enfrentar um orçamento profundamente restritivo e a Espanha a abrandar. Todos os parceiros preferenciais das empresas portuguesas.

A isto junta-se o risco geopolítico, que se mantém e que pode agravar-se – ou melhorar –, dependendo da evolução dos conflitos, mas também a expectativa de que a nova administração norte-americana, liderada por Donald Trump, enverede pelo aumento das taxas aduaneiras, como prometido, penalizando as trocas comerciais.

Ano de quebra

No ano passado, apesar das dúvidas durante o período, o número de transações subiu 16%, para 695, enquanto o capital

mobilizado aumentou 6%, para 13,99 mil milhões de euros, de acordo com os dados da TTR Data. A VdA liderou o ranking no valor de operações, enquanto a Cuatrecasas se destacou no número de operações.

“Ainda assim, assistimos em 2023 à concretização de transações relevantes e de grande dimensão”, aponta Cláudia Cruz de Almeida, sinalizando que os setores mais preponderantes em M&A foram o do imobiliário e turismo, de IT&TMT, das infraestruturas e da energia, sobretudo no domínio das energias renováveis e da transição energética, bem como da indústria e no healthcare/biotecnologia.

Este ano, o panorama tem sido diferente, com uma quebra de 23,67% do número de operações nos primeiros nove meses do ano, e de 22,74% no capital mobilizado.

O setor de private equity destacou-se com um aumento de 155,7% no valor

agregado, refere a TTR, que assinala que as transações cross-border continuaram a desempenhar um papel crucial.

Se contarmos o período entre janeiro e outubro, a quebra atenua-se no número de operações, com um decréscimo de 20%, mas acentua-se ligeiramente no capital mobilizado, com uma descida de 23%.

O imobiliário foi o setor mais ativo, refere a TTR, salientando-se, também, que as aquisições estrangeiras no setor de Tecnologia e Internet aumentam 26%.

A Cuatrecasas liderou em número de operações e capital mobilizado.

“Este decréscimo justifica-se por diversos fatores, destacando-se a incerteza no plano geopolítico internacional e no plano político nacional e o quadro de inflação, que se mantém não obstante a descida de taxas de juro que se começou a sentir desde o início do segundo semestre do ano”, explica Cruz de Almeida.

Análise

Tendências que marcaram o final de 2023 e se prolongaram para 2024 foram o prolongamento do período de tomada de decisão quanto à concretização de operações, escudado em processos de análise e due diligence e, também, uma diferença acentuada entre as expectativas de preço de quem vende e de quem compra, “o que requer a capacidade de desenhar estruturas de transação que preencham esse gap, tal como o recurso a cláusulas de earn-out ou soluções de venda faseada”, diz a sócia da VdA.

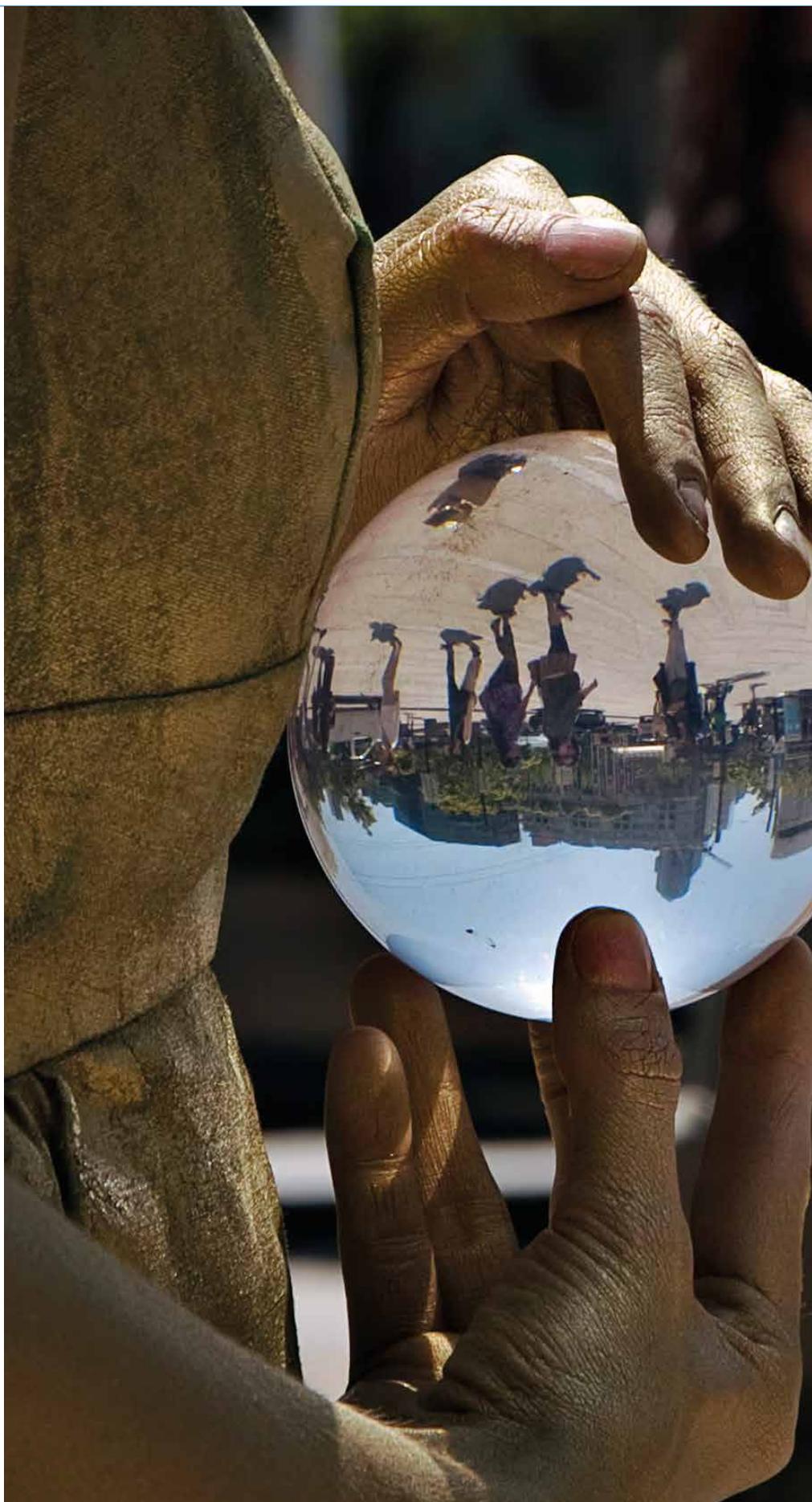
A contar com a recuperação

Para o próximo ano, a expectativa é de que haja uma melhoria significativa. “Há liquidez no mercado, há vontade de investir”, diz Bruno Ferreira.

Cristina Cabral Ribeiro, Legal Lead Partner da PwC Portugal, aponta que temos de estar muito atentos ao que se passa na Europa, porque os movimentos chegam a Portugal, normalmente, entre seis meses a um ano depois. “Sabemos que o segundo semestre do ano passado foi bastante fraco, e estamos a falar das principais economias, dos Estados Unidos, do Reino Unido, mesmo da nossa vizinha Espanha, que é um mercado maior que o nosso e nós sabemos que eles tiveram o último semestre [de 2023] fraco, que naturalmente se traduziu num primeiro semestre [de 2024] fraco do nosso lado”, ainda que a especialidade em Portugal seja no domínio das medium caps e não das large caps. Assim, seguindo esta análise, o final de 2024 já é de recuperação, que deverá prolongar-se para o próximo ano.

Dois terços dos inquiridos no Outlook de M&A da CMS na Europa antecipam uma subida e 20% preveem que seja significativa.

“Pre vemos uma retoma nas fusões e aquisições, especialmente com a descida e estabilização das taxas de juro, aliada ao dinamismo do investimento estrangeiro”, reforça João Ricardo Nóbrega, managing partner da EY Law. “As áreas de private equity e venture capital também prometem expansão, vocacionada sobretudo



para os segmentos da Inovação/tecnologia, saúde e energia”, acrescenta, apontando, também, que se deverá “assistir ao crescente fenómeno de profissionalização dos investimentos através da utilização de veículos regulados”.

As capitais de risco continuam com bastante capacidade de investir e, depois, os family offices, que são um player recente no mercado, também estão ativos.

As operações cross-border vão ser relevantes, inclusive com a possibilidade de novos atores, com o inquérito da rede da CMS a indicar que os investidores do Médio Oriente estão de olhos postos no mercado português, atentos a oportunidades, nomeadamente nas infraestruturas, uma área que se prevê em alta.

“Somos um bom mercado de teste para a entrada de investidores no mercado europeu”, assinala Tiago Valente de Oliveira, sócio de Corporate e M&A da CMS Portugal.

Na entrevista ao JE, Cristina Cabral Ribeiro assinala que há algumas grandes operações que estão anunciadas, que foram sendo preparadas nos últimos meses e que deverão avançar. “Creio que vão mexer um bocadinho o mercado em 2025 e a nossa perspetiva é que isso venha a acontecer”, diz.

Cláudia Cruz de Almeida prevê que 2025 nos traga transações muito relevantes no setor dos transportes e infraestruturas e no setor financeiro, a par com um pipeline assinalável de transações no setor da indústria, mantendo aliás a tendência a que deste ano, bem como nos setores do healthcare e de IT&TMT. Isto a par com a manutenção de uma atividade transaccional importante no setor do imobiliário e turismo, que têm demonstrado um forte dinamismo.

“O que sentimos da auscultação de investidores é alguma confiança”, aponta Tiago Valente de Oliveira, ainda que indique preocupação com o que pode acontecer com o regresso de Donald Trump à Casa Branca e a deterioração da situação económica na Alemanha.

Cruz de Almeida mantém um “otimismo prudente”, Cabral Ribeiro sublinha que as perspetivas são boas. “Diria que em 2025 vamos ter boas notícias no M&A”, finaliza.



dataLEX



Filipe Costa Fonseca
Managing Partner

Os advogados modernos carecem de aplicações que otimizem o seu tempo através da automação de atividade, do controlo de prazos, colaboração e partilha de informação e conhecimento e também do apoio na facturação. Com esse objetivo em vista, procuram soluções que correspondam às suas necessidades muito específicas e utilizem uma linguagem adequada à profissão.

O dataLEX posiciona-se no mercado específico de uma realidade emergente denominada por Legal Tech, ou seja, no desenvolvimento e comercialização de soluções que visam dar resposta tecnológica às dificuldades de gestão muito concretas dos advogados, seja em prática individual, colectiva, integrados em sociedades de advogados ou departamento jurídicos de empresas.

Sendo uma aplicação web, o dataLEX permite gerir, de forma centralizada na cloud, todas as atividades do advogado, através de uma aplicação totalmente desenhada por profissionais jurídicos.

O dataLEX adapta-se a qualquer tipo de prática, permitindo a gestão diária de clientes, assuntos e tarefas com interface de elevada acessibilidade, rapidez e facilidade de utilização.

www.datalex.pt

Morada: Avenida do Atlântico, 16 Edifício Panoramic - 12.11, Parque das Nações 1990 - 019 Lisboa, Portugal





Antevisão de 2025 para as principais áreas de prática

O Jornal Económico ouviu especialistas e fontes do setor sobre o que se pode esperar para o próximo ano para as principais áreas de prática na advocacia de negócios, em função das tendências que se definem, da evolução do próprio mercado, da economia e de nova regulamentação.

Ambiente e ESG

Greenwashing chega ao fim? E o ESG washing?

Por **André Cabrita-Mendes**

Vários temas vão marcar o ano de 2025 nas áreas da sustentabilidade e do ambiente, social e de governança (ESG, na sigla inglesa). Uma das principais será a Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD), que ainda não foi transporta por Portugal, restando saber como vai ficar a legislação nacional para os relatórios ESG das empresas, e quando a mesma entra em vigor. Por outro lado, também há a questão da transposição da Diretiva Energias Renováveis – RED III. O projeto de diploma para assegurar a transposição parcial já esteve em consulta pública, mas ainda não saiu. O Governo pretende alterar o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) e o regime que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional. A RED III tem como objetivo que 42,5% da energia consumida na União Europeia

até 2030 tenha origem em fontes renováveis. Para atingir esta meta, “são promovidas medidas que facilitam a integração das energias renováveis no mercado energético, incluindo procedimentos administrativos simplificados e acelerados para a autorização de projetos”, disse o Governo em setembro, no lançamento da consulta pública.

Outro dos temas em destaque no próximo ano será o greenwashing, com a legislação europeia (como a Green Claim Directive) a penalizar as empresas que não cumpram as regras. No entanto, a legislação só incide sobre o E do ESG, faltando regulação para o ESG washing que pode ocorrer no marketing sobre o impacto social (S) e a governança (G). Mas também há a questão da CSDDD (due diligence), em que as grandes empresas têm a obrigação de apoiar uma PME da sua cadeia de valor, para a sustentabilidade e para o reporte, mas resta saber se tem acontecido e como garantir a sua aplicação.

Análise

Arbitragem

Mecanismos de resolução alternativa de litígios em alta

Por **Inês Amado**

O recurso à arbitragem deverá aumentar em 2025, à imagem do que se tem verificado nos últimos anos, com as empresas a mostrarem-se cada vez mais favoráveis aos mecanismos de resolução alternativa de litígios, diz um dos advogados com quem o JE falou, identificando, também, uma “maior preocupação na redação de cláusulas de resolução de litígios”.

“Os operadores económicos estão cada vez mais conscientes da importância de escolherem o procedimento de resolução de litígios adequado a cada contrato e a cada litígio, o que requer que se familiarizem com os diversos mecanismos disponíveis”, explica.

A ideia é partilhada por outro advogado, que diz ser “seguro” esperar um contínuo aumento da utilização desses meios alternativos, tanto no setor privado como no quadro das relações com o Estado e a administração pública. “Sintomático disto mesmo é a recente alteração à lei que aprovou as medidas especiais de contratação pública e que privilegia claramente o recurso à arbitragem perante litígios na execução de contratos de empreitada de obras públicas ou de fornecimento de bens que sejam financiados ou cofinanciados por fundos europeus”.

A discussão sobre a regulamentação da arbitragem societária também se mantém em cima da mesa. “Há algum tempo já que se vem discutindo a necessidade de se regulamentar a arbitragem societária, alargando o âmbito dos litígios de natureza societária que podem ser resolvidos por recurso à arbitragem”.

Também as questões ambientais e a modernização tecnológica nas ferramentas utilizadas nos procedimentos arbitrais surgem na lista. “Têm surgido movimentos e grupos dedicados a promover a implementação de procedimentos ecologicamente mais responsáveis. Diversas instituições arbitrais internacionais adaptaram as suas regras de modo a permitir a tramitação eletrónica quase integral dos procedimentos”.

E, por fim, a mediação. “A comunidade jurídica tem dado cada vez mais relevância a este mecanismo que se tem revelado o mais adequado para um largo número de disputas contratuais”, defende.

Bancário

Vem aí a legislação que abre a porta ao shadow banking

Por **Maria Teixeira Alves**

O grande desafio da banca nos próximos anos é o crédito concedido pelo shadow banking, ou sistema bancário sombra. Trata-se de fundos e intermediários financeiros que atuam praticamente sem regulação e que são responsáveis pela concessão de montantes significativos de crédito a empresas portuguesas. Quem nos diz é um advogado que esteve envolvido em grandes transações nos setores de Banca e Finanças de uma das sociedades atualmente mais ativas no mercado em operações de M&A.

Os fundos de crédito e os intermediários de crédito “não atuam de forma profissional nem comercializam os seus serviços ativamente na jurisdição portuguesa”, concedendo crédito “na sequência de solicitação do cliente e de forma ocasional (atividade fácil de estruturar em operações que não se dirijam a clientes de retalho)” e acabam por ser efetivamente responsáveis por uma fatia não menosprezável do financiamento às PME sem praticamente regulação, espaço que era tradicionalmente ocupado pelo setor bancário. Os CEO dos grandes bancos portugueses têm-se





Compliance

Branqueamento de capitais e IA na agenda

Por **Maria Teixeira Alves**

sistematicamente queixado desta situação, realça o mesmo advogado especialista nas áreas de bancário, financeiro e mercado de capitais.

Os fundos de crédito constituídos nos termos da legislação portuguesa (organismos de investimento alternativo de créditos introduzidos na nossa legislação em setembro de 2019), estão legalmente autorizados a conceder crédito a título profissional, sendo uma exceção ao princípio da legislação bancária de que apenas as instituições de crédito e as sociedades financeiras podem exercer, a título profissional, a atividade de concessão de crédito. O que é certo é que os fundos estrangeiros equivalentes ainda não beneficiam de um “passaporte” que lhes permita a concessão de crédito em Portugal de forma profissional. “No entanto, foi publicada em março deste ano a Diretiva (UE) 2024/927 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera as duas principais diretivas europeias sobre organismos de investimento coletivo, a AIFMD e a Diretiva UCITS (AIFMD II e UCITS VI. Este importante diploma deve ser transposto, salvo algumas exceções, até 16 de abril

2026, e irá determinar importantes alterações ao Regime da Gestão de Ativos”, acrescenta. “Dado que os fundos de crédito portugueses já estão autorizados a conceder crédito de forma profissional, espera-se que a AIFMD II [Alternative Investment Fund Managers Directive] seja transposta em Portugal no sentido de estabelecer o verdadeiro passaporte, permitindo que essas instituições passem a oferecer crédito de forma profissional e com comercialização ativa dos seus serviços, abrindo as portas ao financiamento das PME portuguesas por fundos de crédito europeus sem necessidade de estarem na sombra”, refere, salientando que o desafio da banca é manter o crédito num contexto desta nova legislação que abre a porta ao shadow banking, que na Europa já é uma realidade no que toca em alternativas ao crédito.

As estratégias de compliance e a ética empresarial são as formas mais seguras para antecipar e evitar que as empresas incorram em responsabilidade criminal e contraordenacional. Assim procuramos saber junto dos advogados especialistas nesta área quais são as tendências para 2025.

Um advogado de um dos escritórios mais ativos da atualidade em operações de fusões e aquisições, explicou que “o combate à fraude fiscal, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo são hoje prioridades em todos os sistemas ocidentais e não deixarão de estar na agenda nos próximos anos. Tem ocorrido um agravamento progressivo das regras de compliance, que hoje representam parte relevante do peso regulatórios das instituições financeiras, não sendo de esperar que este peso diminua”, refere o mesmo advogado especialista em banca e M&A.

Como será 2025 em atividade? “Nos temas de compliance será, como nos últimos anos, de esperar um agravamento das regras aplicáveis. Não se trata de área muito exposta aos ciclos económicos, como é bom de ver”, salienta o mesmo advogado. Já no que toca a novas leis à vista que vão marcar a agenda desta área, aponta os novos quadros regulatórios, aprovados em maio de 2024 pelo Conselho, que são muito recentes. Nomeadamente, o regulamento que cria a nova Autoridade da UE para o Combate ao Branqueamento de Capitais; o regulamento relativo às obrigações em matéria de combate ao branqueamento de capitais aplicáveis ao setor privado; a diretiva relativa aos mecanismos de combate ao branqueamento de capitais a nível nacional; revisão do regulamento relativo às transferências de fundos, que foi adotada

em 2023. Portanto 2024, “será sobretudo um ano de consolidação destes instrumentos”.

Por sua vez outro advogado especializado em contencioso penal e contraordenacional de um dos maiores escritórios do país, realçou que a “implementação de medidas de compliance – que são muitas vezes mais abrangentes do que o público possa pensar, abarcando, não só medidas destinadas à prevenção do branqueamento, da corrupção e de crimes conexos, mas também adstritas ao combate a práticas desleais e ao assédio moral –, atendendo à sua complexidade, sempre representou um desafio de implementação para as empresas e demais entidades obrigadas”.

“Justamente para tentar ultrapassar esse obstáculo e tornar a implementação e aplicação prática dos programas de compliance um processo mais simples, rápido e eficaz, as novas tecnologias – designadamente, a inteligência artificial – têm vindo a revelar-se um instrumento importante à eficácia do setor de compliance”, defendeu o sócio de um dos grandes escritórios de Lisboa. O mesmo especialista diz que “os sistemas de IA podem contribuir, e muito, para automatizar e tornar mais céleres os processos de avaliação e tratamento das denúncias, simplificar os procedimentos de análise e recolha de dados e identificar e classificar os riscos de forma mais rigorosa. Desejavelmente, estes resultados contribuirão para a aceleração das investigações internas, sem comprometer a exatidão das conclusões finais”.

Como será 2025 em termos de atividade? “Não obstante a manutenção dos receios de recessão, relacionados não só com uma certa estagnação económica da Alemanha – que não parece, atualmente, ter como prioridade a recuperação deste setor – mas também com uma crescente perda de competitividade face aos Estados Unidos da América, a verdade é que nem a já

longa guerra na Ucrânia parece ter causado uma verdadeira recessão nos mercados da União Europeia. Pelo contrário, poderemos até concluir que a invasão da Ucrânia levou os países da UE a implementarem medidas mais dinâmicas destinadas a procurar uma maior independência da UE face a Estados terceiros, medidas estas com impacto positivo no setor de compliance”, refere o mesmo advogado.

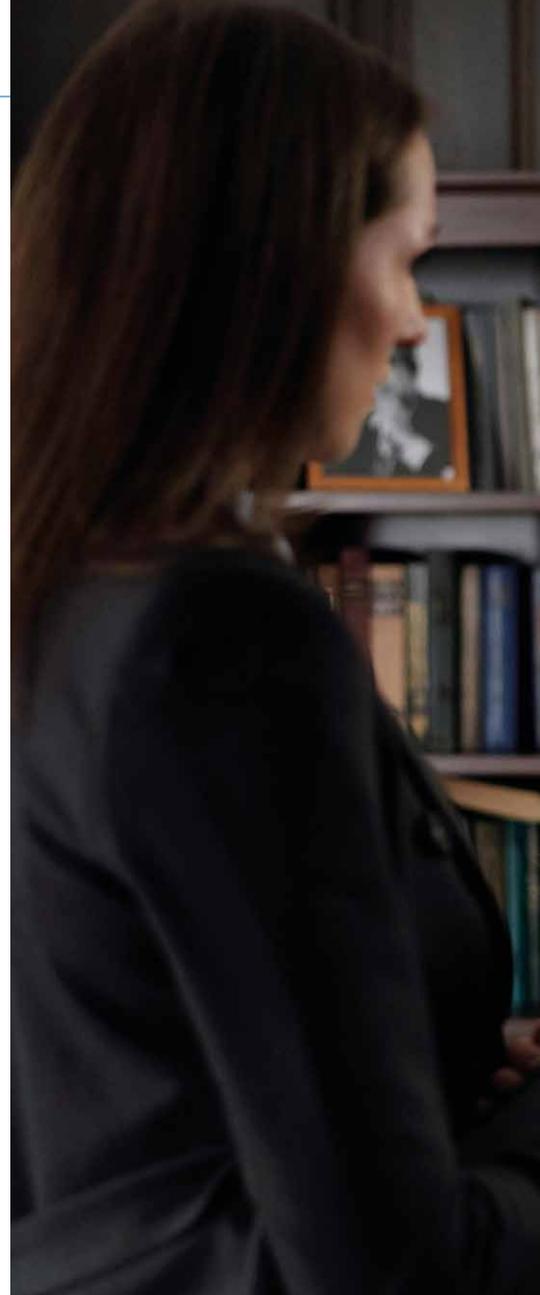
Já sobre as novas leis à vista que vão marcar a agenda desta área, a mesma fonte defende que “a propósito do papel que a IA irá certamente representar para o setor de compliance, cumpre destacar o Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024, que cria regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial e que já se encontra em vigor, sendo a totalidade do regime aí previsto aplicável a partir de 2 de agosto de 2026”.

“Destaca-se a preocupação, subjacente a este diploma, de implementação de medidas capazes de colmatar as falhas associadas aos sistemas de IA de risco elevado e as falhas discriminatórias que poderão advir do tratamento de dados através de sistemas de IA”, acrescenta.

Por outro lado, e sob outra perspetiva, “destaca-se igualmente a Diretiva (UE) 2024/1760 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024, relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, já em vigor, pese embora não se encontre ainda transposta no ordenamento jurídico português. Esta Diretiva impõe a incorporação, nas empresas obrigadas, à implementação de medidas em matéria de direitos humanos e do ambiente nas suas políticas e nos seus sistemas de gestão dos riscos”.

Para o próximo ano, “um dos desafios já identificados, e que se irá certamente manter nos tempos que se avizinham, será a avaliação do impacto dos sistemas de IA no tratamento prático e na implementação das medidas de compliance”.

“De facto, cumpre avaliar se a rapidez e automatismo trazidos pela IA contribuem efetivamente para um reforço da eficácia global das medidas, ou se comprometem a exatidão e fiabilidade da avaliação dos dados e, conseqüentemente, das conclusões.



Assim, será necessário alcançar um equilíbrio entre a IA e a intervenção humana para atingir uma melhoria global no setor de compliance”.

Concorrência

Regras mais apertadas para o digital

Por **Inês Amado**

No próximo ano, o Digital Markets Act e o Digital Services Act continuarão certamente a marcar a agenda, tal como o IA Act. E à luz dessas novas regras, as em-



presas Big Tech poderão ser confrontadas com coimas de forma inédita, prevê um dos advogados consultados pelo JE. “Iremos ver se isso se irá traduzir em ações de indemnização por parte de associações de consumidores perante os tribunais nacionais – algo que poderá ser a grande tendência de 2025”.

“Mas o debate de um possível overenforcement permanece em aberto”, sublinha.

2025 irá trazer, também, desenvolvimentos na atuação da AdC e da Comissão Europeia, no âmbito dos chamados acordos anticoncorrenciais no mercado

laboral e, também, da AdC no âmbito da Inteligência Artificial Generativa, lista outro dos advogados, prevendo, ainda, novas tendências no domínio da política de concorrência face aos relatórios de Mario Draghi e Enrico Letta.

Quanto ao tema da legalidade das buscas por parte da AdC, que resultaram na aplicação de decisões de infração que resultaram em coimas de centenas de milhões de euros, ao longo de quase uma década, outro dos advogados entende que a interpretação que o Tribunal de Justiça da UE e o Tribunal Constitucional subse-

quentemente irão dar ao tema irá ser determinante para a aplicação do direito da concorrência em Portugal.

Sobre a revisão das orientações relativas ao Artigo 102.º do TFUE (exclusionary abuses), outro dos advogados aponta para o impacto que a publicação terá na interpretação das regras de concorrência a aplicar na UE. Com a entrada em vigor, previsivelmente no próximo ano, poderão provocar “um shift no tratamento dos casos de abuso de posição dominante”.

É dado destaque, ainda, à Foreign Subsidies Regulation, que deverá assegurar uma maior proteção das empresas da UE perante a intervenções de organizações fi-

Análise

nanciadas por Estados terceiros e, por fim, ao caso Illumina/Grail.

Contencioso

Combate ao atraso

Por **Ricardo Santos Ferreira**

A área de contencioso vive da interação com diferentes áreas de prática, porque lida com as situações de litígio entre duas ou mais partes, processos judiciais e administrativos já estabelecidos, mas o principal combate que os advogados travam é

com o sistema, por causa dos atrasos nos processos, nomeadamente no que respeita aos tribunais administrativos. É uma queixa recorrente, que condiciona a atividade todos os anos.

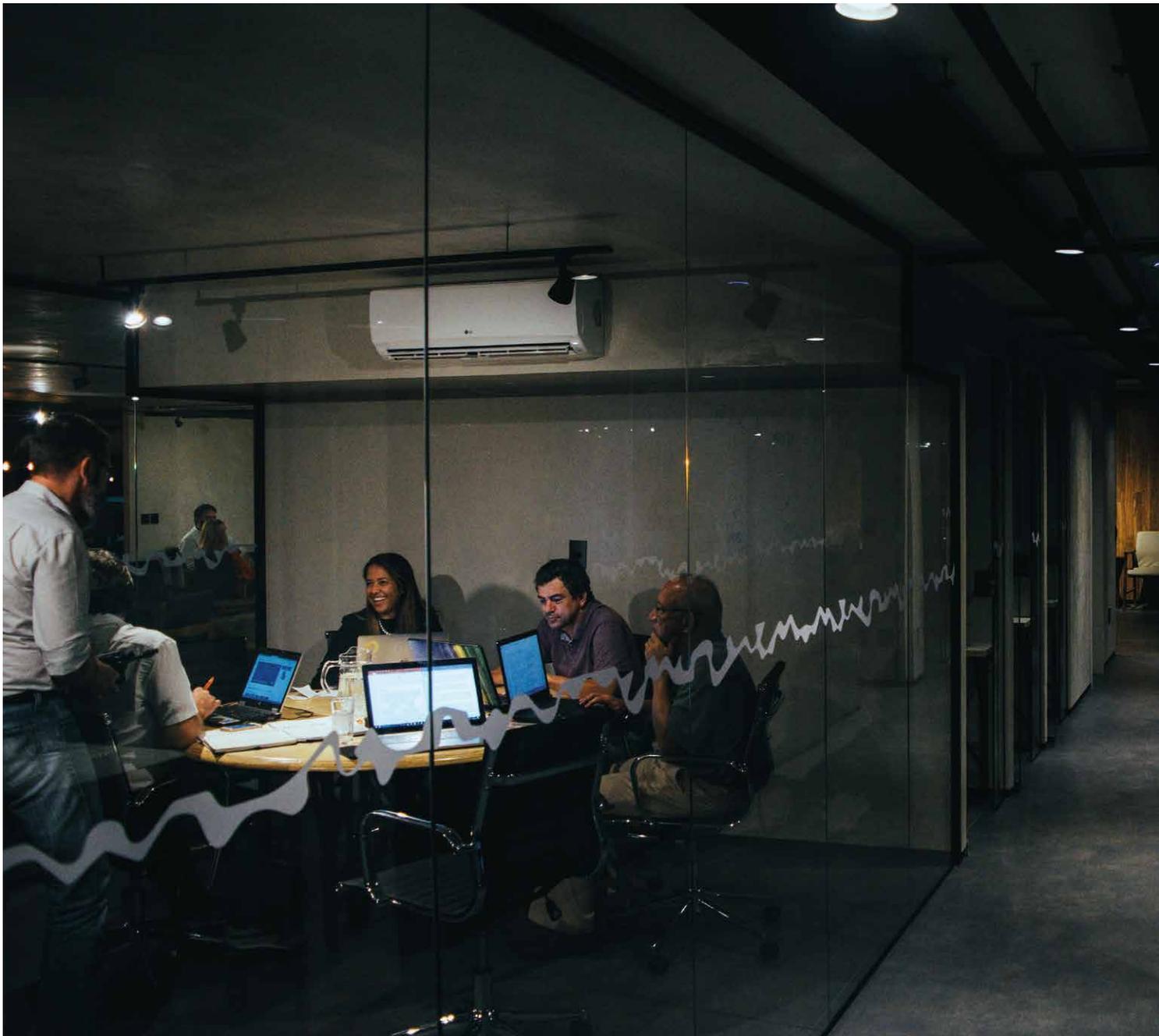
A situação era de difícil, mas agravou-se substancialmente com os quase 18 meses de greve dos oficiais de justiça.

Os processos de insolvência, assim como os de recuperação de empresas, também passam por aqui e motivam as mesmas queixas pelos atrasos, porque os valores ficam retidos durante anos e os processos arrastam-se. “É uma grande frustração para os clientes”, sublinha um advogado da área. É a denegação a justiça.

Por vezes, os advogados que iniciam um processo não são os que o concluem, tal o hiato.

A forma de contornar esta situação tem sido o recurso à arbitragem, o que nem sempre é possível, mesmo que este seja um mercado em que as questões entre privados são dominantes, superando as que opõe agentes privados a públicos.

Para o próximo ano, antecipam-se mais litígios relacionados com os temas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla inglesa), mas também de compliance.



Os processos relacionados com transações continuarão a ter um peso relevante.

Aguarda-se, ainda, a concretização dos grandes processos de concorrência, assim como as sanções dos relacionados com a proteção de dados, tal como a conformidade com a nova legislação. Aliás, as questões relacionadas com o digital têm vindo a ganhar peso, traduzindo a evolução da própria realidade para um mundo mais interligado, de forma digital.

Em pano de fundo, a instabilidade geopolítica pode traduzir-se em litigância. É um risco.

Corporativo, M&A, Private Equity e Mercado de Capitais

Combate ao atraso

Por **Ricardo Santos Ferreira**

A expectativa dos profissionais das áreas de Corporativo, M&A, Private Equity e Mercado de Capitais é de que o próximo ano seja de crescimento, em linha com a evolução da economia e, também, da recuperação do movimento de fusões e aquisições, depois de um 2024 de quebra neste segmento, em termos de negócios feitos, o que os registos comprovam, mas não de trabalho para as sociedades, que registaram o incremento da atividade.

Os riscos continuam a ser os mesmos verificados em 2023, intensificados em 2024 e que se mantêm muito presentes, relacionados, fundamentalmente, com o quadro exterior, da anemia económica nos principais mercados à instabilidade geopolítica e às consequências das mudanças que foram tendo lugar desde a pandemia de covid-19.

Duas guerras de elevada intensidade em curso, tensão em diversas regiões, perspectivas de guerras comerciais, com a nova administração de Donald Trump a ser empossada em janeiro e a insistir no aumento de tarifas aduaneiras, que terão represálias.

A economia portuguesa e os negócios serão influenciados pelas dificuldades económicas em mercados como o espanhol ou o francês, em abrandamento e, no segundo caso, com a perspectiva de um orçamento fortemente restritivo, ou a Alemanha, em recessão. O corte abrupto das taxas de juro, refletindo a descida da in-

flação, incentivou o mercado transacional português depois do verão, o que deverá continuar a acontecer no próximo ano.

Apesar de se manterem riscos externos, os agentes económicos não podem aguardar para sempre e as taxas a descer ajudam à decisão. Os especialistas dizem que há liquidez no mercado, que os private equity estão capitalizados e que já há processos que estavam parados e recomeçaram a avançar.

Depois, se este for o ano de melhoria da perceção de risco, poderá ser de crescimento acentuado.

Desporto

Proteção dos atletas, sustentabilidade e integridade

Por **José Carlos Lourinho**

A proteção dos direitos dos atletas, a integridade no desporto e o reforço da sustentabilidade e inclusão deverão ser os três pilares principais que irão nortear os caminhos do direito do desporto em 2025, de acordo com a visão dos especialistas consultados pelo JE. Estes três princípios, que deverão ter especial ênfase numa visão global das leis do desporto, passam, no caso do acautelamento dos direitos dos atletas, passar pela redução da carga de trabalho, aumento das exigências sobre a saúde mental e ainda a prevenção face a condutoras e calendários abusivos que, no entender de especialistas, devem estar no centro da atenção das políticas desportivas. No capítulo da integridade, a legislação deverá estar atenta a temas como combate à corrupção, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo sendo que a manipulação de resultados e o doping deverão continuar a ser uma prioridade. Aqui, deverá ser especialmente acautelada a problemática das apostas desportivas que vão muito para além do futebol: “Será de esperar uma regulação mais apertada e ainda um investimento em sistemas de monitorização para assegurar a integridade das competições. Por fim, as preocupações ambientais e sociais



deverão continuar a assumir grande destaque com ênfase na sustentabilidade dos eventos desportivos e na inclusão de grupos minoritários e pessoas com deficiência com novas regulamentações à espreita. Os especialistas consultados pelo JE destacam ainda que as principais preocupações internacionais nesta área legislativa deverão acabar por ser plasmadas em alterações regulamentares que acabem por ter impacto direto no Direito do Desporto Nacional. A nível interno, é de esperar que o novo ano traga desenvolvimentos significativos em vários temas que carem de melhor clarificação ao nível da legislação. É de esperar que se defina algo mais no que diz respeito à centralização dos direitos televisivos sobretudo em que termos será feita a respetiva contratualização e regulação. O novo Regime Jurídico das Sociedades Desportivas também poderá ser revisitado, já que tem merecido severas críticas por parte de peritos que apontam muitas incongruências a este novo regime. Por outro lado, o financiamento das Sociedades Desportivas a aquisição de clubes/SADs coloca problemas de fiscalização e controlo da proveniência de capitais, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo; associada a esse tema estão os esforços para aumentar a transparência nas federações e clubes, com ênfase na governança e no combate à corrupção. Noutro plano, é de esperar novidades quanto à Convenção Coletiva de Trabalho no futebol feminino assim como relativamente às queixas em torno de treinadores não qualificados, suscitada pela Associação Nacional de Treinadores de Futebol, com o possível surgimento de ações judiciais. Outras preocupações que deverão ter respaldo legislativo em 2025: a proteção de menores, atendendo ao escândalo em torno de academias e as preocupações crescentes com os menores e o fenómeno do futebol; medidas para prevenir comportamentos violentos nos estádios e fora destes e políticas de segurança em eventos desportivos.

Energia

Leilão offshore marca o ano

Por **André Cabrita-Mendes**

O ano de 2025 deverá ficar marcado pelo lançamento do leilão eólico offshore pelo Governo nas práticas ligadas à energia. Este concurso é bastante aguardado pelo setor e vai colocar em campo as principais sociedades do país. Um total de 50 empresas registou o seu interesse neste procedimento junto das autoridades, devendo ser um dos principais temas no setor energético no próximo ano.

O Ministério do Ambiente e da Energia já revelou que pretende lançar um leilão a duas fases para construir dois gigawatts de potência até 2030: primeiro, o leilão sobre o fundo marinho, para que as empresas possam avaliar a potencialidade de uma área, com o objetivo de reduzir o risco quando chegar a hora de licitar. Depois, o leilão sobre os preços, onde os produtores licitam o CfD, o contrato que vai remunerar a sua produção durante o período da concessão.

No setor, existem muitas dúvidas de que os dois gigawatts estejam construídos

até 2030, com esta data a ser vista como sendo apenas indicativa, isto é, de que os projetos já estarão a ser desenvolvidos nesta altura.

Uma das grandes questões atualmente é o elevado preço das interligações com terra para escoar a eletricidade produzida no mar. Quem pagará esta fatura? Os consumidores através da fatura mensal, ou os promotores? Este será um tema crucial nos próximos anos no sector energético.

O concurso de baixa tensão também prometia ‘aquecer’ 2025, mas Nuno Ribeiro da Silva, o presidente da Comissão de Coordenação para a Baixa Tensão, já avisou que o concurso só vai ter lugar em 2026, isto depois das eleições autárquicas, que se realizam na reta final de 2025.

Fiscal

Fim do RNH e sociedade multidisciplinares marcam 2025

Por **Lígia Simões**

Incerteza do regime de Residente Não Habitual (RNH), impacto da transposição da diretiva de lucros mínimos para alguns grupos económicos e crescimento das sociedades multidisciplinares. É este o quadro, acentuado pelas alterações fiscais introduzidas em 2024 e 2025 e possível recessão económica na Europa, que deverá marcar a dinâmica da prática do Direito Fiscal no próximo ano.

Com 2025 a ser o primeiro ano após o término efetivo do RNH, após o regime transitório de 2024, um dos fiscalistas consultado pelo JE perspectiva para o próximo ano “o decréscimo de procura de clientes





internacionais na jurisdição portuguesa”.

“Veremos qual o impacto, inclusivamente no setor imobiliário”, diz, frisando que “o regime do RNH 2.0 continua inoperacional, prejudicando a captação de investidores e quadros estrangeiros qualificados, o que dificulta a implementação de projetos de investimento e atração de expatriados”. Isto porque, conclui, a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho “é excessiva e pouco atrativa”.

A opinião de que no atual contexto político e económico ano de 2025 não assistirá acréscimos significativos de atividade

é partilhada por outro fiscalista que aponta que a atividade vai ser marcada mais pela forma como o mercado reage às sociedades multidisciplinares. A mudança da lei “terá, muito provavelmente, um impacto profundo na atividade”, considerando que será interessante perceber se o caminho será de as grandes sociedades de advogados se integrarem formalmente em grandes auditoras ou alargarem os seus serviços. “Tem a palavra o mercado”, conclui.

Noutra área, outro fiscalista destaca transposição da diretiva sobre lucros mínimos, os grupos de IVA, a agenda Ace-

lerar a Economia, que, realça, “contém múltiplas disposições fiscais, e o projeto de reforma do contencioso tributário, cujos trabalhos deverão terminar no final deste ano, início do próximo”. Este especialista reforça que “a litigância continuará por certo elevada”, e considera expectável que temas de fiscalidade internacional, aplicação de normas anti abuso, densificação do conceito de substância económica e mecanismos de troca de informações possam ganhar “relevância acrescida”. Em termos gerais, concluiu, que uma parte dos serviços fiscais tenderão a transformar-se progressivamente em commodities, e aumentará a sofisticação e complexidade.



Imobiliário e Urbanismo

Continuar a crescer, mesmo com riscos

Por **Rodolfo Alexandre Reis**

Um aumento gradual, mas impressionante, da procura de imóveis, essencialmente para habitação, nos centros urbanos das grandes cidades do litoral, com um impacto significativo no valor por metro quadrado de venda e arrendamento. E uma aposta

na promoção imobiliária de ativos não residenciais, com melhores retornos financeiros. Estas são algumas das tendências que têm vindo a marcar o ano de 2024 nos setores imobiliário e urbanístico.

Segundo os especialistas consultados pelo Jornal Económico, a eventual desaceleração da Alemanha e os riscos de recessão na zona euro, ainda que relevantes, parecem estar em contradição com o que se perspetiva para o mercado imobiliário em Portugal em 2025. Apesar da recessão do “motor da Europa” e da incerteza que decorre de um contexto internacional instável, o mercado do imobiliário português, com muita probabilidade, não “encurtará”.

Os especialistas acreditam que a vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas, as duas guerras em curso e a introdução, em alguns países europeus, de regimes fiscais cada vez mais desfavoráveis, deverão potenciar o investimento estrangeiro, particular e corporativo, em Portugal.

O setor imobiliário foi marcado, na última legislatura, por alterações relevantes, em particular no mercado do arrendamento e Alojamento Local, bem como nos procedimentos administrativos de licenciamento de obra.

Por outro lado, a prometida alteração ao regime jurídico da urbanização e edificação poderá vir a ter um impacto relevante no mercado.

No entanto, os especialistas lamentam que a redução do IVA a 6%, para a construção de imóveis habitacionais, tenha sido rejeitada, porque teria um efeito de alteração estrutural no mercado.

Infraestruturas e Transportes

Oportunidades nas Obras Públicas

Por **Inês Correia Botelho**

O próximo ano mostra-se interessante para o setor das infraestruturas e dos transportes, depois de 2024 a área de projeto e financiamento estruturado ter vivido um equilíbrio sensível entre a estabi-

lidade económica e a estabilidade política.

Os agentes devem preparar-se para um ano expansionista, prevendo-se que a maior estabilidade política possa dar a 2025 um impulso nos investimentos públicos na economia nacional.

É provável que o contexto europeu mais complicado se estenda para o próximo ano, com um abrandamento generalizado, com a economia alemã em dificuldades e a viver um período de instabilidade política. No entanto, a falta de dinamismo alemão pode não ser negativa para Portugal.

Na área das infraestruturas, já estão previstos lançamentos de obras públicas, as últimas fases das linhas de alta velocidade ferroviária no eixo atlântico, a linha de alta velocidade ferroviária no eixo Lisboa-Madrid, a terceira travessia do rio Tejo e o novo aeroporto de Lisboa.

As oportunidades não se circunscrevem a Portugal, em Angola perfilam-se oportunidades, uma vez que existem inúmeros projetos de construção e modernização de infraestruturas, nomeadamente os relativos à ampliação do porto de Lobito, Barra do Dante e Namibe, e a modernização de várias infraestruturas rodoviárias.

No entanto, nem tudo são rosas, o tema das energias renováveis vai continuar a estar no centro das questões relacionadas com infraestruturas, sendo necessário que os governos e reguladores tragam clareza sobre qual é o pipeline de projetos energéticos que pretendem para responder às necessidades do consumo futuro, uma vez que as indústrias necessitam de energia elétrica.

Neste sentido é esperado que seja feita uma transposição da diretiva RED III, que reforça os objetivos da União Europeia em matéria de energias renováveis. Esta transposição deverá vir acompanhada de mecanismos para solucionar os conflitos entre populações e promotores dos projetos com maior impacto nacional.

Laboral

Igualdade salarial e plataformas

Por **Ricardo Santos Ferreira**

Os especialistas na área de prática de Laboral não esperam grandes alterações no mercado para o próximo ano, mas a consolidação do que já existe, o que é uma boa notícia, pela previsibilidade.

A grande exceção a esta perspetiva poderá vir da transposição para o quadro regulamentar português da Diretiva Europeia sobre Transparência Salarial, datada de maio de 2023 e que Portugal terá de transpor até 2026.

Esta legislação tem como objetivo promover a igualdade e combater a discriminação remuneratória e reduzir as disparidades salariais. As empresas vão ter de informar as autoridades, os trabalhadores e os seus representantes dos salários pagos e justificar disparidades. Terão, por isso, de redefinir políticas remuneratórias, baseando-as na avaliação de desempenho e nas competências.

Os especialistas consideram que a transposição terá efeito nas empresas, até pelo choque cultural que pode provocar. A forma como o decisor político definir o caminho para as novas regras e as empresas procurarem adaptar-se (o que podem fazer antes da imposição legal), condiciona tudo.

Depois, nota para a crescente litigância em torno das relações laborais no quadro das novas plataformas digitais. Portugal estava mais avançado neste assunto do que a Diretiva europeia, pelo que qualquer modificação do articulado do Código do Trabalho será mais formal do que substantiva, o que não invalida, claro, que se mantenha a litigância e a necessidade de dirimir posições diferentes entre os diferentes atores.



Penal

Corrupção em destaque em 2025

Por **Lígia Simões**

É aguardada com expectativa a anunciada legislação sobre o pacote anticorrupção, bandeira deste governo, que marcará a área do Direito Penal no próximo ano, perspetivam os advogados dos escritórios consultados pelo JE, que antecipam também a produção legislativa em matéria de criptomoedas e branqueamento de capitais associados a este fenómeno.

Um dos penalistas contactados destaca



que “as áreas de perseguição sancionatória serão marcadas pelos objetivos e propósitos definidos pela Lei de política criminal”. Realça aqui que assistiremos, por conseguinte, ao reforço da investigação criminal em temas relacionados com a corrupção e crimes conexos e noutra vertente, à perseguição do fenómeno relacionado com a violência doméstica. “Estou convencido que as questões relacionadas com a cibercriminalidade e branqueamento de capitais, ocuparão um espaço progressivamente mais importante na investigação criminal e na prática judiciária”, diz.

Os crimes de colarinho branco vão ter destaque, tendo como pano de fundo o pacote anticorrupção apresentado em junho deste ano pelo primeiro-ministro e a ministra da Justiça com 32 medidas, entre as quais consta a pretensão de equiparar o regime sancionatório das coimas previstas no Regime Geral de Prevenção da Corrupção ao da legislação de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. E ainda aumentar o valor das coimas no caso de incumprimento das regras de prevenção da corrupção.

Para 2025, os penalistas antecipam ain-

da que do ponto de vista organizacional da advocacia, com algumas exceções, se assistirá ao reforço do fenómeno de deslocalização dos temas criminais puros para escritórios de pequena/média dimensão, mantendo as grandes firmas de advocacia a prática de Compliance, direito regulatório, investigações e proteção de dados. E apontam como um dos

temas mais prementes “a resolução da questão do pagamento das defesas oficiosas, um problema que se arrasta há mais de 20 anos e que afeta significativamente muitos advogados”.

Tentando projetar o ano de 2025 e reportando-se apenas ao direito sancionatório, um desses penalistas frisa que, de um ponto de vista adjetivo, “iremos assistir a um reforço das organizações em matéria de procedimentos de Compliance, não só fruto das obrigações introduzidas pela legislação vigente, mas como fator de desresponsabilização ou atenuação de responsabilidade sancionatória”. Mais virado para a tramitação processual, prossegue, irá verificar-se “um reforço da utilização de mecanismos de suspensão provisória de processos, condicionados ao cumprimento de injunções por parte dos infratores”.

Propriedade Intelectual & Marcas

Em volta

da inteligência artificial

Por **Almerinda Romeira**

A inteligência artificial vai dominar o debate no ramo do Direito que regula a proteção das obras intelectuais em 2025 e nos próximos anos. É incontornável face ao ponto em que estamos – o início de uma revolução que ameaça autores e criadores em todo o mundo. Ao JE, ma conceituada advogada, especialista em Direitos de Autor e Agente Oficial da Propriedade Industrial afirma perentória: “A IA está efetivamente transformando profundamente a forma e visão como entendemos a criação de conteúdo e os direitos de autor e conexos, assim como na área da propriedade industrial”.

Este admirável mundo novo, que para

Análise

os mais céticos terá mais de assustador do que de admirável, é um corte epistemológico. A criação artística sempre foi feita pelo homem. E suscita várias questões na área do Direito de Autor. De súbito, a máquina é capaz de gerar peças musicais, poemas, fotografias, vídeos, filmes, tudo o que seja Para realizar a obra, os sistemas de IA precisam, no entanto, utilizar obras e outros conteúdos protegidos por direitos de autor e/ou direitos conexos. Além disso, para complicar, a obra gerada por sistemas de IA acabará por competir com obras criadas por indivíduos. Daqui a 15 ou 20 anos será interminável o número de obras criadas por máquinas. Como enfrentar a realidade? O que pode o Direito fazer? As questões são muitas. A especialista em Direitos de Autor diz ao JE que “para lidar com esses desafios, muitos países estão a começar a visitar quer os direitos de autor, quer industrial e software, procurando formas de adaptar as normas tradicionais às novas realidades trazidas pela IA”. Portugal, adianta, deveria dar o exemplo e iniciar já uma discussão interna nesse sentido, já que somos vistos lá fora como um exemplo em novas tecnologias e na área digital. “Deveríamos assim iniciar um processo legislativo de regulação interna dos muitos aspetos legais e éticos que até ao presente momento ainda permanecem incertos”. Fica a sua sugestão. É que, como explica a especialista, “a evolução do direito de autor e conexo e direito industrial, dependerá de como os sistemas jurídicos e as indústrias criativas lidarão com esses novos desafios”.

Cibersegurança e Proteção de Dados

O momento da cibersegurança

Por **Inês Pinto Miguel**

A inteligência artificial é o tema do momento e continuará a sê-lo no próximo ano, de forma mais aprofundada, à medida que os seus efeitos se sentirem mais nas di-





ferentes atividades, obrigando os especialistas destas áreas a preocupação acrescida sobre os seus efeitos.

Olhando para trás, além do AI Act, o foco vai imediatamente para o regulamento dos Serviços Digitais. Aprovado no início do ano, gerou “novas regras para as plataformas, incluindo redes sociais” e levou a um cerco mais apertado.

Para o próximo ano, os olhos estarão colocados na diretiva NIS 2, mas também noutro regulamento a que é preciso ter atenção, e que também já esteve em destaque no presente ano, o DORA, que vai mudar a forma como o setor financeiro e segurador trabalham.

E para o ano? Será “um ano de continuidade”, mas também aquele em que “vamos discutir cada vez mais a inteligência artificial, os riscos e oportunidades, as exigências e obrigações”.

Na visão dos advogados, 2025 vai ser também o ano da cibersegurança com a implementação da diretiva NIS 2, o que vai gerar mais preocupações. “Esta diretiva vem expandir muito o seu âmbito de aplicação, é muito transversal, o que significa que as empresas passam a ter mais obrigações nesta área”.

A própria Lei dos Serviços Digitais vai trazer “novidades em termos de regulação das plataformas e dos serviços digitais”, nomeadamente da sua implementação em Portugal.

Público

Obras públicas e sustentabilidade destacam-se

Por **João Barros**

Infraestruturas, sustentabilidade e economia circular: com o Plano de Recuperação e Resiliência a entrar na fase final, as agendas de transição energética e digital aceleraram, exigindo mais do sector do direito público. Obras como a alta velocidade recolherão a maior atenção, enquanto outras de menor dimensão ligadas sobretudo à transição energética marcarão o ano.

Várias obras públicas de grande dimensão estão planeadas no país há largos anos, sendo que 2025 deverá marcar o arranque formal do processo para a primeira ligação ferroviária de alta velocidade no país. A Infraestruturas de Portugal já fez saber que quer o concurso público finalizado até meados do próximo ano, naquela que será a grande obra com maior impacto e relevância no país em 2025.

O investimento na ferrovia é uma das prioridades explícitas deste governo (como tinha sido de executivos passados, continuando por cumprir vários projetos do Ferrovia 2020), que também já anunciou a intenção de expandir as frotas dos metros de Lisboa e do Porto, além de modernizar vários trechos.

A melhoria da mobilidade é uma das agendas incluídas na transição verde, que levará também a concursos para infraestruturas energéticas (com o hidrogénio verde à cabeça, mas também ligados aos biocombustíveis), gestão de resíduos ou dessalinização de águas.

Finalmente, a polémica privatização da TAP também deverá marcar a agenda do sector, um objetivo que o Governo já anunciou para 2025. Ainda sem comprador definido e com a tutela a garantir que não tem pressa para fechar este dossier, há ainda muitas questões por responder, mas a área de direito público estará atenta às novidades que surgirem deste processo.

fone, que, no fim das contas, ditou que um operador estrangeiro iniciasse atividade em Portugal: a Digi. Apesar de ser uma aquisição que transitava do ano anterior, só aconteceu em 2024, o que mostrou uma dinâmica de consolidação do mercado. E foi isso, a Digi entrou no mercado nacional com a promessa de competição a preços baixos e, poucas semanas depois, os seus concorrentes apresentaram novas ofertas.

Ainda nas Telecom, “a potencial venda da Altice” foi uma novela que alimentou o setor. Apesar de não ter chegado a bom porto, a venda da dona da Meo, na totalidade ou fatiada, foi algo que marcou o ano, com os advogados a indicarem ainda existir “vontade e apetite” por estes ativos.

Algo mais recente foi a polémica em torno das taxas regulatórias da Anacom, que tem um desenlace interessante nas úl-

timas semanas do ano com o Conselho de Ministros a aprovar um diploma a aprovar essas mesmas taxas.

No lado tecnológico, o foco vai para o “desenvolvimento significativos dos sistemas de cabos submarinos”. Todo o processo de amarração e os anúncios de projetos podem ter passado despercebidos, mas são considerados “muito importantes para a economia do país e crescimento de indústrias e setores adjacentes, como é o caso dos data centers”.

Do lado dos Media, a marca é deixada pela polémica no acesso a conteúdos televisivos e alguma pressão do conjunto de reguladores, nomeadamente da ERC, para a intervenção na definição dos termos de acesso a conteúdos televisivos”. Outro ponto relevante, que será considerado em 2025, é o plano para a comunicação social. Os especialistas dizem ser ainda muito cedo para tirar

ilacões, uma vez que “há algumas ideias, mas não um diploma que traga a implementação de determinadas regras”.

E para o ano? Será “um ano de continuidade”, de “implementação do 5G, com as metas a aproximarem-se mais daquilo que está previsto”. Outro ponto destacado nesta vertente são as Áreas Brancas, com a conclusão do concurso que ficou um “bocado perdido” e com as “zonas remotas e rurais a começarem a ter financiamento público para uma melhor cobertura”.

Sobre o futuro logo se fala, mas para já as previsões ditam: consolidação, algumas movimentações com dinamismo e, sem dúvida, “perceber o verdadeiro impacto da Digi no mercado português”.

PUB



ALMEDINA

A PENSAR DIREITO

DESDE 1955


ALMEDINA

ALMEDINA.NET

Fórum de Decisores

Líderes das sociedades presentes em Portugal partilham as suas perspetivas para a advocacia de negócios em 2025, um ano que deverá ser marcado por crescimento, mas também por desafios macroeconómicos, pela instabilidade geopolítica e pela resposta que o setor dá aos desafios estruturais que tem de enfrentar.

O que esperam os líderes para o mercado da advocacia de negócios em 2025?





Fórum



Inês Sequeira Mendes
Managing partner
da Abreu Advogados

Encaro 2025 com otimismo e sentido de desafio. Continuaremos a viver num contexto de incerteza e de instabilidade macroeconómica e geopolítica, num mundo em mudança acelerada. As guerras prolongam-se, arrastam-se e complexificam-se e as alterações políticas resultantes do período com maior número de eleições desde há muito que ainda não nos permitem compreender todas as suas consequências. A evolução acelerada da transformação tecnológica mantém-se, par com as preocupações com a cibersegurança e a ciberdefesa. Mais localmente, acompanhamos as reformas regulatórias do setor, que ainda estão em curso, e aguardamos pelas tão esperadas reformas na Justiça.

Ou seja, 2025 continuará a ser um ano de incerteza, ainda que por motivos não totalmente coincidentes com os dos anos anteriores. Essa incerteza terá consequências que perpassam a economia nacional e internacional, mas a experiência dos últimos anos tem demonstrado que o nosso setor tem sido resiliente e tem demonstrado grande capacidade de adaptação. Portugal continua a ser atrativo para novos investimentos e o novo ciclo político europeu será marcado pela aposta na competitividade, na reindustrialização sustentável e na defesa e segurança, fazendo antever novas oportunidades. Em suma, e apesar de tudo, encaro com otimismo o mercado da advocacia de 2025.

Este ano será marcado por importantes desenvolvimentos para a advocacia nacional, com a esperada estabilização do regime de estágio e da regulação do setor.

Espero que Portugal finalmente consiga implementar as medidas necessárias para assegurar um sistema de Justiça que efetivamente sirva a Sociedade, reforçando a transparência, o acesso e a confiança dos

cidadãos e empresas, essenciais ao bom funcionamento do Estado de Direito e a um contexto favorável ao investimento.

A inovação tecnológica continuará a ser uma força motriz também na nossa profissão e com potencial de criação de oportunidades para servir os nossos clientes de forma ainda mais rigorosa, rápida e eficaz, sem descurar o elemento humano e a proximidade pessoal que são essenciais. A advocacia portuguesa tem demonstrado uma grande capacidade de adaptação às mudanças tecnológicas. Estou confiante que continuaremos a liderar neste domínio. Acredito que 2025 será um ano de consolidação e de crescimento para a advocacia portuguesa. Como sempre, enfrentaremos os desafios com determinação e visão, e continuaremos a ser um parceiro estratégico sempre ao lado dos nossos clientes.



Paula Gomes Freire
Managing partner
da VdA

2025 será o primeiro ano da nova era Trump e será marcado por um ambiente de continuada tensão geopolítica.

Na Europa, apesar da consistência da trajetória desinflacionista e da descida das taxas de juro, os dados mais recentes apontam para um enfraquecimento das, já de si contidas, perspetivas de crescimento económico, colocando na ordem do dia as recomendações do Relatório Draghi.

Em Portugal, antecipa-se um crescimento acima da média europeia e tudo indica que o governo se manterá em funções durante o próximo ano.

As perspetivas inerentes a essa - porventura curta - estabilidade política e a execução do orçamento que conhecemos indicam que 2025 poderá ser um ano em que Portugal mantém capacidade de atração de investimento internacional, potenciada, no atual contexto, pela nossa localização periférica e atlântica.

Neste contexto é de esperar que, em 2025, o mercado da advocacia em Portugal:

- possa inverter a tendência de contração da atividade de M&A e testemunhar a concretização de algumas “há- muito- aguardadas” grandes transações;
- acompanhe as dinâmicas da transição energética e da transição digital que, aceleradas pela emergência da IA Generativa, ditam um imperativo transformacional dos modelos de negócio de todos os Clientes em todos os setores e, que como tal, são, por si só, indutoras de atividade de M&A e de interessantes necessidades de financiamento e de captação de investimento;
- procure endereçar os desafios trazidos pela centralidade que a defesa, a segurança (física e cyber) e a gestão do risco hoje ocupam nas preocupações dos Clientes;
- ofereça oportunidades muito interessantes, ditadas pelos imperativos da Agenda 2030 e pela imposição de métricas ESG, nas matérias de Ambiente, Agro, Business Human Rights e Governance – ainda que a prazo seja interessante perceber a evolução que as mesmas terão no decurso da nova presidência americana;
- possa apresentar novas configurações, à luz do caminho percorrido em 2024 no que toca à multidisciplinidade e em linha com o que tem acontecido noutras jurisdições.



José Luís Arnaut
Managing partner
da CMS Portugal

Na CMS Portugal a nossa expectativa é de que, em 2025, haja um crescimento do escritório, como se tem registado de ano para ano. Um crescimento sustentado e sustentável. Ainda assim, entramos em 2025 com grandes incertezas, tendo em conta toda a imprevisibilidade criada pelo contexto geopolítico e o aumento dos riscos internacionais. Refiro-me, concretamente, ao escalar da guerra na Ucrânia, que recentemente

tem tido desenvolvimentos preocupantes; a instabilidade política que se regista na Alemanha, e que, como tudo indica, irá levar a novas eleições. Não nos podemos esquecer de que a Alemanha, a par da França, são os motores da Europa, e neste país também não se verifica estabilidade; ao nível do investimento, os resultados das eleições nos Estados Unidos colocam a ênfase na hipotética “guerra comercial” que poderá advir das promessas eleitorais apresentadas pelo vencedor, ao longo da campanha. Ora, se forem verificadas a aplicação de novas tarifas de pelo menos 60% sobre as importações chinesas e de 10% a 20% sobre os produtos de outros países, onde se inclui a Europa, esta será uma medida contraproducente para o desenvolvimento e o investimento.

Ainda assim, e apesar de todo este cenário, acredito que iremos manter uma trajetória de crescimento, em 2025.



Bruno Ferreira
Managing partner
da PLMJ

Em 2025, esperamos uma recuperação muito significativa das fusões e aquisições, na sequência da descida das taxas de juro nos principais blocos económicos, onde se encontram os investidores e as operações que procuram um comprador. Há liquidez no mercado, há vontade de investir e, por fim, as taxas de juro estão a regressar a valores que permitem voltar a assumir riscos. Como resultado da retoma das fusões e aquisições, as reestruturações vão trazer um trabalho particularmente interessante uma vez que, no rescaldo deste ciclo de juros, as empresas que já estavam muito alavancadas em dívida enfrentam desafios exigentes e haverá certamente muito trabalho gerado por empresas que saem deste período a precisar de soluções de capital. A implementação do programa de fundos

européus será também um catalisador para a assessoria jurídica e como sectores mais quentes, destacamos a Energia, com oportunidades identificadas no lítio e no hidrogénio, bem como as importantes privatizações nas telecomunicações e na aviação, onde PLMJ está particularmente envolvida.



Martim Krupenski
Managing partner
da ML

2025 será um ano decisivo para a advocacia portuguesa, marcado pela consolidação das alterações estatutárias e pela possível reestruturação do setor. Neste momento, qualquer sociedade deveria estar a rever a sua estratégia, olhando para a sustentabilidade e diferenciação. Integrações, fusões e a entrada de escritórios próprios das consultoras terão um enorme impacto na concorrência, desafiando o mercado a ajustar as suas estratégias. A digitalização continuará a transformar a prática jurídica, exigindo maior agilidade e inovação na prestação de serviços, a um ritmo acelerado.

Não deve ser esquecido que, paralelamente, o crescimento e o desenvolvimento dos departamentos jurídicos internos das empresas intensificam a pressão sobre o mercado tradicional, exigindo alterações nos serviços jurídicos, com maior foco no valor acrescentado e eficiência.



João Miranda de Sousa
Sócio responsável
da Garrigues em Portugal

Antecipamos que o mercado português de serviços jurídicos a crescerá e a evoluirá de forma positiva no próximo ano. Estabilização política e económica em Portugal e a tendência de redução das taxas de juro que facilitam a obtenção de financiamento por investidores fazem antecipar um ano especialmente positivo no setor legal.

Portugal continuará a oferecer um ambiente empresarial favorável para empresas estrangeiras, com políticas de incentivos fiscais e de investimento que promovem a aposta em setores chave da economia, como a hotelaria e o turismo, a tecnologia e as energias renováveis.

Em termos de áreas de prática, antecipamos que o setor do M&A, as áreas de direito administrativo relacionadas com as energias e as infraestruturas públicas e ainda as relacionadas com o mercado digital e a sustentabilidade serão especialmente solicitadas aos escritórios de advogados.

A transformação digital e a inovação estarão na ordem do dia dos operadores jurídicos em Portugal. Assistiremos ao incremento exponencial da adoção de ferramentas e soluções digitais por parte dos escritórios de advogados. O recurso à inteligência artificial, à automação e a ferramentas de análise e processamento de dados generalizar-se-á e permitirá aos profissionais do direito focarem-se em atividades de maior valor acrescentado intelectual e na busca criativa e eficaz das soluções jurídicas mais adequadas para resolver os problemas que lhes são colocados pelos seus clientes.

Fórum



Nuno Sá Carvalho
Managing partner
da Cuatrecasas em Portugal

No campo da advocacia, antevê-se que os resultados do novo regime jurídico da multidisciplinaridade sejam mais visíveis. As sociedades de advogados vão ter de continuar a adaptar-se e a fazer uma certa transição tecnológica, tal como as restantes empresas de outros sectores, sob pena de ficarem para trás. A Cuatrecasas há muito que incorporou a tecnologia no seu ADN de forma que, na hora de assessorar um cliente, conte com uma área tecnológica forte que se adapta ao negócio de forma flexível. A nossa aliança com a Harvey, para a constituição do Cuatrecasas Expert Legal AI (Cella), uma ferramenta própria de IA generativa, é só um exemplo.

Em termos económicos, antecipamos que o tema ambiental, a transição energética e a transição digital deverão continuar a ser importantes na agenda política, com reflexos na atividade legal.

Em todo o caso, é certo que o mercado será afetado pela situação geopolítica mundial. Vivemos um período global de muita instabilidade, consequência da continuação da guerra na Ucrânia e do conflito no Médio Oriente. Ao mesmo tempo, Portugal e a União Europeia serão afetados pelas mudanças que se antevêm após as eleições nos EUA. Os países da UE poderão ter de prestar maior auxílio a nível militar e económico à Ucrânia ao que se junta o abrandamento de economias importantes, como a alemã e a italiana, cujos crescimentos foram revistos em baixa para o próximo ano. Ao nível das empresas, a Inteligência Artificial continuará a trazer mudanças significativas com impacto, nomeadamente, no campo laboral.

Será importante que haja estabilidade interna, que dê segurança aos investimentos, e que sejam dados passos firmes no sentido de termos uma economia resiliente, capaz de aguentar impactos inesperados.



Manuel Magalhães
Managing partner
da Sérvulo

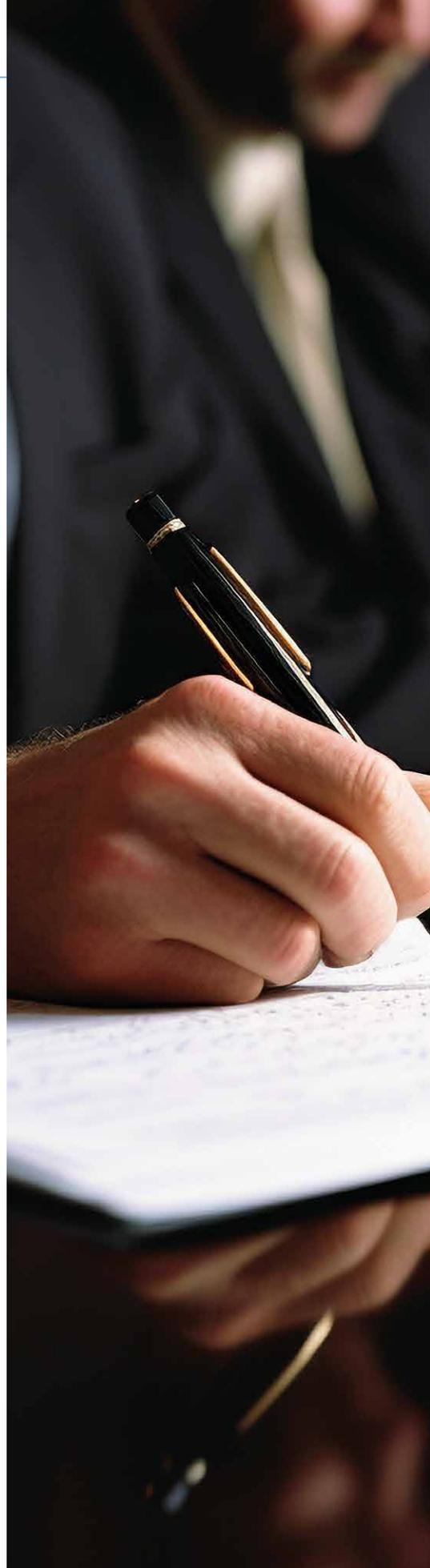
Não obstante o difícil contexto internacional, 2024 tem sido um ano de crescimento para o setor jurídico, que beneficiou do crescimento económico, do investimento estrangeiro e do dinamismo de alguns setores, nomeadamente, do setor financeiro, do imobiliário, energia e infraestruturas

A inteligência artificial continuará a transformar os serviços jurídicos, com impactos profundos na qualidade e rapidez dos serviços e na gestão do conhecimento. Do mesmo passo e à medida que os escritórios de advogados continuam a implementar a transformação digital, a cibersegurança será cada vez mais uma preocupação relevante para o sector.

Por outro lado, as questões ambientais, sociais e de governação (ESG) continuarão na ordem do dia e a induzirem trabalho jurídico especializado, capaz de responder às exigências de uma regulamentação em constante evolução e cada vez mais abrangente e complexa.

Mas, talvez, o maior desafio das sociedades de advogados continue a ser o da atração e retenção de talento. No final do dia, a qualidade dos advogados e das organizações será o grande fator diferenciador num sector cada vez mais complexo e competitivo. Por último, a globalização dos serviços jurídicos será uma realidade cada vez mais presente, com a intensificação das transações internacionais e investimento estrangeiro, reforçando, ainda mais, a importância das redes e relações de parceria internacionais.

Em suma, 2025 será um ano marcado pelo acentuar de tendências emergentes no setor da advocacia que, a par com aposta contínua na qualidade dos recursos humanos e da eficiência das organizações, irão exigir uma forte capacidade de inovação e de adaptação a um mundo em permanente mudança num quadro geopolítico muito instável.





Fernando Antas da Cunha
Managing partner
da Antas da Cunha ECIJA

Estamos convictos de que o ano de 2025 seguirá alinhado com aquilo que se passou em 2024. Com efeito, sentimos que todas as áreas crescem sustentadamente e, talvez com exceção do imobiliário, em que sentimos um ligeiro abrandamento, existe um aumento de procura nas restantes áreas.

Ao nível do investimento estrangeiro, existe um conforto com as atuais medidas que estão a ser anunciadas pelo atual governo. Estamos em crer que existe um aumento da confiança e que a procura pelo nosso país vai continuar.

Estamos, igualmente, convictos que as áreas de compliance e regulatório vão crescer, pois existe uma crescente preocupação das empresas neste âmbito.

Já no contexto da retenção de talento, entendemos que o mercado está a estabilizar a procura pelo que a rotatividade tende a baixar. Não podemos ignorar a velocidade vertiginosa que a AI [inteligência artificial] está a atingir, com impactos claros nas nossas organizações. Na verdade, estamos a adaptar todo o modelo de negócio contando que aquilo que hoje são necessidades evidentes na contratação de novos colegas, deixarão de o ser amanhã.

Finalmente e no que à Antas da Cunha ECIJA diz respeito, uma vez que contaremos com uma nova área de Direito Europeu e da Concorrência, agregado ao facto de registarmos uma maior procura pelos nossos serviços, contamos vir a crescer acima da média do setor.

Fórum



Cristina Cabral Ribeiro
Legal lead partner
da PwC

Consciente do bias de responder à questão do alto de uma prática multidisciplinar fundada há sete anos, creio que o mercado continuará a ser impactado pela entrada a todo o vapor deste tipo oferta no mercado. Ao nível do talento: na intensificação da transição de profissionais de sociedades (demasiado) maduras para os novos challengers no mercado, incluindo a network PwC que represento. Em termos de atração de talento jovem, será cada mais premente a necessidade da definição de um propósito alinhado com as aspirações dos nossos mais juniores. Assim espera o mercado da advocacia de 2040, que está agora a recrutar os seus líderes.

Ao nível da procura: consciente da existência de soluções chave na mão, os próprios clientes desafiarão as ofertas tradicionais gerando a necessidade de os diferentes players no mercado da advocacia de combinarem ofertas com outras especialidades. Mais joint-ventures e fusões neste domínio.

Ao nível da oferta: as consultoras estão a fazer investimentos massivos em termos de apetrechamento tecnológico que estão a colocar ao serviço da sua transformação e do movimento em espelho nos seus clientes. Assim, antecipo a reflexão estratégica dos clientes sobre a transformação da função legal interna, com adoção de tecnologias de forma transversal com standardização dos seus modelos contratuais para permitir a penetração tecnológica.

Em termos de negócio, a incógnita reside em perceber qual o delta que mais impactará o negócio: a vontade dos agentes em retomar as operações após a recente estagnação, ou a cautela imposta pelo clima político hostil mundial. Aguardemos por dezembro de 2025.



César Sá Esteves
Managing partners
da SRS Legal.



Octávio Castelo Paulo
Managing partners
da SRS Legal.

O mercado da advocacia em Portugal será confrontado, em 2025, com desafios diversificados, alguns antigos, mas em aceleração, outros novos, mas todos a exigirem das sociedades de advogados uma enorme resiliência, disponibilidade para a adaptação e compromisso com uma visão estratégica audaz.

Um dos principais focos de atenção da indústria da advocacia será certamente a continuação da prossecução de trajetórias de crescimento e aumento de escala, mas reforçando a preocupação de elevar eficiência e rentabilidade, que garanta sustentabilidade e músculo para suportar económica e financeiramente os inevitáveis desafios de investimento que se perspetivam. Mantendo o pilar do serviço ao cliente como objetivo sempre presente, o foco está agora a centrar-se nas Pessoas, na atração, desenvolvimento e retenção dos profissionais, num contexto declarado de disputa pelo talento. O “mercado de talento” irá estar certamente muito aquecido em 2025.

A multidisciplinidade estará igualmente na ordem do dia, não apenas enquanto fator exacerbador da luta pelo talento, mas também enquanto ponto de agenda incontornável na reflexão e decisão estratégica das sociedades de advogados quanto à

sua proposta de oferta de serviços. Avaliar modelos de combinação de consultoria jurídica com outras áreas de conhecimento, sob o primado da excelência e do compromisso com padrões éticos e de independência, é algo com que as sociedades de advogados estão confrontadas.

A transformação tecnológica, em particular pela adoção de ferramentas de IA, será um tópico dominante nos anos vindouros, representando não apenas uma importante oportunidade de melhoria dos serviços que vêm sendo prestados, mas também permitindo inovar e diversificar a oferta de novas soluções aos clientes, potenciando crescimentos de rentabilidade. No entanto, há preocupações associadas à ameaça ao modelo de negócio tradicional, incluindo dimensionamento das sociedades e definição de preço.

O ESG, em todos os seus pilares, continua a ser central na estratégia das sociedades de advogados, em virtude, não apenas do reforço do quadro normativo, mas também do incremento das exigências e expectativas dos colaboradores e clientes nesse domínio.



Ana da Ponte Lopes
Sócia
da Costa Pinto



Jorge Brito Pereira
Sócio
da J+Legal



Nuno Fonseca Alves
Sócio fundador
da NFS Advogados

O ano de 2025 será desafiante para a advocacia, mas rico em oportunidades de transformação e crescimento.

O contexto de incerteza gerado pelas guerras continuará a impactar a economia europeia e portuguesa. Contudo, Portugal deverá manter a sua atratividade para o investimento estrangeiro, especialmente em setores estratégicos, desde que se preserve um ambiente de estabilidade política, que será reforçado pela aprovação do Orçamento do Estado.

A transição energética, a segurança da informação e a inteligência artificial estão a transformar os modelos de negócio, impulsionando o mercado de fusões e aquisições (M&A) e as necessidades de financiamento das empresas.

No plano regulatório, perspetivam-se alterações legislativas em áreas-chave.

Muitas organizações avançarão no cumprimento de deveres de reporte e due diligence resultantes das normas europeias em ESG. No setor financeiro, assistiremos à transposição da CRD VI e a novas regras de controlo interno para os bancos já anunciadas pelo Banco de Portugal. A CMVM intensificará as exigências sobre o compliance, enquanto as entidades ainda se ajustam ao novo regime de gestão de ativos.

Estas mudanças são oportunidades para os Advogados apoiarem as empresas na implementação de sistemas de compliance eficazes e proporcionais aos riscos.

Também os escritórios terão de se adaptar às novas normas da profissão e às oportunidades da inteligência artificial, que reforçam o papel do advogado como elemento diferenciador. Atrair e reter talento será essencial, exigindo ambientes de trabalho saudáveis e motivadores.

2025 será inevitavelmente influenciado pelo ambiente macroeconómico atual, caracterizado por: primeiro, uma significativa instabilidade geopolítica, com tendência a agravar-se; segundo, uma mudança nas prioridades da política norte-americana, que se vai sentir no nosso espaço; terceiro, uma Europa em que as duas principais economias, França e Alemanha, enfrentam um momento orçamental e económico complexo que pode resultar em alterações regulatórias marcantes; e, por fim, um ambiente de redução generalizada das taxas de juro e do custo da dívida.

Este contexto terá inevitáveis efeitos em Portugal, embora a dimensão e localização da nossa economia, assim como alguns efeitos positivos acumulados nos últimos anos, possam mitigar os impactos mais adversos vividos no centro da Europa. Assim, é esperado que o ambiente favorável em áreas como o private equity, o investimento imobiliário, o turismo, as empresas tecnológicas e várias indústrias transformadoras, continue a marcar o próximo ano. Na J+Legal mantemos uma visão otimista, apesar das incertezas.

Também acreditamos que as mudanças observadas no mercado da advocacia em Portugal, similarmente ao que ocorreu em outras jurisdições, com o surgimento de novos players menores e mais especializados, possam intensificar-se. O modelo tradicional dos grandes escritórios, com grande dimensão, equipas compostas por centenas de advogados e estruturas de custos fixos muito elevadas, que são inevitavelmente repercutidos nos clientes, começa a enfrentar desafios sérios. Este é, portanto, um mercado em transformação.

O horizonte próximo do mercado da advocacia adivinha-se pleno de desafios e oportunidades.

Depois de uma intensa produção legislativa (com as recentes alterações ao Estatuto da Ordem dos Advogados e ao regime dos atos próprios do advogado), que veio reconfigurar o exercício da profissão a vários níveis, os profissionais deverão continuar, no ano que se avizinha, a tentar sincronizar-se o melhor possível com estas alterações, sobretudo no que concerne ao novo papel das sociedades multidisciplinares.

No âmbito da formação, com a previsível aprovação do Regulamento Nacional de Estágio e do Regulamento de Remuneração do Advogado Estagiário, vai-se continuar a assistir à consolidação de um novo paradigma na retenção de talento, com uma maior atenção e cuidado no recrutamento e seleção de jovens profissionais.

Em simultâneo, o mercado continuará a exigir um esforço constante de adaptação às novas tecnologias de comunicação e interação, seja com os clientes, seja entre os profissionais de escritório, bem como uma atenção redobrada a áreas de atuação emergentes (como as da Sustentabilidade, Governança Corporativa ou Cibersegurança e Proteção de dados), em consolidação (Imigração e Nacionalidade, ou Propriedade Intelectual) ou em constante mutação, caso mais notório da área de Imobiliário e Alojamento Local.

Como sempre, a NFS Advogados estará na linha da frente deste novo ciclo de evolução da profissão, com uma equipa preparada para enfrentar novos desafios e motivada para os vencer.

Fórum



Nelson Raposo Bernardo
Managing partner
da Raposo Bernardo & Associados

Apesar dos sinais de incerteza, em Portugal, na Europa e no mundo, serem inúmeros e demasiado relevantes para serem ignorados, arrisco em prever que 2025 será um ano genericamente positivo para o mercado da advocacia. Portugal alcançou o respeito dos investidores internacionais e, com isso, a preferência na fixação de alguns dos seus investimentos, apesar do risco de instabilidade gerada pela falta de uma maioria absoluta que suporte o governo recentemente eleito.

De todo o modo, não existem apenas sinais de incerteza. Apesar de algum arrefecimento nos últimos meses, o mercado imobiliário continua a revelar robustez, bem como o setor do turismo, sendo este último crucial para a economia portuguesa. O mesmo não tem acontecido com o mercado de M&A, que termina o ano sem mostrar a vitalidade dos anos anteriores, embora acredite que em 2025 este possa voltar aos seus melhores níveis.

No plano da advocacia societária creio que 2025 será um ano que permitirá a continuação do seu desenvolvimento, em resultado dos investimentos que muitas das sociedades de advogados têm feito. Estão hoje mais bem preparadas do que alguma vez estiveram para enfrentar tempos de incerteza e de alguma indefinição. A sua elevada especialização permite-lhes beneficiar de todos os ciclos: se umas áreas de prática permitem a obtenção de melhores resultados em ciclos de crescimento, outras áreas garantem a estabilidade ou mesmo incrementos de atividade e volume de negócios em ciclos de retração económica ou de crise. Creio assim que, no próximo ano, os negócios, projetos e transações não serão significativamente afetados em relação ao cenário que vivemos no ano que agora termina. Estou mesmo seguro

de que, a maturidade atingida pelo mercado da advocacia em Portugal, permitirá que cada sociedade de advogados saiba encontrar a via mais segura para, num contexto de eventual adversidade, explorar o que a diferencia e com isso rentabilizar a sua intervenção e posição no mercado.

Admito ainda que, em resultado das alterações significativas do quadro regulatório aplicável às sociedades de advogados, em 2025, possam ocorrer movimentações societárias significativas, com fusões ou integrações de sociedades de advogados, seja por fenómenos de concentração, de alteração para um perfil de multidisciplinaridade ou mesmo através da entrada de mais sociedades internacionais no mercado português.



Bárbara Pestana
Sócia-fundadora
da Paxlegal

Os escritórios têm de saber habitar num mundo paradoxal, em que a vida das pessoas é cada vez mais veloz, mas que, em simultâneo, se confronta com serviços administrativos demasiado lentos.

Para responder a este desafio, afigura-se como premente aproveitar o desenvolvimento da inteligência artificial e desenvolver meios eficientes de comunicação com os clientes e com a administração, bem como ferramentas de gestão e organização de processos internos.

Os escritórios que não aproveitem o potencial da tecnologia começarão a ficar para trás.



Paulo de Jesus Correia
Managing Partner
da Santiago Mediano e Associados

2024 foi um ano marcante de mudanças no mercado. Tudo indica que 2025 assistirá ao reforçar das tendências anteriores.

Em termos estruturais, a entrada no mercado de sociedades multidisciplinares continuará a ser o grande fator de mudança e é possível que as sociedades de advogados tradicionais procurem complementar a sua oferta de serviços para poderem responder de igual forma às necessidades dos seus clientes. Este fenómeno tem particular incidência nos estratos superiores do mercado da advocacia, levando a uma maior competição nestas áreas.

Numa perspetiva operacional, 2025 é claramente o ano dos grandes projetos de IA. Os escritórios, genericamente, compreendem o impacto transformador desta tecnologia e não deixarão de procurar melhorar os seus processos internos e a forma como respondem aos clientes, integrando estas tecnologias, ainda que estejam numa fase quase embrionária de desenvolvimento. Neste campo, a incerteza e o risco são grandes, mas o potencial de ganho de eficiência será o driver da mudança.

Uma última palavra para os desafios em sede de recursos humanos. As regras que foram impostas à profissão quanto à duração exígua do estágio de novos colegas, os modelos de teletrabalho e a substituição potencial de algum trabalho típico de estágio por IA, são todos fatores que dificultam o percurso profissional dos colegas mais novos. Saber como encarar estes desafios será igualmente um fator crítico para o sucesso futuro.



Gonçalo Capela Godinho
Managing partner
da Pérez-Llorca

2025 será, pelo menos num momento inicial, e a exemplo do que foi 2024, um ano repleto de grandes desafios, incertezas e, previsivelmente, mudanças regulatórias que exigirão uma rápida adaptação por parte de todos, clientes e escritórios. É verdade que o último trimestre trouxe um aumento claro de atividade em algumas áreas e, não menos importante, o fim da incerteza sobre o resultado das eleições nos Estados Unidos.

Dito isto, os quadros macroeconómico e geopolítico não se alteraram materialmente. Continuamos com custos de capital altíssimos, desafios ao nível do valuation dos ativos, incertezas regulatórias sobre novas tecnologias no campo das energias renováveis e, no quadro geopolítico, grandes dúvidas sobre a concretização do programa político vencedor nos Estados Unidos e os desenvolvimentos possíveis nas guerras da Ucrânia e Médio Oriente. O nosso mercado e o negócio dos nossos clientes estarão, naturalmente, fortemente dependentes do que vierem a ser os desenvolvimentos dos cenários mencionados.

A nível mais nacional, será interessante acompanhar a execução do primeiro orçamento deste governo, e ver o que será feito para promover o investimento em áreas que poderão ser, verdadeiramente, transformacionais para o PIB português. Estou, naturalmente, a falar de áreas como a transição energética, o que vai acontecer com novas tecnologias como as baterias, hidrogénio verde, leilão eólico offshore, infraestrutura digital, grandes projetos de infraestruturas, etc. A isto junta-se a nova composição dos órgãos legislativos e executivos da União Europeia. Teremos de seguir de muito perto as medidas que nos chegam da Europa em matéria regulamentar, fiscal e de investimento, entre outras. É muito importante

entender o papel que a Europa vai querer ter em questões fundamentais como a transição energética, comércio internacional, política de investimento na área defesa, mercado de capitais europeu, etc.

É de esperar, ainda, que 2025 seja marcado por uma evolução contínua em direção à digitalização. A transformação tecnológica será um pilar central e a aplicação da inteligência artificial no nosso trabalho diário continuará a redefinir a forma como nós, advogados, abordamos os assuntos que nos são confiados. Acredito que as sociedades de advogados que investirem em tecnologia e na formação das suas equipas estarão mais bem posicionadas para oferecer serviços mais rápidos, mais eficientes e adaptados às necessidades específicas dos seus clientes.



Francisco Espregueira Mendes
Managing partner
da Telles

O mercado de advocacia está a atravessar um período de transformação, com novas exigências e desafios, que tornarão o ano de 2025 e os seguintes em períodos de contínua mudança.

A transformação digital está em curso e continuará a ser uma prioridade incontornável, por conseguinte a cibersegurança mantém-se como necessidade vital. Com a evolução das tecnologias, incluindo a inteligência artificial e a automação, a formação contínua em áreas como a inovação, a tecnologia jurídica e as competências inter-pessoais serão essenciais no desenvolvimento de soluções eficientes e adaptadas às necessidades de clientes cada vez mais exigentes e sofisticados. É de referir que a diversidade e a inclusão continuarão a ser priorizadas, sendo fatores impactantes na prestação de serviços jurídicos inovadores. A sustentabilidade tornou-se um pilar fundamental na advocacia de negócios.

Em 2025, espera-se que o mercado da advocacia esteja mais do que nunca na vanguarda da implementação de práticas sustentáveis e responsáveis, respondendo a um paradigma global que valoriza cada vez mais a ética e a responsabilidade social e ambiental. Neste contexto, a área de ambiente e alterações climáticas, assim como a de energia e recursos naturais ganharão uma importância acrescida em 2025, esperando-se que os advogados se tornem cada vez mais parceiros estratégicos, prestando assessoria jurídica especializada nestes assuntos, apoiando os clientes a compreenderem e a adaptarem-se à complexa teia de regulamentos e de normas que abarcam estas matérias.

Finalmente, uma palavra à multidisciplinaridade, parecendo-me que em 2025 os escritórios de advogados estarão em melhor posição para reavaliar as suas estruturas e decidir sobre a eventual exploração de novos modelos de negócio. Com a contínua entrada de mais players no setor, nomeadamente internacionais, assistiremos a um reposicionamento dos intervenientes, o que tornará o mercado ainda mais dinâmico e competitivo. Será, assim, necessário continuar muito atento às exigências, à evolução e às necessidades efetivas do mercado global, por forma a assegurar a prestação de serviços jurídicos de excelência e de valor acrescentado.

Fórum



Marcos Sousa Monteiro
National managing partner
da Linklaters em Lisboa

A nível global, espera-se um aumento no volume e na dimensão das transações em 2025. Após um ano de 2024 em que esse crescimento já se fez notar, em particular nos mega deals, a expectativa é que estejam reunidas as condições para que 2025 reforce a tendência de crescimento.

Em Portugal a expectativa para 2025 é semelhante, mas por motivos distintos. Contrariamente ao que se registou a nível global, 2024 foi um ano de contraciclo em Portugal, tendo-se assistido à redução do volume de transações. Sem prejuízo dos riscos geopolíticos que as novas relações entre os blocos da Europa, Estados Unidos e China possam trazer aos mercados, face à evolução esperada nas taxas de juro e em outros fatores, como o efeito que o dinamismo do mercado internacional habitualmente tem em Portugal, espera-se uma melhoria nos volumes de negócio em Portugal. Já a transição energética, com o foco nas metas de descarbonização, continuará a originar oportunidades, tal como vários outros setores.

Em termos organizacionais, a tecnologia, a inteligência artificial e a cibersegurança continuarão a ser aceleradores de mudança e inovação dos escritórios. A capacidade de antecipação e de adaptação da advocacia para enfrentar os desafios que se colocam em matéria de eficiência, produtividade e inovação será crucial para que 2025 seja um ano de sucesso, tanto na relação com os clientes como no desenvolvimento das suas equipas.



João Ricardo Nóbrega
Managing partner
da EY Law

Para 2025, antecipamos que o mercado da advocacia continue desafiante, proporcionando um cenário repleto de oportunidades. A transição digital continuará a desempenhar um papel fulcral, prevendo-se um crescimento da utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA) e automação, por forma a otimizar processos e agilizar

procedimentos. Estas inovações vão previsivelmente exigir das sociedades de advogados um, maior e melhor investimento e, bem assim, uma adaptação constante para oferecer soluções mais rápidas e eficazes aos clientes, também eles, cada vez mais sofisticados.

O setor das energias renováveis permanecerá em destaque, impulsionado pela transição energética e pelas metas de descarbonização. Este movimento, irreversível, proporcionará um aumento da procura por assessoria jurídica em projetos relacionados com energia limpa e infraestruturas sustentáveis. De igual forma, o setor imobiliário deverá manter-se resiliente, com destaque para projetos sustentáveis, reabilitação urbana e logística, frequentemente potenciados por capital estrangeiro.



Rita Montalvão
Managing partner
da RSA

No âmbito das transações, prevemos uma retoma nas fusões e aquisições (M&A), especialmente com a descida e estabilização das taxas de juro, aliada ao dinamismo do investimento estrangeiro. As áreas de private equity e venture capital também prometem expansão, vocacionada sobretudo para os segmentos da Inovação/tecnologia, saúde e energia. Como denominador comum, estimamos assistir ao crescente fenómeno de profissionalização dos investimentos através da utilização de veículos regulados.

Em suma, a advocacia em Portugal para 2025 deverá beneficiar de um ambiente de recuperação económica e estabilidade financeira (naturalmente condicionada à estabilidade política) seguindo-se a tendência de atração de investidores internacionais. A

agenda ESG e as questões de compliance e governance empresarial continuarão a ditar as prioridades dos empresários e, conseqüentemente, a atuação da advocacia. Estamos confiantes e preparados para 2025, oferecendo soluções jurídicas sofisticadas e inovadoras, baseadas no profundo conhecimento sectorial e na interação com as equipas da EY Global LAW e demais Service Lines do Universo EY, alinhadas às exigências de um mercado global em constante transformação

2025 apresenta-se como um momento estratégico para a RSA consolidar a sua posição no mercado jurídico, tanto a nível nacional como internacional. O cenário global, marcado por desafios políticos, económicos e sociais, exige adaptação e visão estratégica. No âmbito interno, as alterações legislativas, nomeadamente os Estatutos da Ordem dos Advogados e as novas dinâmicas do regime de estágio, colocam exigências que requerem atenção e inovação na gestão e nos serviços prestados.

Na RSA, o foco deverá centrar-se em áreas chave, como a transição digital e o reforço da interdisciplinaridade das suas áreas de atividade e, multidisciplinaridade, agora que as alterações legislativas permitem integrar profissionais de diferentes áreas. A tecnologia prossegue como uma prioridade estratégica, na gestão de processos internos, mas também na interação com clientes e parceiros. Adicionalmente, a necessidade de atrair e reter talento exige políticas claras e justas e o acolhimento de estagiários num regime que combine rigor com oportunidades de crescimento profissional.

Do ponto de vista do crescimento, a RSA deve continuar a reforçar a sua posição em áreas como o direito imobiliário de A a Z, M&A e societário, compliance e ESG, contencioso geral e propriedade intelectual, tirando partido da sua rede de parcerias lusófonas para atuar com eficácia em jurisdições estratégicas como Angola por exemplo. Adicionalmente, a personalização no atendimento aos clientes, aliada à capacidade de antecipar tendências, será a base para o sucesso no próximo ano.

A RSA é uma sociedade de advogados versátil, global, que sempre teve a capacidade de criar soluções “fora da caixa”, pelo que se adaptará bem e conseguirá atingir os seus objetivos sejam quais forem as circunstâncias que se apresentem.

Fórum



João Quintela Cavaleiro
Sócio
da Cavaleiro & Associados

Foco no trabalho de valor acrescentado deve ser o móbil para enfrentar 2025.

A Cavaleiro & Associados manterá a sua estratégia consistente de apoio aos grupos empresariais nacionais exportadores e às multinacionais que desenvolvem atividade em Portugal, bem como aos seus líderes e equipas de direção. Com quatro escritórios polarizados no Norte e Centro de país, a atividade jurídica manter-se-á assente nos quatro pilares de atuação: i) Empresas e Negócios; ii) Público e energia; iii) Private Clients and wealth, iv) Internacional.

2024 foi um ano intenso em transações de empresas (M&A) com a venda de participações nacionais a investidores/fundos internacionais. Para 2025, já estão a ser acompanhadas várias operações que confirmam a tendência dos últimos anos: as empresas portuguesas têm valor e continuam a despertar muito interesse pelos investidores e grupos internacionais. No Direito Público e Energia manter-se-á o desenvolvimento dos projetos públicos relacionados com o pacote de dinamização da UE – PRR – com foco nos temas de contratação pública. Em especial no setor da energia – central para o nosso escritório – 2025 continuará a ser um ano de crescimento, quer em projetos de hidrogénio, biocombustíveis, quer em projetos híbridos conjugados com solar, setor eólico.

Direito laboral e a reestruturação empresarial – de extrema intensidade em 2024 – manterão tendência de procura.

No Private Clients and Wealth é expectável que se denote o aumento consistente de temas como a o planeamento da sucessão familiar e as divisões graciosas de patrimónios, com foco em soluções de programação. Tem-se verificado a intensificação de criação e reorganização de

family offices. Nos tempos que correm, o grande exercício é posicionar o escritório em operações complexas, onde a personalização do serviço e competência das equipas seja primordial na escolha.



Gonçalo Gama Lobo
Sócio
da GLX/LTM e Associados

É inegável que o mercado da advocacia está em constante transformação, decorrente da convergência de forças sociais, económicas, tecnológicas e legislativas. Ao projetarmos o mercado para 2025, antevemos, por um lado, que o perfil do cliente seja ainda mais exigente e informado e, por outro, que os advogados sejam, cada vez mais, vistos como parceiros estratégicos que antecipem desafios e ofereçam soluções proativas.

A abertura dos escritórios à multidisciplinariedade, um tema já em debate nos últimos anos, tornar-se-á uma realidade em 2025, a qual exigirá das sociedades de advogados um reposicionamento estratégico, bem como um esforço acrescido na salvaguarda dos valores basilares da profissão: confiança e confidencialidade.

A adoção de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis será incontornável em 2025, sendo as sociedades de advogados desafiadas a demonstrar o seu compromisso com a sustentabilidade, não apenas dentro da própria organização, mas também no apoio a clientes que se pretendam alinhar aos padrões ESG.

Reconhecer que advogados e demais colaboradores são o principal ativo das sociedades será crucial para a garantir produtividade e, acima de tudo, satisfação no trabalho. Assim, promover o bem-estar físico e mental de todos aqueles que com os escritórios colaboram será uma prioridade inegociável. Os escritórios que souberem valorizar talentos, adotar políticas de

trabalho flexível, criar medidas de apoio ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional, destacar-se-ão num mercado altamente competitivo.

Nesta linha, estamos certos de que, em 2025, o sucesso do mercado da advocacia dependerá não apenas da capacidade de inovação e adaptação, mas também do compromisso inabalável com as pessoas e com o planeta.



Bruno Melo Alves
Sócio
da Melo Alves

O mercado da advocacia de negócios em 2025 será afetado por alguma incerteza decorrente dos conflitos bélicos, em particular, na Europa de leste e Médio Oriente. A nível nacional, não obstante a aprovação do OE para 2025, a instabilidade política resultante da ausência de uma maioria estável nos anos que se seguem na AR, potencia a criação de sinergias negativas na perceção global dos investidores, o que pode ter algum impacto no mercado de M&A.

Quanto às tendências macro, a possibilidade legal de entrada das grandes consultoras no mercado jurídico no contexto das sociedades multidisciplinares, poderá intensificar movimentos de saída de advogados, sobretudo dos departamentos de M&A, Bancário e Fiscal de sociedades de advogados tradicionais, de média ou grande dimensão. Esta realidade pode potenciar mais dinamismo concorrencial no mercado da advocacia de negócios em Portugal, obrigando as sociedades de advogados com estruturas tradicionais a ajustar as suas estratégias ao mercado português, em particular a implementação de políticas ainda mais robustas de retenção de talento, bem como, a eventual redefinição da estratégia de parcerias com outras sociedades de advogados, que não tenham entrado no mercado português, de grande dimensão

e com projeção multi-jurisdicional que possam aportar dimensão e tração comparável às consultoras de dimensão internacional. Por outro lado, o surgimento de boutiques jurídicas ou o reforço das recentemente constituídas, especializadas em nichos de mercado, fora do âmbito da chamada advocacia de negócios, como seja o contencioso penal ou fiscal, o compliance anticorrupção e anti-branqueamento de capitais ou as investigações internas, parece ser uma tendência a intensificar em 2025. A maior independência destas estruturas, mais eficientes e bastante robustas tecnicamente, e o facto de prestarem serviços de elevado valor acrescentado ao cliente, contribui para que continuem a ganhar mais espaço no mercado jurídico português.

No domínio internacional, a aparente aceleração do mercado angolano pode levar a um maior investimento das grandes sociedades de advogados nos seus escritórios além-fronteiras, como forma, também, de combater o menor dinamismo do mercado de M&A em Portugal e para fazer face à maior concorrência interna decorrente das sociedades multidisciplinares.



Gonçalo Areia
Managing partner
da RBMS

Depois de anos “turbulentos”, com uma pandemia disruptiva, revoluções digitais como a IA generativa e guerras regionais com impacto global, 2025 poderá ser um ano mais tranquilo, ainda que definidor de perspetivas futuras para a advocacia.

Integrando o sistema de justiça, a advocacia permanecerá no turbilhão mediático que demanda reformas face à má performance de quase todas as jurisdições, tendo ao mesmo tempo de “fazer de amortecedor” perante as frustrações dos clientes, procurando soluções rápidas e ágeis para problemas raramente simples, numa socie-

dade com ciclos de atenção muito curtos, por vezes incompatíveis com a necessária ponderação técnico-jurídica.

Continuará a ser desafiante para a advocacia mostrar o seu relevo no processo decisório dos clientes, face a potenciais danos (legais, mas também reputacionais) de decisões mal ponderadas, que têm consequências muito além do quadro legal e assumem enormes proporções no mundo conectado. O acesso ilimitado à informação e agora à IA generativa insinuam a dispensa do advogado, e acenam com soluções que muitas das vezes são fábulas de uma máquina (que é apenas um modelo matemático probabilístico).

Ainda quanto à IA e aos seus desafios na advocacia, o tema continuará a ser incontornável face a esta incrível ferramenta de aceleração do trabalho jurídico. Mas assumirá especial relevância o cuidado na sua aplicação e o cumprimento do quadro regulatório a nascer, sendo exigida clareza aos advogados sobre o uso destas ferramentas.

Por fim, a equação entre serviços jurídicos (expeditos e diferenciados) e o manancial de informação online (assimilada na IA generativa), determinará a continuação de movimentos de agregação na advocacia, com fusões ou a adesão a redes de advocacia como ferramentas de salvaguarda do futuro da profissão nos termos que a sociedade atual determina.



António Macedo Vitorino
Sócio-fundador
da Macedo Vitorino

O principal elemento que afetará a advocacia em 2025 e nos anos seguintes é a Inteligência Artificial. Tudo o que existe no domínio da tecnologia jurídica é ainda imperfeito e pouco ou nada inovador, mas os grandes modelos de linguagem (ChatGPT, Gemini) e outros menos conhecidos (Perplexity, Anthropic) dão resultados muito interessantes quando o utilizador sabe fazer as perguntas corretas e analisar e transformar os resultados.

Os sistemas de Inteligência Artificial obrigam-nos a voltar ao essencial. A capacidade de pensar, o conhecimento e a experiência serão no futuro mais importantes do que nunca. A Inteligência Artificial é uma revolução silenciosa dentro do ruído de anúncios bombásticos; parece que nada muda até ao dia em que vemos que tudo é diferente.

O desafio para as sociedades de advogados será aprender a usar, ensinar a usar e melhorar profundamente o seu conhecimento próprio. A Macedo Vitorino já empreendeu este caminho e em 2025 anunciará uma solução própria baseada em Inteligência Artificial que esperamos ter esse potencial disruptivo e diferenciador.

No que respeita ao mercado da advocacia, a vinda da sociedade espanhola, Perez Llorca, em 2024, mostra a continuação da tendência para a entrada em Portugal de sociedades espanholas. Mas não há uma marcha no sentido inverso. Isto é o espelho da realidade económica portuguesa. As sociedades de advogados não conseguem tornar-se multinacionais. Os próximos anos não deverão ser diferentes. Só a inovação pode transformar esta realidade.

Fórum



Bashir Karim Vakil
Sócio
da VPA Advogados

O panorama jurídico, à imagem dos demais, encontra-se em permanente evolução, e 2025 não será exceção.

Os avanços tecnológicos, as transformações nas estruturas organizacionais das sociedades de advogados e as questões sociais e ambientais assumem protagonismo, o setor jurídico terá de se reinventar para responder às novas exigências.

Com o aumento significativo de estrangeiros a estabelecerem-se no país, a advocacia torna-se cada vez mais transnacional. Essa evolução exige dos advogados não apenas a compreensão das legislações locais, mas também as complexas interações entre diferentes sistemas jurídicos.

Nas sociedades multidisciplinares, o grande desafio será construir equipas que combinem soluções abrangentes, com elevados padrões éticos. Deverá manter-se uma interação mais próxima do cliente, apresentando soluções inovadoras para assuntos complexos.

A revolução tecnológica, por sua vez, redefine a advocacia. Ferramentas como a inteligência artificial, automação de documentos e plataformas digitais otimizam processos. Contudo, não se poderá descurar o fator humano, nem a preocupação com questões como a proteção de dados e a cibersegurança, que neste quadro evolutivo assumem um carácter prioritário.

A advocacia de 2025 exigirá inovação, resiliência e visão estratégica. Tecnologias disruptivas, práticas sustentáveis e a valorização do capital humano serão os pilares para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades deste novo panorama jurídico.



Tânia V. Silva
Sócia
da BAS – Sociedade de Advogados

Para 2025 perspetivam-se desafios resultantes da combinação de mudanças tecnológicas, novas expectativas dos clientes e questões regulatórias e impulsionados por transformações significativas, especialmente na área da inteligência artificial (IA).

Tais mudanças impõem a aquisição de novas competências, não só em termos jurídicos, mas também em áreas como a tecnologia, a gestão empresarial e o marketing digital. A capacitação constante será essencial para manter a competitividade, o que pode ser um desafio diante das exigências de tempo e recursos.

Por outro lado, o mercado jurídico é desafiado a encontrar o equilíbrio entre questões éticas, como o uso de novas tecnologias de IA, a privacidade de dados e a transparência na cobrança de honorários.

Também, a crescente pressão para que os advogados e escritórios assumam um papel mais ativo em temas como direitos humanos e responsabilidade social e ambiental.

O mercado da advocacia para 2025 exigirá que os profissionais e escritórios de advocacia se adaptem às mudanças tecnológicas, económicas e sociais. Para prosperar, será necessário responder às expectativas dos clientes e assegurar a adaptação às demandas de um mercado globalizado e em constante transformação. Aqueles que souberem equilibrar as exigências de modernização com os princípios tradicionais de ética e excelência terão uma vantagem significativa.



Ana Salgado
Partner
da FB&A

O mercado da advocacia é consequência das ditas tendências da Sociedade, quer sejam elas almejadas e projetadas, ou não. “Intelligence is the ability to adapt to change.” Em 2025, a referida máxima, não deverá ser exceção.

As alterações significativas ao Estatuto da Ordem dos Advogados e à Lei dos Atos Próprios de Advogados e Solicitadores, em vigor desde o início de 2024, assumir-se-ão como um fator inegável de impacto no mercado da advocacia de 2025. Fará sentido, de ora em diante, continuarmos a falar-se do mercado da advocacia [como um mercado dotado de autonomia, singularidade e exercício exclusivo pelos Advogados]? Ainda dentro da temática dos sujeitos ou players do mercado, destacamos o previsível decréscimo, a nível nacional, do número efetivo de advogados-estagiários inscritos, consequência do montante remuneratório imposto. Assumirão novamente relevância os processos de índole falimentar, litigiosidade laboral e, bem assim, as novas áreas de TMT – Tecnologia, Media e Tecnologias de Informação, perdendo relevância os processos relacionados com a área de Imigração e Golden Visa, resultado das mudanças profundas no referido sector. Por último, a tendência crescente das soluções tecnológicas, na forma de trabalhar, organizar e gerir dados/informação, assumirá cada vez maior preponderância no mercado da advocacia.

Num mercado da advocacia em constante evolução, a ética profissional e a responsabilidade social tornar-se-ão cada vez mais relevantes: fazer mais, melhor e diferente, com foco no advogado e na sua dignidade, será o mote para o mercado da advocacia em 2025.



Pedro Pinto
Sócio
da pbbr



Cecília Santos
Editora
da Almedina



Filipe Costa Fonseca
Managing partner
da Datalex

Na pbbr esperamos que a economia portuguesa mantenha em 2025 a trajetória positiva dos anos recentes, não obstante um contexto geopolítico complexo e com focos de imprevisibilidade, com os quais já temos vivido nos últimos anos. Esperamos que os níveis de investimento se mantenham e cresçam mesmo, o que será certamente gerador de mandatos de trabalho para a pbbr.

Se essa previsão se concretizar, esperamos que o mercado da advocacia mantenha os níveis de crescimento de um sector que tem mostrado ser dinâmico, com muita sofisticação e maturidade e que tem dados provas de uma enorme resiliência.

Para além de muito trabalho para a nossa clientela de origem nacional, manteremos um foco particular em trabalho com origem internacional, o que a nossa participação em networks globais (Meritas, com adesão em 2023, e lus Laboris, desde a nossa fundação), entre outros, muito estimula, no qual a pbbr tem investido e continuará a investir fortemente.

Finalmente, esperamos que algumas alterações recentes do quadro legislativo e regulatório da nossa atividade venham a possibilitar reais condições para a consolidação das sociedades de advogados portuguesas como entidades verdadeiramente geradoras de valor para a economia do País.

Sendo a maior e mais antiga editora jurídica em Portugal, a história da Almedina funde-se com a da edição jurídica no país. Com quase 70 anos de existência e liderança no setor, a Almedina tem desempenhado um papel essencial na transformação do mercado editorial jurídico. A profusão de títulos acompanha a evolução das temáticas, cada vez mais específicas, que espelham um mundo progressivamente mais complexo, a que o Direito deve dar resposta.

A constante emergência de novos temas exige critérios rigorosos na seleção de obras e atenção às novas tendências que se desenham tanto em Portugal como em ordenamentos jurídicos estrangeiros, antecipando as necessidades futuras do mercado. Contudo, o setor enfrenta desafios, como a cópia ilegal, que evoluiu das arcaicas fotocópias para métodos digitais sofisticados que reproduzem conteúdos protegidos pelo direito de autor, um valor civilizacional consagrado para preservar o produto da criação humana.

No mercado editorial jurídico existe uma relação direta entre a emergência de nova legislação e o surgimento de títulos que refletem e densificam essas mudanças, e que tantas vezes têm como destinatários os advogados. Peças-chave no desenrolar da prática judiciária diária, o seu papel no contexto editorial jurídico não se esgota, de todo, enquanto clientes deste mercado. O contributo que aportam enquanto autores é uma mais-valia não apenas para os seus colegas; aproveita a toda a comunidade de profissionais que forma o sistema judicial.

A Almedina conta, e espera contar cada vez mais, com o contributo do advogado enquanto autor, numa parceria de décadas que se reflete num catálogo vasto e rico, que em muito se deve a estes profissionais.

As tecnologias aplicadas ao setor jurídico, conhecidas como legal tech, têm transformado significativamente a forma como os serviços jurídicos são prestados e consumidos. Em 2025, a expectativa é que essa transformação continue, mas também que surjam novos desafios.

Um dos maiores desafios das empresas legal tech e, conseqüentemente para os seus clientes que serão os utilizadores dos serviços disponibilizados por aquelas, será o cenário regulatório. O setor jurídico é, na esmagadora maioria dos países, altamente regulamentado e as soluções tecnológicas precisam estar em conformidade com diversas legislações nacionais e internacionais. Isso inclui desde questões de privacidade de dados, como o RGPD, e regras específicas da prática jurídica, como a ética e os sigilo profissional.

Em 2025, espera-se que a pressão da regulação sobre as soluções e plataformas digitais se intensifique. A atenção especial que está a ser conferida à Inteligência Artificial, por exemplo, exigirá que as empresas de legal tech tenham, por um lado, de adotar e desenvolver este tipo ferramentas nos seus produtos e serviços, mas também que os tenham de as adaptar para garantir que estejam em conformidade com as normas regulatórias sobre esta matéria que se encontram em constante evolução. O setor jurídico lida com dados pessoais e, em alguns casos, informação sensível como informação financeira, biométrica, filiação sindical, entre outras, o que torna a segurança uma preocupação crítica para as legal techs. À medida que mais dados são armazenados e processados digitalmente, os riscos de ataques cibernéticos e revelação de informações confidenciais aumentam. As legal techs terão também de investir continuamente em criptografia avançada, autenticação multifatorial e outras tecnologias de proteção de dados.

Fórum



Hugo Marques dos Santos
Advogado sénior
da MG Advogados

O final de cada ano é sempre marcado por tentativas, mais ou menos felizes, de se tentar prever o que o seguinte nos reserva. A divinação já não recorre às entranhas dos animais, aos padrões dos fígados, ao voo das aves ou às runas: continua a ser previsivelmente errada. Tentemo-la, não obstante.

Na maioria dos casos, mais do que uma mudança, o que se costuma verificar é uma situação de continuidade, uma evolução lenta, um repetir dos passos. Esta rotina, só permite compreender as alterações com o distanciamento do tempo.

Para 2025, fala-se de uma crise económica iminente, de uma ordem internacional que se irá desmoronar em consequência da guerra a Leste, dos resultados de uma eleição ocorrida noutra continente, que as piores distopias de Orwell e de Atwood se irão concretizar; que a inteligência artificial irá mudar radicalmente o mundo. Contudo, parece-nos que nenhum desses cenários irá trazer uma grande mudança à advocacia em Portugal.

Não quer isto dizer que, a verificarem-se os cenários mais pessimistas, não existam impactos nesta área de actividade, apenas que, como em qualquer outra realidade económica complexa, a advocacia em Portugal é um colosso burocrático avesso às mudanças e que procura as soluções que já conhece.

Crises anteriores, fizeram com que houvesse maior procura em determinadas áreas jurídicas em detrimento de outras, mas o conflito sempre marcou a actividade humana e a necessidade de recorrer a um advogado continuará a existir. Poderá haver mais ou menos procura de serviços jurídicos, mas a actividade, como um todo, não sofrerá uma alteração profunda a curto prazo.

Mesmo a “ameaça” da inteligência artificial tem vindo a ser incorporada lentamente no mundo da advocacia e os seus benefícios/malefícios apenas se irão começar a revelar lentamente. Assim e em síntese, parece-nos que 2025 será um continuar do que foi 2024.



Frederico Faria de Oliveira
Fundador e diretor-executivo
da Blue Screen IT Solutions

O mercado da advocacia tem enfrentado profundas transformações para responder a desafios como a necessidade de maior eficiência e a crescente exigência de todo o ecossistema, sendo que algumas tendências refletem uma adaptação contínua da advocacia às novas realidades do mercado.

Automação e inteligência artificial (IA) - A automação de tarefas repetitivas, como a análise de contratos, a pesquisa jurídica e a gestão documental, continuará a ganhar espaço onde as ferramentas de IA já são capazes de analisar grandes volumes de dados legais, prever desfechos de processos com base em jurisprudência, e auxiliar na redação de documentos legais.

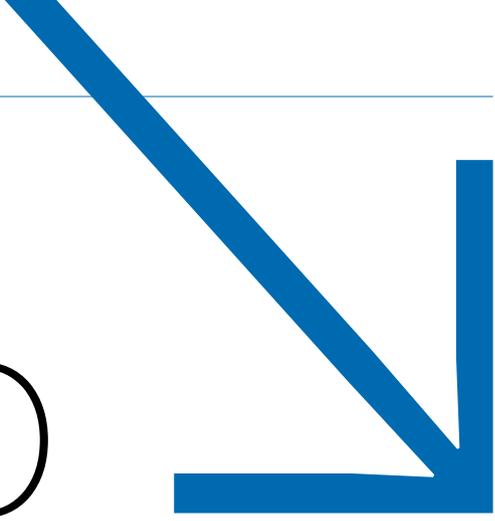
Legal techs e plataformas de serviços jurídicos - As empresas que desenvolvem e implementam soluções tecnológicas no setor jurídico, conhecidas como legal techs, estão a transformar o acesso e a prestação de serviços jurídicos através de plataformas de resolução de disputas online, ferramentas de gestão de escritórios e de acompanhamento de processos, e soluções para democratizar o acesso à justiça, como serviços jurídicos pré-pagos ou consultorias digitais.

Modelos de trabalho híbrido e flexível - O trabalho remoto tornou-se um padrão em muitos escritórios. Em 2025, espera-se a predominância de modelos híbridos para equilibrar a produtividade e a qualidade

de vida, e o investimento em ferramentas digitais para facilitar a colaboração, seja interna (colaboradores) ou externa (parceiros ou clientes).

Foco na experiência do cliente - A personalização dos serviços jurídicos será essencial e deve incluir uma comunicação mais clara e acessível, o uso de tecnologias que simplifiquem as interações, como chatbots e assistentes virtuais, e uma maior transparência em honorários e resultados esperados.

Diretório



Nas páginas que se seguem, conheça as principais sociedades de advogados que operam em Portugal, com apresentações institucionais que são da responsabilidade de cada escritório. O diretório inclui ainda uma listagem não-exaustiva das sociedades de advogados portuguesas, com os respetivos dados de contacto.

alínea a)



**Abecasis, Moura Marques
& Associados**

Sociedade de Advogados, SP, RL

Nº de Sócios: 3

Nº total de Advogados: 11

Nº de Advogados Estagiários: 2

Nº de outros Colaboradores: 4

SÓCIOS

- » Paulo de Moura Marques
- » José Filipe Abecasis
- » Diogo Pereira da Costa

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo
- » Arbitragem
- » Águas e Saneamento
- » Arbitragem
- » Clientes Privados
- » Contencioso
- » Contratação Pública
- » Energia e Recursos
- » Fiscal
- » Imobiliário
- » Infraestruturas e Projectos
- » Insolvências e Recuperações
- » Investimento Internacional
- » Ordenamento do território
- » Saúde
- » Segurança Social
- » Transportes
- » Urbanismo e Turismo

Abecasis, Moura Marques & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

AAMM-Sociedade de Advogados assegura aconselhamento jurídico especializado, sendo reconhecida pela excelência, rigor e proximidade dos serviços prestados ao Cliente e atuando essencialmente na área de Direito Público e Administrativo.

Os advogados que integram a reputada equipa de Direito Público contam com uma ampla experiência e conhecimento profundo em matérias relacionadas com contratação pública (particularmente em empreitadas e concessões), contencioso administrativo e arbitragem, ordenamento do território, possuindo um elevado grau de especialização em importantes sectores de actuação como a Saúde, Turismo, Imobiliário, Aviação, Construção e Obras Públicas, Aeronáutica, Urbanismo, Águas e Saneamento.

AAMM Sociedade de Advogados assegura

ainda um acompanhamento jurídico eficiente em questões relacionadas com Investimento Internacional, Fiscal, Infraestruturas e Ordenamento do Território.

A AAMM Sociedade de Advogados dispõe de serviços especializados e adaptados às circunstâncias actuais do mercado global, propondo as melhores soluções e estratégias para o presente e futuro.

Os clientes são o foco, e a AAMM pretende prestar os melhores serviços nas jurisdições onde os seus clientes desenvolvam a sua actividade, pelo que mantém parcerias com sociedades de advogados internacionais de referência.

O trabalho dos advogados de AAMM tem sido alvo de reconhecimento nacional e internacional facto que constitui motivo de grande orgulho uma vez que reflete a opinião dos nossos clientes.

O QUE NOS DISTINGUE

- » Advogados, parceiros de confiança do cliente;
- » Proximidade, dedicação e eficiência;
- » Inovação: apresentação de serviços personalizados focados no detalhe (sector de actividade e tipo de cliente);
- » Compromisso com a excelência e especialização;
- » Visão;
- » Rápida capacidade de resposta;
- » Antecipação de problemas, gestão do risco;
- » Ligações de confiança com sociedades de advogados internacionais de referência.

www.aamm.pt



Lisboa: (+351) 211 940 538 | Avenida da Liberdade, n.º. 190, 1.º B 1250-147 Lisboa | geral@aamm.pt

Funchal: Avenida Arriaga, n.º 42, Edifício Arriaga, 4.º andar, escritório 4.2, 9000-064 Funchal, Portugal.



Ano Fundação: 2004

SÓCIOS

- » Alexandra Bessone Cardoso
- » Letícia Antunes Duarte

Nº Total de Sócios e Advogados: 15

Nº Total de Advogados Estagiários: 3

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Assessoria Financeira e Bancária
- » Contencioso e Arbitragem
- » Consumo
- » Seguros
- » Privacidade, Proteção de Dados e Cibernética
- » Recuperação de Crédito, reestruturação de dívida e Insolvência
- » Propriedade Intelectual e Industrial
- » Direito Laboral
- » Societário e Compliance
- » Bancário e Financeiro
- » Contratos Internacionais e Comerciais
- » Insolvências e Reestruturações

e escritórios estrangeiros, estando presente em mais de 40 jurisdições diferentes através da sua posição enquanto membro único português da International Law Firms, da qual Alexandra Bessone Cardoso, sócia-fundadora da ABC LEGAL, é Presidente Emeritus.

Dotada de um forte código de conduta e de regras apertadas de governação e combate à corrupção, a ABC LEGAL rege-se por uma filosofia assente em valores éticos e corporativos, como a transparência, compromisso e excelência, que tem permitido continuar a estabelecer e a fomentar relações de confiança ao longo dos vários anos com os Clientes, proporcionando um diálogo aberto e gerador de confiança, aliado a critérios de rigor e profissionalismo.

www.abclegal.com.pt

Alexandra Bessone Cardoso & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Com quase duas décadas de atividade no mercado da advocacia em Portugal, a ABC LEGAL não pode ser considerada mais uma sociedade de advogados. A ABC LEGAL tem vindo a alterar o seu negócio em função das necessidades do mercado.

Com uma forte aposta na assessoria jurídica financeira, viu disparar o volume de negócios e a clientela na área da intermediação de crédito, branqueamento de capitais e proteção de dados, privacidade e cibernética, áreas de negócio levadas a cabo pela sócia-fundadora Alexandra Bessone Cardoso.

Após a Pandemia do Covid-19, a ABC LEGAL reorganizou-se, requalificou-se e adaptou-se completamente à transformação digital, ao bem-estar dos respetivos colaboradores, dando resposta às exigências dos clientes por antecipação e encontrando no teletrabalho uma mais-valia na gestão das equipas e na consolidação do respetivo bem-estar. Os colaboradores da ABC LEGAL estão munidos de todas as ferramentas para poderem trabalhar a partir de qualquer lugar como se estivessem nas respetivas instalações, mantendo-se a atividade da ABC LEGAL sem qualquer decréscimo de produtividade nos dias de hoje.

A ABC LEGAL adequou as suas áreas de trabalho às novas necessidades dos clientes, incrementando o nível de especialização das equipas. Tem, assim, a ABC LEGAL equipas altamente especializadas e com forte reconhecimento por parte dos clientes nas áreas do Contencioso em geral, Direito do Consumo, Direito Bancário e Financeiro, Direito dos Seguros, Direito Societário e Compliance, Direito do Trabalho, Privacidade e Proteção de Dados, Direito Privado e clientes particulares. Na ABC LEGAL cada departamento é responsável por determinada área de prática, em estreita interação com os demais. A ABC LEGAL está estruturada por áreas tendencialmente especializadas, cada uma abrangendo especificidades próprias do Direito, apesar de, no seu todo, a ABC LEGAL funcionar como uma entidade única. O resultado desta simbiose permite responder de uma forma global às necessidades dos clientes.

A nível nacional, a ABC LEGAL tem sede em Lisboa e um escritório no concelho de Torres Vedras. A nível internacional, a ABC LEGAL assegura uma prestação de serviços jurídicos através da sua consistente rede de contactos com prestigiadas sociedades de advogados

ANTAS DA CUNHA ECIJA



adcecija.pt

Antas da Cunha ECIJA

A Antas da Cunha Ecija é uma sociedade de advogados internacional, full service, com foco no Direito Digital.

Com 10 anos de história, a Antas da Cunha Ecija consolidou-se como uma referência na advocacia nacional, destacando-se através de uma estratégia de inovação e internacionalização, adaptada à dinâmica evolutiva do mercado. Somando mais de 180 profissionais em Portugal, com equipas diversificadas e multidisciplinares, presentes em Lisboa, Porto e Braga, a Sociedade figura entre as que mais crescem no país. Enquanto parceiros estratégicos dos nossos clientes, procuramos soluções personalizadas que atendam os seus objetivos.

Uma visão atenta sobre o futuro, a Antas da Cunha Ecija apresenta um crescimento em múltiplos domínios, evidenciado pela mais recente inclusão de três novas áreas de prática: Direito da União Europeia, Concorrência e Investimento Estrangeiro, Life Sciences e Regulatório e Financeiro.

Globalmente, a expansão da Ecija culminou na duplicação do volume de negócio, resultando em mais de 1 000 profissionais, por 35 escritórios, em 18 jurisdições, sendo hoje reconhecida como a maior Sociedade de advogados ibero-americana. A aliança estratégica, estabelecida com a Sociedade anglo-alemã Taylor Wessing, reforçou expressivamente o alcance global da Antas da Cunha Ecija; através desta parceria, colaboram cer-

ca de 3 000 profissionais, por 65 escritórios, em mais de 30 países.

O desempenho consistente da Antas da Cunha Ecija concedeu à atribuição de “Most Innovative Law Firm in Continental Europe” pelo conceituado Financial Times, em 2022. Também o The Legal 500 reconheceu as áreas de Fiscal; Criminal, Contraordenacional e Compliance; Laboral e Imobiliário e Urbanismo como Top Tier. Já a Chambers and Partners tem vindo a distinguir, desde 2020, a Área de Direito do Trabalho e da Segurança Social.

Um projeto ímpar, o curso da Antas da Cunha Ecija é continuamente marcado pela evolução e o compromisso de sempre: proximidade, inovação e excelência.

ESCRITÓRIOS IBÉRICOS

- » Lisboa
- » Porto
- » Braga
- » Madrid
- » Barcelona
- » Valencia
- » Zaragoza
- » Las Palmas de Gran Canaria
- » Santa Cruz de Tenerife
- » Pamplona
- » Vitoria

ESCRITÓRIOS INTERNACIONAIS

- » Argentina
- » Brasil
- » Chile
- » Colombia
- » Costa Rica
- » El Salvador
- » Equador
- » Guatemala
- » Honduras
- » México
- » Nicaragua
- » Panamá
- » Perú
- » Puerto Rico
- » República Dominicana
- » Uruguai

SÓCIOS

- » Fernando Antas da Cunha
- » Pedro da Quitéria Faria
- » João Carlos Teixeira
- » Henrique Moser
- » Joana Cunha d'Almeida
- » João de Moraes Vaz
- » Nuno da Silva Vieira
- » Amílcar Silva
- » Alexandra Mota Gomes
- » Odete Sousa Pereira
- » Ana Bastos
- » Paulo Morgado
- » Ricardo Cardoso
- » Jane Kirkby
- » Raquel Ribeiro Correia
- » Rui de Amorim Mesquita
- » João Magalhães Ramalho
- » Patrícia Paiais
- » José Luís da Cruz Vilaça
- » Paulo de Almeida Sande

OF COUNSEL

- » Cláudia Leonardo
- » Gerardo Galeote Quecedo
- » Artur Filipe Silva
- » Luís Branco Lopes
- » Pedro Archer Cameira
- » Tatiana Cardoso
- » Filipa Conde Lencastre
- » Raquel Beleza
- » Ana Raquel Conceição
- » Ana Catarina Silva
- » Carolina Meireles
- » Lídia Neves
- » Miguel Ramos Ascensão
- » Bruna Casagrande
- » Tiago Cochofel de Azevedo
- » Ana Marques
- » Priscila Santos
- » Mariana Tavares

» N° Associados: 69

» N° Solicitadores: 1

» N° Advogados Estagiários: 19

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Comercial e Societário
- » Contencioso e Arbitragem
- » Criminal, Contraordenacional e Compliance
- » Desporto, Moda e Entretenimento
- » Família, Sucessões e Empresas Familiares
- » Fiscal
- » Imobiliário e Urbanismo
- » Laboral
- » Life Sciences & Healthcare
- » Private Clients
- » Público
- » Regulatório e Financeiro
- » Seguros e Responsabilidade Civil
- » TMT - Tecnologia, Media e Telecomunicações (Privacy & Cybersecurity, Intellectual Property, Digital Economy, Technology Transactions)
- » União Europeia, Concorrência e Investimento Estrangeiro
- » Desks: Imigração & Cidadania, French Desk, German Desk

<https://adcecija.pt/>

Lisboa: Edifício Amoreiras Square Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 – 2.º Piso 1070-313 Lisboa | (+351) 21 319 2080 | **Porto:** Rua Eugénio de Castro, n.º 352, 2.º andar, sala 26 4100-225 Porto | (+351) 22 605 13 30 | **Braga:** Rua de Janes, n.º 20, 1.º andar, sala 101 4700-318 Braga | (+351) 253 995 296
E-mails: geral@adcecija.pt | **Departamento de Comunicação:** comunicacao@adcecija.pt



Nº de sócios: 5
 Nº de Advogados: 57
 Nº de Consultores: 6
 Nº de Advogados Estagiários: 10
 Nº de Outros Profissionais: 14

SÓCIOS

- » Nuno Cerejeira Namora
- » Pedro Marinho Falcão
- » Pedro da Costa Mendes
- » Ricardo Maia Magalhães
- » Mara Franco

EXPERTISE

- » Arbitragem
- » Bancário e Financeiro
- » Civil
- » Contencioso
- » Corporate
- » Desporto
- » Direito Biomédico
- » Família, Menores e Sucessões
- » Fiscal
- » Imobiliário, Turismo & Construção
- » Laboral
- » Público
- » Penal e Contra-ordenações
- » Privacidade, Digital & Tecnologia
- » Propriedade Intelectual
- » Recuperação de Créditos

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS



<https://www.cnmf.pt/>

Cerejeira Namora, Marinho Falcão

Shaping the future

Desde 1992 que a Cerejeira Namora, Marinho Falcão cimenta um posicionamento dinâmico, multidisciplinar e inovador, respondendo aos desafios mais complexos do mercado. O que começou há mais de 30 anos com 2 sócios fundadores e 2 áreas de especialidade, hoje multiplica-se por uma Sociedade com valências multidisciplinares e atuação transversal em todas as áreas do Direito e para todas as áreas de negócio. A aliança firmada com a multidisciplinar Auren, em 2023, reflete um passo firme e aposta decisiva na internacionalização. Com uma marca renovada, distingue as suas pessoas pela excelência e profissionalismo, qualidades essenciais para alavancar o sucesso dos Clientes e apoiar a Comunidade onde se insere.

Mais de 30 anos passados, a missão continua a ser a mesma: Ser um parceiro para todos os momentos, assumindo um papel central na vida dos Clientes e defendendo os seus interesses. Desenvolver talento, através de ações de formação contínua e desenvolvimento pessoal de cada profissional. Apoiar a comunidade, através de programas inseridos dentro da estratégia de responsabilidade social. Alinhada com uma estratégia de expansão in-

ternacional e de forma a assegurar as necessidades transfronteiriças, a Cerejeira Namora, Marinho Falcão marca também presença na IR Global, uma rede mundial de sociedades que presta aconselhamento de serviços legais, financeiros e contabilísticos a empresas ou indivíduos em mais de 155 jurisdições.

Com um compromisso claro de devolver à sociedade aquilo que se recebe, a Cerejeira Namora, Marinho Falcão colabora de forma regular com várias instituições de solidariedade social, quer através do apoio jurídico pro bono, quer em casos e causas de interesse social ou manifesta injustiça. Colabora regularmente com as associações “Coração da Cidade”, “Vida Norte” e “Pro Bono Portugal”, sendo membro-fundador da Aliança Pro Bono Portugal. Além da ação pro bono, a sociedade está integrada no Grace - Empresas Responsáveis, reforçando a importância da cidadania, sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Recentemente tornou-se parceiro da Stand4Good, onde irá integrar o programa de Mentoria, com o objetivo de apoiar estudantes de Direito da Universidade do Porto ao longo do ano letivo de 2024/2025.

Telefone escritórios Porto e Lisboa: (+351) 225 573 520 | **Telefone escritório Madeira:** (+351) 291 221 532 | **Email geral sociedade:** geral@cnmf.pt
Porto: Rua Doutor Joaquim Pires de Lima, 388 4200-348 Porto - Paranhos, Portugal | **Lisboa:** Praça de Alvalade, nº6, 13º Frente, 1700-036, Lisboa, Portugal
Funchal: Av. Arriaga 75, Conjunto Monumental Infante, 3º andar, Sala 302, 9004-533, Funchal, Madeira

REDES SOCIAIS

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/cnmf/> | **YouTube:** <https://www.youtube.com/@cerejeiranamoramarinhofalcao>
Instagram: www.instagram.com/cerejeiranamoramarinhofalcao/ | **Facebook:** www.facebook.com/CerejeiraNamoraMarinhoFalcao



CMS Portugal

Com uma história que remonta a 2012, a CMS Portugal faz parte da organização europeia de sociedades de advogados, a CMS, líder mundial que integra o ranking das Top 10 Global Law Firm.

Com presença em mais de 70 escritórios e 40 jurisdições e mais de 5000 advogados em todo o mundo, a CMS Portugal oferece um profundo entendimento do mercado local com uma perspetiva global.

Os nossos clientes beneficiam da experiência e know-how jurídico em diversos sectores de indústria, bem como de uma cobertura internacional, única em Portugal, que nos permite prestar um serviço verdadeiramente global e com rápida capacidade de resposta. Dispomos de uma equipa multidisciplinar de advogados especializados e empenhados

no desenvolvimento de estratégias jurídicas inovadoras, práticas e eficientes, adaptadas às realidades dos nossos clientes, que assentam num capital de conhecimento adquirido ao longo de 20 anos.

Os elevados padrões de exigência do mundo digital e do mundo físico estão a transformar os mercados e a impulsionar novos modelos de negócio. Na CMS, estamos na vanguarda da inovação tecnológica do sector jurídico, antecipando as tendências do mercado de maneira a desenvolver soluções pioneiras, rápidas e eficientes perante os constantes desafios.

Apostamos numa equipa diversificada com o intuito de contribuir para enriquecer e inovar o serviço prestado, captando e retendo o melhor talento nacional e internacional.



Número de Sócios:

27 CMS Portugal + 2 CMS LBR

Número Total de advogados:

105 CMS Portugal + 7 CMS LBR

Nº Consultores: 7

Nº de Advogados Estagiários:

16 CMS Portugal + 2 CMS LBR

Nº de Colaboradores:

49 CMS Portugal + 3 CMS LBR

SÓCIOS

- » Alberto Galhardo Simões
- » António Payan Martins
- » Bernardo Cunha Ferreira
- » Fernando Cruz Trínca
- » Francisco Xavier de Almeida
- » Gonçalo Guerra Tavares
- » Gonçalo Madeira
- » João Caldeira
- » João Leitão Figueiredo
- » João Paulo Gomes
- » João Pinheiro da Silva
- » José Luis Arnaut
- » Luís Abreu Coutinho
- » Luís Romão
- » Manuel Cassiano Neves
- » Margarida Vila Franca
- » Mónica Carneiro Pacheco
- » Nuno Alves Mansilha
- » Nuno Pena
- » Nuno Santos
- » Patrick Dewerbe
- » Rita Gouveia
- » Sara de Almeida Barroso
- » Sofia Mateus
- » Susana Afonso
- » Tiago Graça
- » Tiago Valente de Oliveira

CMS LBR

- » Luís Filipe Gouveia Borba Rodrigues
- » Silvino Jacinto Domingos

ÁREAS DE PRÁTICA

- » África Lusófona
- » Bancário & Financeiro
- » Concorrência & UE
- » Corporate M&A
- » Direito Comercial
- » Direito do Trabalho & Fundos de Pensões
- » Direito Fiscal
- » Direito Público
- » Energia & Alterações Climáticas
- » Imobiliário & Urbanismo
- » Propriedade Intelectual
- » Resolução de Litígios

SECTORES DE ATIVIDADE

- » Consumer Products
- » ESG Task force
- » Insolvência & Reestruturações
- » Mercado de Capitais
- » Private Equity
- » Projetos & Infraestruturas
- » Saúde & Ciências da Vida
- » Seguros
- » TMC - Tecnologia, Media & Comunicações
- » Turismo & Lazer



EVERSHEDS SUTHERLAND

Nº de Sócios: 21
 Nº total de Advogados: 68
 Nº Total de Estagiários: 22
 Nº total de Colaboradores: 108
 Nº de Of Counsel: 4

SÓCIOS

- » Miguel Castelo Branco
- » Paula Teixeira da Cruz
- » Gonçalo da Cunha
- » Rodrigo Almeida Dias
- » Diogo Bernardo Monteiro
- » Pedro Guimarães
- » Miguel Lorena Brito
- » João Robles
- » João Couceiro
- » Inês Albuquerque e Castro
- » Margarida Roda Santos
- » Rodrigo Barbosa Souto
- » João Osório de Castro
- » Gonçalo Mexia
- » Bruno Arez Martins
- » Sofia Ferreira Enriquez
- » António Cid
- » Dirce Rente
- » Fábio Loureiro
- » João Rocha de Almeida
- » Ricardo Couto

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito Societário e Comercial
- » Direito Público, Administrativo e do Ambiente
- » Direitos Reais, Imobiliário e Construção
- » Contencioso & Arbitragem
- » Direito Penal, Contraordenacional e Compliance
- » Direito Fiscal
- » Direito Laboral e da Segurança Social
- » Direito Bancário e Mercado de Capitais
- » Energia e Recursos Naturais
- » *Life Sciences*
- » Propriedade Intelectual
- » Direito da Concorrência e da União Europeia
- » Direito dos Seguros
- » Direito dos Transportes
- » Angola Desk
- » Moçambique Desk

www.eversheds-sutherland.pt

Eversheds Sutherland

A Eversheds Sutherland é uma das top 10 sociedades de advogados globais. Conta com mais de 3.000 advogados em cerca de 70 escritórios localizados em mais de 30 países na Europa, África, Ásia, Estados Unidos e Médio Oriente. Tem também alianças formalizadas em África, América Latina e no Pacífico Asiático, contando com mais de 200 sociedades de advogados integradas na rede Eversheds Sutherland.

A Eversheds Sutherland, em Portugal, tem escritórios em Lisboa, Porto e Faro e está presente em Angola e Moçambique, através das parcerias com a EVC Advogados | Eversheds Sutherland e a AG Advogados | Eversheds Sutherland, respetivamente.

A Eversheds Sutherland presta, assim, serviços jurídicos por todo o mundo e tem capa-

cidade para dar uma resposta abrangente às necessidades dos clientes em múltiplas jurisdições, criando grupos dinâmicos e multidisciplinares a nível global. A Eversheds Sutherland apoia clientes nacionais e internacionais, desde individuais ou pequenas e médias empresas a grandes multinacionais, representando 129 das Fortune 200, 77 das Fortune 100, 68 das FSTE 100 e 40 das Fortune 50.

A Eversheds Sutherland valoriza as características únicas de cada cliente e compromete-se a conhecer em profundidade os seus negócios, sectores e mercados em que operam. Aliando a este conhecimento especializado a vasta experiência e o know-how das suas equipas, a Eversheds Sutherland garante que as pessoas certas ocupam os lugares certos, assegurando a excelência e a eficácia dos serviços prestados.

Lisboa: +351 213 587 500 | Av. da Liberdade, 249, 1.º, 1250-143 Lisboa | geral@eversheds-sutherland.net

Porto: +351 228 346 740 | Av. da Boavista, 3265 – 2.8, 4100-137 Porto | porto@eversheds-sutherland.net

Faro: +351 289 096 278 | Av. 5 de Outubro, 14, 4.º, 8000-076 Faro | algarve@eversheds-sutherland.net

Angola: +244 937 406 057 | Edifício Kaluanda, Rua José da Silva Lameira, Piso 2, Escritório 2001, Luanda, Angola | angola@eversheds-sutherland.net

Moçambique: +258 21 359 520 | Av. Vladimir Lenine, 174, 1.º, Edifício Millennium Park, Maputo, Moçambique | mozambique@eversheds-sutherland.net



João Nóbrega, Managing Partner da EY Law,
Miguel Fariinha, Country Managing Partner EY
Portuguese Cluster e Pedro Fugas, Country
Tax Leader EY Portugal

Nº de Sócios Advogados: 2

Nº Total de Advogados: 25

Nº Total de Advogados Associados

Coordenadores: 6

Nº de Estagiários: 2

Nº Total de Colaboradores: 30

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » M&A e Direito Societário
- » Imobiliário e Urbanismo
- » Gestão de Ativos e Private Equity
- » Bancário e Financeiro
- » Contencioso Tributário
- » Energia e Infraestruturas
- » Labour e Segurança Social
- » Proteção de Dados e Cibersegurança
- » Seguros

EY LAW Portugal

Liderança e Inovação no Mercado Jurídico

A EY LAW Portugal é uma sociedade de advogados independente que integra a EY Global Law, presente em mais de 90 jurisdições e composta por mais de 3.400 advogados, a qual por sua vez está integrada na rede EY que está presente em mais de 150 países e conta com mais de 400.000 profissionais. Este posicionamento único permite-nos oferecer aos clientes soluções jurídicas de excelência, alinhadas com as exigências de um mercado cada vez mais dinâmico e globalizado. Colaboramos em projetos transfronteiriços, partilhámos conhecimento especializado e acedemos a recursos jurídicos em tempo real, assegurando um serviço de excelência global. Para os nossos clientes, isso significa ter um parceiro jurídico com perspetiva local e alcance global, garantindo qualidade e rigor onde quer que estejam.

Fundada com o objetivo de transformar o panorama jurídico nacional, a EY LAW Portugal alia o rigor técnico e ético ao acesso a uma rede global de conhecimento e inovação. A sociedade diferencia-se pela sua abordagem estratégica, colaborando com outras áreas da

EY, como Consultoria, Estratégia e Transações e a Fiscalidade, para oferecer uma visão integrada e soluções completas.

A EY LAW Portugal assume o compromisso de prestar serviços jurídicos de elevada qualidade, pautados pela proximidade ao cliente e pela capacidade de antecipar e responder a desafios complexos. Atuamos em áreas estratégicas que refletem as necessidades do tecido empresarial moderno, promovendo um impacto positivo nas operações e estratégias dos nossos clientes. Com um portefólio de serviços diversificado, com destaque para M&A, Gestão de Ativos, Imobiliário, private equity, bancário, financeiro e seguros, contencioso tributário, laboral e proteção de dados, Energia e Infraestruturas, asseguramos um apoio transversal e especializado.

Estamos a expandir para novas áreas como Legal Managed Services, Legal Function Consulting e Sustainability Legal Services, alinhando-nos com as tendências globais da EY e da EY Global Law. Esta visão estratégica reflete o nosso compromisso com a inovação, a sustentabilidade e o acompanhamento das trans-

formações do mercado jurídico global.

Destacamo-nos pelo nosso compromisso com a inovação tecnológica, utilizando ferramentas avançadas como a inteligência artificial (IA) e a automação de processos para aumentar a eficiência e precisão dos serviços prestados. Através da plataforma EY.ai, conseguimos agilizar tarefas repetitivas, como a revisão de contratos, e oferecer soluções jurídicas mais ajustadas às necessidades dos nossos clientes. Esta integração tecnológica permite-nos responder de forma ágil e eficaz, criando valor e contribuindo para o sucesso sustentável dos negócios dos nossos clientes. Em suma, integrada no universo EY, mas com uma estrutura que garante a independência inerente à advocacia, a EY LAW Portugal garante o cumprimento das mais elevadas exigências deontológicas e éticas, enquanto aproveita as sinergias de uma rede global de excelência. Este equilíbrio torna-nos um parceiro estratégico para empresas que procuram soluções jurídicas sofisticadas e inovadoras, numa abordagem que se mantém fiel ao propósito da EY: "Building a Better Working World".

Morada: Avenida da Índia, n.º 10, piso 0, 1349-066 Lisboa, Portugal | **Email Geral:** info@pt.eylaw.com | **Telf:** (+351) 21 801 44 53
Website: https://www.ey.com/pt_pt/law/ey-law | **LinkedIn:** <https://pt.linkedin.com/company/ernstandyoung>



pbbr.a

SOCIEDADE
DE ADVOGADOS, SP, RL

A pbbr é uma sociedade de advogados com projeção nacional e internacional, com capacidade full service, que presta assessoria jurídica assente em critérios de exigência, rigor e qualidade. A pbbr dispõe de uma equipa versátil e flexível, muito disponível para os seus Clientes, sendo os serviços prestados, reconhecidos pela sua eficiência e capacidade de criação de valor. Na pbbr, é privilegiado o trabalho em equipa. A formação contínua dos profissionais e a aposta na especialização, são preocupações centrais na organização e gestão dos recursos humanos da sociedade. A pbbr concentra a sua atividade no direito imobiliário, construção e urbanismo, direito público, direito do trabalho, do direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, e capital de risco, direito bancário, financeiro e mercado de capitais, tecnologias de informação, telecomunicações e media, saúde, farmacêutico e *life sciences*, publicidade e marketing, proteção de dados pessoais, ambiente, energia e recursos naturais, direito fiscal, contencioso e arbitragens. Uma parte significativa do trabalho da pbbr é de referência internacional, mantendo a so-

ciiedade uma sólida rede de contactos com prestigiadas sociedades de advogados estrangeiras, na Europa, Brasil, Argentina, Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Índia, Japão, Singapura e China, entre outros.

A pbbr é o membro português da aliança internacional de sociedades de advogados Meritas, integrada por membros com vocação full service. A sócia da pbbr Tânia Ferreira Osório foi nomeada para o *European Leadership Group* desta aliança em 2024, para um mandato de 3 anos.

A pbbr é também o membro português da aliança internacional de sociedades de advogados lus Laboris, tendo a sócia Inês Reis sido recentemente eleita para integrar o Comité Executivo desta aliança para um segundo mandato consecutivo, com a duração de dois anos. Adicionalmente, a pbbr mantém uma parceria exclusiva para Portugal com a sociedade de advogados espanhola Sagardoy Abogados para as áreas do Direito do Trabalho e Segurança Social.

A Techlawyers by pbbr é a marca para as áreas de Tecnologia, Media e Telecoms (TMT) da pbbr.

Nº de Sócios: 14

Nº total de Advogados: 39

Nº de Advogados Estagiários: 5

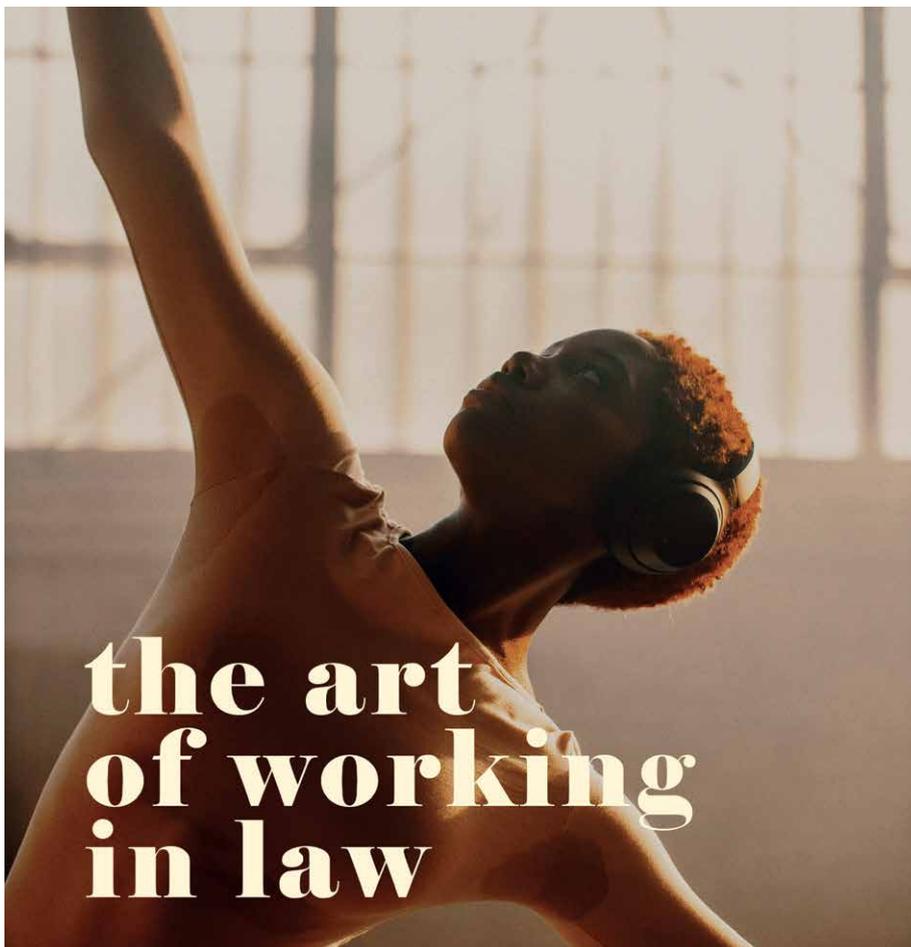
Nº de Consultores: 3

Nº de outros Colaboradores: 9

SÓCIOS

- » Pedro Pinto
- » Inês Reis
- » Teresa Freire
- » Tânia Ferreira Osório
- » Alexandre Jardim
- » Carina Branco
- » Sofia de Sales Sousinha
- » Rita Roque de Pinho
- » Bruno Soeiro Barbosa
- » Marco Pereira Cardoso
- » Inês Oom de Sacadura
- » Inês Carrilho
- » Gonçalo Mendes Martins
- » Mário Silva Costa

www.pbbr.pt



Raposo Bernardo & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

A Raposo Bernardo é uma full service law firm reconhecida pela sua capacidade de aliar a solidez da tradição da advocacia à mais moderna e avançada tecnologia, com o propósito de proporcionar o maior benefício aos nossos Clientes.

Entendemos que para disponibilizarmos um apoio jurídico do mais elevado nível é fundamental que as nossas equipas de advogados, para além de elevadas competências técnicas, tenham um profundo conhecimento da atividade e dos projetos dos nossos Clientes, bem como uma apurada sensibilidade para o seu modo específico de fazer negócios.

A cultura de colaboração que existe entre todos os membros das nossas equipas é a mesma cultura de colaboração que mantemos com os nossos Clientes. Esse espírito de colaboração e de proximidade permite criar relações fortes e de confiança, e com

isso alcançar os melhores resultados.

Mantemos uma permanente e intensa atividade de formação e reciclagem interna, essencial para que as nossas equipas estejam sempre na vanguarda do que de mais avançado e sofisticado se vai fazendo no mercado jurídico internacional.

Com total independência mantemos relações com sociedades de advogados em todo o mundo, estando inteiramente abertos a desenvolver trabalho em parceria, sempre em benefício dos projetos dos nossos Clientes.

Passados mais de 25 anos renovamos o nosso compromisso em aliar experiência e tradição com inovação, modernidade e sofisticação, através de um aconselhamento pragmático e que acrescente valor aos nossos Clientes, mantendo sempre a mesma capacidade de resposta rápida e rigorosa e uma cultura de total disponibilidade e colaboração.



RAPOSO BERNARDO

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito Bancário e Financeiro
- » Direito Societário
- » Fusões e Aquisições
- » Mercado de Capitais
- » Corporate Finance
- » Project Finance
- » Private Equity
- » Startups
- » Direito dos Seguros
- » Direito Farmacêutico
- » Arbitragem e Contencioso
- » Direito Imobiliário
- » Contencioso Tributário
- » Direito do Trabalho
- » Direito da Concorrência e Europeu
- » Direito dos Contratos
- » Direito do Consumo
- » Direito Administrativo
- » Privacidade e Dados Pessoais
- » Direitos de Autor e Conexos
- » Direito da Energia
- » Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação
- » Direito Marítimo, Transportes e Logística
- » Direito Aéreo
- » Direito do Desporto
- » Restruturação de Empresas

SETORES

- » Agricultura
- » Água, Saneamento e Resíduos
- » Arte, Cultura e Entretenimento
- » Aviação
- » Banca e Instituições Financeiras
- » Centros Comerciais & Retail Parks
- » Desporto
- » Distribuição e Consumo
- » Economia Social
- » Energia e Recursos Naturais
- » Logística e Transportes
- » Capital de Risco
- » Imobiliário e Construção
- » Indústria
- » Infraestruturas e Projetos
- » Marítimo e Cruzeiros
- » Média
- » Tecnologias e Digital
- » Telecomunicações
- » Saúde e Farmacêutico
- » Seguros e Fundos de Pensões
- » Startups
- » Turismo e Hotelaria

SERVIÇOS

- » Compliance
- » Corporate Governance
- » Due Diligence
- » ESG – Environmental, Social, Governance
- » Proteção de Dados e Cibersegurança
- » RGPC e Whistleblowing
- » Startups program



RBMS – Sociedade de Advogados

rbms

A Rodrigues Bastos, Magalhães e Silva & Associados (RBMS) é uma sociedade liderada por profissionais de renome com mais de 20 anos de experiência consolidada em atuação conjunta e que se afirma no presente pelas suas modernas metodologias de proximidade e envolvimento com os seus clientes e parceiros. Temos uma forma pragmática de estar no mercado, um posicionamento que justifica o reforço sistemático da nossa ambição e capacidade de resposta, que conjuga a solidez estrutural e de conhecimento, com uma cultura de versatilidade, inovação e de adaptação aos novos desafios da sociedade e do direito ao nível nacional e internacional.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo
- » Aeronáutico
- » Arbitragem e Mediação
- » Comercial e Societário
- » Contencioso Administrativo, Fiscal e Laboral
- » Contraordenacional
- » Contratação Pública
- » Desporto
- » Expropriações
- » Farmacêutico
- » Fiscal
- » Fusões e Aquisições
- » Imobiliário
- » Insolvências
- » Penal
- » Penal Económico
- » Proteção de Dados
- » Recuperação internacional de ativos
- » Trabalho e Segurança Social
- » Urbanismo

Somos uma equipa de aproximadamente 40 colaboradores, distribuídos pelos escritórios de Lisboa, Porto e Algarve, e integramos a Legal Netlink Alliance e a ECOVIS, duas redes internacionais de advocacia e consultadoria, disponibilizando aos nossos clientes assistência jurídica de qualidade e confiança em praticamente todo o mundo.

Possuímos ainda um Desk alemão e um Desk francês onde prestamos assessoria jurídica em língua alemã e francesa às empresas portuguesas com atividade no mercado alemão e francês e às empresas francesas e alemãs presentes ou interessadas no mercado português.

- » **Nº de Sócios:** 12
- » **Nº total de Advogados:** 34
- » **Nº de Advogados Estagiários:** 6
- » **Nº de Consultores:** 5
- » **Nº de outros Colaboradores:** 5

SÓCIOS

- » Tiago Rodrigues Bastos
- » Manuel Magalhães e Silva
- » José Ricardo Gonçalves
- » Gonçalo Areia
- » Madalena Januário
- » Patrícia Meneses Leirião
- » Eloísa Ribeiro Santos
- » João Gaspar Simões
- » Jorge Bastos Leitão
- » Filipa Elias
- » Susana Esteves Pires
- » Rosalie Oliveira Santos

www.rbms.pt

Lisboa: Avenida Duque de Ávila, nº 66 - 5º andar 1069-075 Lisboa / Telef. 210 131 660

Porto: Rua Caldas Xavier, nº 38 - 4º Dto., 4150-162 Porto / Telef. 220 188 759

Algarve: Av. 5 de Outubro, n.º 191, 8135-102 Almancil/ Telef. 210 131 660 | **Página oficial:** rbms.pt | **Email:** rbms@rbms.pt



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

Nº de Sócios: 32

Nº de Of Counsel: 4

Nº Total de Advogados Associados: 47

Nº de Consultores: 13

Nº Total de Advogados Estagiários: 17

Nº de Administrativos: 31

SÓCIOS

- » José Manuel Sérvulo Correia
- » Alberto Saavedra
- » Ana Moutinho Nascimento
- » Ana Rita Paíno
- » António Cadilha
- » António Teles
- » Cláudia Amorim
- » Duarte Rodrigues Silva
- » Eduardo Gonçalves Rodrigues
- » Francisca Mendes da Costa
- » Francisco Barona
- » Francisco Boavida Salavessa
- » Henrique Rodrigues da Silva
- » João Amaral e Almeida
- » João Carmona Dias
- » João Saúde
- » José Lobo Moutinho
- » Mafalda Ferreira Santos
- » Manuel Magalhães
- » Mariana Costa Pinto
- » Mark Kirkby
- » Miguel Gorrão-Henriques
- » Miguel Santos Almeida
- » Paulo Câmara
- » Pedro Fernández Sánchez
- » Pedro Silveira Borges
- » Rita Canas da Silva
- » Rui Medeiros
- » Sofia Carreiro
- » Sofia Thibaut Trocado
- » Teresa Pala Schwalbach
- » Verónica Fernández

Sérvulo & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

A SÉRVULO é uma sociedade de advogados full-service, com mais de 25 anos de existência, que atua em todas as áreas de prática e nos setores mais relevantes da economia.

Reconhecida pela qualidade dos seus serviços jurídicos, a SÉRVULO conta com uma equipa multidisciplinar extremamente competente, motivada por um único propósito: transformar a investigação académica e o conhecimento acumulado na conceção de soluções jurídicas robustas, prestando um serviço efetivamente criador de valor para os seus clientes.

A Sérvulo no Mundo

A SÉRVULO assegura um alcance global na prestação dos seus serviços jurídicos através da SÉRVULO LATITUDE, uma rede de parcerias bilaterais que inclui escritórios de advogados proeminentes das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e de outras jurisdições estratégicas, tais como o Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Macau ou Timor-Leste; das três redes internacionais de sociedades de advogados a que pertence - Legalink, Cathay e Roxin Alliance; e dos seus Desks, destinados a prestar um serviço personalizado a clientes provenientes de determinados países.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Comercial e Societário
- » Contencioso e Arbitragem
- » Desporto
- » Direito Espacial
- » Europeu e Concorrência
- » Financeiro e Governance
- » Fiscal
- » Imobiliário, Turismo e Urbanismo
- » Laboral
- » Life Sciences
- » Penal, Contraordenações e Compliance
- » Privacidade e Proteção de Dados
- » Propriedade Intelectual
- » Público
- » Reestruturação e Insolvência
- » TMT

SETORES

- » Águas e Recursos Naturais
- » Ambiente
- » Artes
- » Aviação e Aeronáutica
- » Banca
- » Capital de Risco
- » Comércio, Produção e Distribuição
- » Desporto
- » Energia
- » Imobiliário e Turismo
- » Indústria
- » Infraestruturas
- » Investimento Estrangeiro
- » Luxury
- » Média e Telecomunicações
- » Mercado de Capitais
- » Saúde e Indústria Farmacêutica
- » Setor Automóvel
- » Seguros
- » Tecnologias da Informação e Outsourcing
- » Transportes

www.servulo.com



VdA
**Challenged
 by the future**



Vieira de Almeida & Associados - Sociedade de Advogados SP RL

A Vieira de Almeida (VdA) é uma sociedade de advogados de referência internacional com mais de 40 anos, destacando-se por um track-record ímpar na assessoria jurídica empresarial e pelo seu caráter inovador.

Reconhecida como referência de excelência na advocacia, a VdA conta hoje com mais de 550 colaboradores e com uma equipa de profissionais altamente especializados em várias indústrias e práticas, que se pautam pelos mais elevados padrões éticos, solidez técnica e rigor profissional.

Com uma cultura fundada na consciência de que a cidadania é a âncora da prática da advocacia, a VdA é uma firma aberta, inclusiva e solidária, focada nas pessoas e na justa oportunidade de realização de cada um, promovendo a colaboração,

a confiança e um elevado sentido de exigência, enquanto equipa e na defesa dos seus clientes. Uma organização vibrante e inquieta, inovadora, que se afirma nas aspirações de um coletivo que quer ser parte ativa da solução para os desafios que a Sociedade enfrenta, mobilizando pelo exemplo de respeito, justiça e humanidade.

A VdA tem sido premiada consistentemente com as mais prestigiadas distinções internacionais da indústria da advocacia empresarial.

Através da VdA Legal Partners, os clientes têm acesso a 7 jurisdições, com uma vasta cobertura setorial em países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa em África e em Timor-Leste.



Angola – Cabo Verde – Guiné Equatorial – Moçambique – Portugal – São Tomé e Príncipe – Timor-Leste

www.vda.pt

alínea b)



António Frutuoso de Melo e Associados

Sociedade de Advogados SP, R.L.

Temos uma história consolidada com muitos dos nossos Clientes

Fundada em 1997, a AFMA tem acompanhado a vida de muitas empresas em momentos relevantes das respetivas atividades. Ao longo deste percurso criou relacionamentos de confiança que continuam a crescer e que se traduzem em autênticas parcerias com os seus Clientes.

Uma sociedade “full-service” com uma visão personalizada

Com vocação de serviço completo, a AFMA criou uma equipa experiente, com um foco de conhecimento consolidado em todas as áreas do direito empresarial, que presta uma assessoria sempre numa perspectiva pessoal e personalizada, com um objetivo de “soluções à medida”.

Gostamos de ouvir, para identificar o que o cliente precisa

Conhecemos o negócio do cliente, seja nacional ou internacional, e gostamos de o acompanhar em todas as vertentes, com o objetivo de encontrar soluções jurídicas eficazes/ inovadoras que melhor se adequem ao seu sector de atividade e à sua estrutura empresarial.

Somos cada vez mais exigentes, tecnológicos e multifacetados

Neste contexto, temos crescido sustentadamente e pretendemos continuar a prestar um serviço com valor e em benefício dos nossos Clientes.

A confiança que os nossos Clientes têm depositado na AFMA enche-nos de orgulho e dá-nos a garantia de que nos encontramos no bom caminho.

ADVOGADOS

- » António Frutuoso de Melo
- » Pedro Porto Dordio
- » Guilherme Frutuoso de Melo
- » Alda Cabeças
- » Guida Vila Nova
- » Sofia Belard
- » Fernando Magiolo Magarreiro
- » Rita Nina
- » António Gaio
- » Raquel Elias da Costa
- » Inês Saraiva de Aguiar
- » Ágata Dinis
- » Sandra Fraga
- » Marina Silveira
- » Rita Tavares Catarino
- » João Massacote

ADVOGADOS ESTAGIÁRIOS

- » Sofia Cordovil

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Bancário, Financeiro e Mercado de Capitais
- » Comercial, Societário e M&A
- » Consumo, Distribuição e Concorrência
- » Contencioso e Arbitragem
- » E-Commerce, Privacidade e Cibersegurança
- » Farmacêutico, Veterinário e Cosméticos
- » Fiscal
- » Imobiliário
- » Trabalho e Segurança Social

Member of LEXLINK

www.afma.pt

António Frutuoso de Melo e Associados – Sociedade de Advogados SP, R.L.
Lisboa: (+351) 21 3218600 | Av. da Liberdade, n.º 38 – 1.º andar
1250-145 Lisboa | afma@afma.pt

Leading you to higher levels.

paxlegal

A paxlegal foi fundada em 2021. É uma boutique law firm dedicada a private clients e advocacia de negócios. Especializada em investimento estrangeiro, imigração, imobiliário, societário, família e planeamento sucessório. No âmbito da imigração e nacionalidade, a paxlegal tem uma taxa de sucesso de 100%.

A paxlegal presta serviços jurídicos de excelência, com foco na proximidade e na transparência, de acordo com os mais elevados padrões de qualidade, a clientes privados, empreendedores, criativos, pequenas e médias empresas. Possui ainda uma experiência assinalável na gestão de pequenas e grandes transações empresariais, a nível nacional e internacional, e no tratamento e abordagem de todos os aspetos legais de um negócio.

A paxlegal possui uma equipa altamente especializada e com elevada senioridade, reconhecida no mercado, nas respetivas áreas de atuação. Trabalha de forma integrada, na procura de soluções jurídicas inovadoras e com elevado valor acrescentado para os seus clientes, envolvidos num espírito de verdadeira parceria.

A paxlegal é membro da Uglobal Immigration.

EQUIPA



António Patrício
Sócio Fundador



Bárbara Pestana
Sócia Fundadora

- » Bruno Sampaio - Associado Sénior
- » João Rebelo Maltez - Associado
- » Natacha Silva - Associada
- » Mariana Andrés - Paralegal
- » Ryan Kim - Counsel / Korean Desk
- » Rita Botelho Moniz - Of Counsel / Tax
- » Ana Gandarela - Assistente Legal
- » Ilda Sousa - Assistente Financeira

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Private Clients
- » Imigração
- » Nacionalidade
- » Imobiliário
- » Societário
- » Contencioso
- » Família & Sucessões
- » Direito do Trabalho
- » Direito Fiscal

www.paxlegal.pt

Contatos: Rua Joshua Benoliel, n.º 6 – 8 A 1250-133 Lisboa
Telf: +351 213 850 046 | **Email:** paxlegal@paxlegal.pt



LEKTOU
ADVOGADOS 律師事務所

Lektou – Cortés

Sociedade de Advogados, SP, RL

A Lektou - Cortés, Sociedade de Advogados, SP, RL é uma sociedade de advogados fundada em 2017, com sede em Lisboa e um segundo escritório inaugurado no Porto em 2024. A sua origem remonta ao escritório Rato, Ling, Lei & Cortés – Advogados | Lektou, estabelecido na Região Administrativa Especial de Macau desde 1985.

Com quase 40 anos de prática jurídica em Macau, a sociedade alia um sólido perfil académico à vasta experiência profissional da sua equipa, garantindo a qualidade dos serviços que oferece. Constituída por profissionais altamente qualificados, a equipa é capaz de responder às mais diversas necessidades jurídicas. A Lektou conta com advogados experientes de Macau, Portugal, Brasil, Cabo Verde, República Popular da China, Timor-Leste e Nova Iorque (EUA), permitindo-lhe prestar serviços jurídicos de excelência a clientes internacionais. A presença em Portugal insere-se na estratégia de internacionalização da sociedade, visando oferecer um apoio mais

abrangente aos seus clientes e consolidar-se como um interveniente relevante na ligação entre a RPC, os países de língua portuguesa e a União Europeia. A sociedade integra a rede global da Miranda Alliance, que está presente em todas as jurisdições lusófonas, reunindo cerca de 230 advogados em 15 jurisdições distribuídas por 4 continentes.

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Administrativo e Regulatório
- » Bancário, Financeiro e Segurador
- » Societário, Comercial, Fusões e Aquisições
- » Fiscal
- » Jogos de Fortuna ou Azar e Apostas Desportivas
- » Laboral, Migração e Fixação de Residência
- » Mercado de Capitais/Valores Mobiliários
- » Penal
- » Propriedade Intelectual e Industrial
- » Resolução de Litígios
- » Tecnologia, Media e Comunicações

www.lektou.com

Lisboa: Avenida 5 de Outubro, N.º 142, 1º Esq, 1050-061, Lisboa
(+351) 211 507 232 | lektoupt@lektou.com

Porto: Avenida da Boavista, N.º 1204, 1º Andar, 4100-130 Porto
(+351) 224 000 897 | lektoupt@lektou.com

Macau: Avenida da Amizade, Macau, 555, Office Tower 23rd Floor, Macau SAR (+853) 2856 2322 | mail@lektou.com

Outros escritórios: Hengqin e Shenzhen



RAPOSO SUBTIL ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Law Firm

RSA Raposo Subtil e Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Rede de Serviços de Advocacia

Fundada em 1997, a RSA – Raposo Subtil e Associados, tem por matriz um serviço completo e integrado aos seus Clientes, combinando um profundo conhecimento do negócio com a exigência do conhecimento técnico, tanto a nível nacional como internacional. Desde 2013, através da Rede de Serviços de Advocacia de Língua Portuguesa (RSA-LP), a RSA – Raposo Subtil e Associados oferece uma rede inovadora de sociedades de advogados/escritórios de advocacia associados, em 6 países lusófonos (Portugal, Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau), com equipas locais sólidas e experientes, prestando assim uma assessoria jurídica global e de acordo com padrões de excelência internacionais. De forma multidisciplinar e especializada, as nossas equipas são compostas por advogados dedicados a encontrar a solução legal que melhor satisfaça cada um dos nossos Clientes.

Acreditamos que o diferencial competitivo está nas pessoas, na sua formação e qualidade.

Acreditamos em relações duradouras no presente, com foco no futuro.

Conscientes dos novos desafios da era digital e assumindo as tecnologias como uma prioridade estratégica, desenvolvemos soluções profissionais criativas, baseadas em valores como a CONFIANÇA, a EXPERIÊNCIA e a PARTILHA.

SÓCIOS

- » Rita Montalvão | MP
- » António Raposo Subtil
- » Carla dos Santos Freire
- » Cristina Bogado Menezes
- » João Côrte-Real
- » João Subtil
- » Manuel Camarate Campos
- » Manuel Ilhéu
- » Maria José Esteves
- » Miguel Cardoso Matias
- » Pedro Gonçalves Paes
- » Ricardo Néry
- » Rui Moreira de Resende

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Imobiliário, Urbanismo e Veículos de Investimento
- » M&A, Societário e Comercial
- » Contencioso, Recuperações e Insolvências
- » Criminal, Contraordenacional, Sancionatório e Compliance
- » Arbitragem e Resolução Alternativa de Litígios
- » Administrativo e Regulatório
- » Laboral e Segurança Social
- » Financeiro, Bancário e Seguros
- » Propriedade Intelectual, Proteção de Dados e TMT
- » Família e Sucessões
- » Direito da Aviação
- » Direito do Desporto
- » Direito da Energia
- » Visto, Imigração e Nacionalidade
- » Operações Internacionais

PRESENCAS RSA

- » Portugal (Lisboa, Norte/Porto, Funchal e Algarve)
- » Angola
- » Moçambique
- » Brasil
- » Cabo Verde
- » Guiné-Bissau

Lisboa [sede]: (+351) 213 566 400 | Rua Bernardo Lima, 3, 1150-074 Lisboa
geral@rsa-lp.com | www.rsa-lp.com



Conhecimento jurídico com valor

A BAS foi constituída por profissionais que asseguram uma assessoria qualificada, aportando conhecimento jurídico com valor. O nível de serviços jurídicos que a sociedade oferece aos seus clientes permite incrementar a capacidade de resposta nacional e internacional. O reconhecimento interpar nas áreas do Direito do Trabalho, Direito Administrativo e do Direito da Saúde é evidenciado nos rankings internacionais.

Além de escritórios em Lisboa e no Porto, a BAS marca a sua presença internacional através das parcerias e associados em Espanha, Angola, Brasil Moçambique.

☎ (+351) 211 654 330
 📍 Rua Artilharia Um, 51 - Pátio Bagatela, Edifício 1, 4.º 1250-137 Lisboa
 📧 geral@bas.pt
 🌐 www.bas.pt

🌐 <https://www.linkedin.com/company/bas-sociedade-de-advogados/?viewAsMember=true>

📍 **Porto:** (+351) 220 118 647 | (+351) 224 064 415
 📍 Edifício Scala Rua de Vilar, n.235, 2. DTO 4050-626 Porto | geralporto@bas.pt

ANO FUNDAÇÃO 2010

SÓCIOS

- » Cláudia Monge
- » Dália Cardadeiro
- » Marco Aurélio Constantino
- » Marco Real Martins
- » Miguel Salvador
- » Nuno Miguel Vieira
- » Pedro Madeira de Brito
- » Sérgio Alves Ribeiro
- » Tânia Silva

Número total de sócios e advogados: 28
Nº Total de Advogados Estagiários: 6

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Assessoria em todas áreas de atividade, com especial enfoque no apoio jurídico nas áreas de:

- » Direito da Saúde e Ciências da Vida
- » Direito Laboral, Segurança Social e Emprego Público
- » Direito Administrativo e Contratação Pública
- » Contencioso Civil e Laboral
- » Contencioso Administrativo
- » Proteção de Dados
- » Propriedade Intelectual
- » Direito do Ambiente;
- » Direito Societário, Comercial e M&A
- » Direito da Concorrência
- » Direito Fiscal
- » Imobiliário
- » Insolvência



BERNARDINO, RESENDE E ASSOCIADOS
 SOCIEDADE DE ADVOGADOS RL | LAW FIRM

A BR é uma sociedade de advogados, denominada como "boutique law firm", pela sua dimensão e organização, a operar no mercado desde 1999, primeiro como escritório de advogados e mais tarde como sociedade.

Como "boutique law firm" procuramos prestar um serviço jurídico especializado e personalizado, procurando estar muito próximos dos nossos clientes, antecipando as suas necessidades e otimizando os respectivos resultados.

Os nossos objectivos passam pela prestação de serviços jurídicos de reconhecido mérito, excelência e personalização, com total dedicação e empenho em prol dos interesses dos nossos clientes.

Pretendemos otimizar os resultados a que nos propomos, prestando um serviço mais competitivo em termos económicos, focando a nossa actividade diária no constante

acompanhamento dos processos e dos assuntos cometidos pelos nossos clientes.

O serviço personalizado e a especialização da nossa sociedade das áreas em que actua, tornam a mesma uma opção melhor para os nossos clientes, seja em Portugal ou no exterior.

SÓCIOS

Estêvão Augusto Bernardino
 Patrícia Baltazar Resende

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Contencioso, Arbitragem e Mediação
- » Direito Comercial, Societário e M&A
- » Direito da Família e dos Menores
- » Direito dos Estrangeiros e da Imigração
- » Direito Fiscal e Financeiro
- » Imobiliário, Urbanismo e Ambiente
- » Penal, Sancionário e Compliance
- » Reestruturação e Insolvência
- » Trabalho e Segurança Social

LISBOA

Bernardino, Resende E Associados

☎ (+351) 213 174 742
 (+351) 913570763
 (Telemóvel/WhatsApp)
 📍 Rua Carlos Testa, nº1, 6.º C 1050-046 Lisboa
 📧 info@bernardinorende.com
 🌐 <https://www.bernardinorende.com/>

A. Neto Brandão & Associados, RL

Av. Dr. Lourenço Peixinho, 87, 3.º Dtº 3800-165 Aveiro
Telef: (+351) 234 423 459
E-mail: nb.advogados@mail.telepac.pt
Site: www.anetobrandao.com

A. Sousa Pinto, Carla A. Sousa, Casimiro José Ribeiro

Rua Professor Egas Moniz, 387 4810-027 Guimarães
Telef: (+351) 253 520 940
E-mail: spinto.advogados@mail.telepac.pt

AAA Advogados

Av. Engº Duarte Pacheco, nº26 1070-110 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 300
E-mail: advogados@aaa.pt
Site: www.aaa.pt

AAMM Abecasis, Moura Marques & Associados

Avenida da Liberdade, nº190 - 1.ºB, Edifício Avenida 190 1250-147 Lisboa - Portugal
Telef: (+351) 211 940 538
Email: geral@aamm.pt
Site: www.aamm.pt

AAMT - Azevedo, Ascenso & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL

Rua Marquês de Fronteira 111 1.ºsq 1070-292 Lisboa
Telef: (+351) 211648457
E-mail: info@aamtlegal.com | **Site:** www.aamtlegal.com

ABC LEGAL Sociedade de Advogados

Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, 19B-C 1070-072 Lisboa
Telef: (+351) 213 584 480
E-mail: abclegal@abclegal.com.pt
Site: abclegal.com.pt
 Torres Vedras Largo Benedita de Vale Jordão, nº1-Loja A, Silveira 2560-526 Torres Vedras

Telef: (+351) 261 936 016

Abel Cardoso & António José Martins - Soc. Adv. R.L.

Rua Sra. Da Piedade, Lt. 1 - 1.º 6000-279 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 339 420
E-mail: acamsolawyers@acamsolawyers.com
Site: www.acamsolawyers.com.pt

Abel Cardoso, Catarina Carvalho, Esteves Aguiar & Associados

Rua Joaquim António De Aguiar, 33 - 2.º E 1070-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 327
E-mail: abel.marques.associados@gmail.com

Abel Marques & Associados - Soc. Advogados, R.L.

Rua Joaquim António De Aguiar, 33 - 2.º E 1070-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 327
E-mail: abel.marques.associados@gmail.com

Abílio Aranha e Associados, Soc. Advogados

Rua De Ceuta, 118 - 2.º, Sala 14 4050-190 Porto
Telef: (+351) 222 051 920
E-mail: aniros@abilioaranhaassociados.mail.pt

ABPA - A. Borges Pires, Santos Pereira, Pires Pereira & Associados

Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torres 3, 5.º Piso, 511 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 212 454 262
E-mail: geral@abpa.pt | **Site:** www.abpa.pt

ABPD - Amaral Blanco Portela Duarte & Associados

Avenida da República, Nº 84, 5.º Esq. 1600-205 Lisboa
Telef: (+351) 217 932 430
E-mail: abpd.lx@abpd.pt
Site: www.abpd.pt

Abranches Namora & Associados

Av. Sidónio Pais, 16, 2.º Dto. 1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 990
E-mail: geral@abranches.pt
Site: www.abranches.pt

Abreu Advogados

Av. Infante D. Henrique, 26 1149-096 Lisboa
Telef: (+351) 21 723 18 00
E-mail: lisboa@abreuvadogados.com
Site: www.abreuvadogados.com

Abreu & Marques & Associados - Soc. Advogados, R.L.

Rua Filipe Folque, Nr. 2 - 4.º 1069-121 Lisboa
Telef: (+351) 213 307 100
E-mail: amsa@amsa.pt
Site: www.amsa.pt

ACFA - C. Ferreira e Associados

Av. Fontes Pereira Melo, 3, 11.º Esq. 1050-115 Lisboa
Telef: (+351) 210 170 470
E-mail: mail@acfa.pt | **Site:** www.acfa.pt

ACRLEX Advogados

Largo do Adro 9 4050-016 Porto
TeL: (351) 226 076 800
E-mail: dp@acrlex.com | **Site:** www.acrlex.com

ACM-Vale de Andrade, Nunes Capoulas, Almeida Morgado & Associados

Av. Fontes Pereira De Melo, 30 - 4.º 1050-122 Lisboa
Telef: (+351) 213 567 090
E-mail: geral@acm-advogados.pt
Site: www.acm-advogados.pt

Afonso, Lema e Sousa & Associados Soc. Advogados, RL

Rua Dr. Ricardo Jorge, 55 - 3.º E 4050-514 Porto
Telef: (+351) 222 081 611
E-mail: jose.afonso-1264p@advogados.oa.pt

AFMA - António Frutuoso de Melo e Associados Sociedade de Advogados, SP, RL

Av. da Liberdade, nº 38 - 1.º 1450-145 Lisboa
E-mail: afma@afma.pt
Site: www.afma.pt

Aguiar-Branco & Associados

Rua da Restauração nº 329 - 1.º 4050-506 Porto
Telef: (+351) 220 112 220
E-mail: info@aguiarbranco.pt
Site: www.aguiarbranco.pt

Albuquerque & Almeida Advogados

Calçada Bento Rocha Cabral, 1 1250-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 431 570
E-mail: geral@aalegal.pt
Site: www.aalegal.pt

Alcides Martins, Bandeira, Simões & Associados - Soc. Advogados, RL

Av. Duque De Loulé, 22 - 6.º 1050-090 Lisboa
Telef: (+351) 213 535 372
E-mail: advogados@amartins.pt
Site: www.amartins.pt

Alípio Regadas, Carlos Rico Palhão e Rui Costa - Soc. Adv.

Av. Da Republica, 885, 2.ºs.C - 8/9 4450-243 Matosinhos
Telef: (+351) 229 375 250
E-mail: ruicosta-1619p@adv.oa.pt



COMPLEX PROBLEMS NEED UNIQUE SOLUTIONS

A Cavaleiro & Associados é um escritório boutique do Norte de Portugal especializado em direito público e energia e com uma forte componente de direito empresarial (societário, fiscal, laboral e imobiliário).

A equipa assessora clientes nacionais e internacionais, instituições públicas e autarquias locais.

SÓCIOS

João Quintela Cavaleiro
Pedro Seixas Silva

COORDENADOR ESCRITÓRIO VISEU

João Lobo do Amaral

OUTROS ESCRITÓRIOS

Vila Real | Viseu | Viana do Castelo | Paris
(em associação)

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Energia, Agricultura e Ambiente
- » Direito Público e Administrativo
- » Contratação Pública e Regulação
- » Imobiliário
- » Comercial e Societário
- » Urbanismo e Ordenamento do Território
- » Contencioso e Arbitragem
- » Direito Fiscal
- » Bancário e Financeiro
- » Direito da Saúde
- » Clientes Privados
- » Trabalho e Segurança Social
- » Direito do Desporto

+351 220 945 361

geral@cavaleiroadvogados.pt

Rua Pedro Homem de Mello, 55,
6.º, 4150-599 Porto

www.cavaleiroadvogados.pt



A CC SL Advogados é uma sociedade de advogados dedicada à assessoria jurídica em contexto transaccional, especializada nas diferentes áreas de business law e focada na prestação de serviços jurídicos de elevada qualidade, garantindo uma abordagem multidisciplinar assente numa cultura de confiança, proximidade e inovação.

A EQUIPA É A NOSSA MAIOR FORÇA.

SÓCIOS

José Calejo Guerra
João de Lemos Portugal
Mafalda Almeida Carvalho
Hugo Baptista Falcão
Rita Rendeiro
João Diogo Stoffel

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Fiscal e Private Clients
- » Societário e M&A
- » Private Equit
- » Financeiro, Compliance e Sustentabilidade
- » Imobiliário
- » Público e Regulatório
- » Contencioso

CC SL Advogados SP, RL

Av. da Liberdade, n.º 262,
2. Esq. 1250-149 Lisboa
(+351) 215 835 196
info@ccsllegal.com
www.ccsllegal.pt

Almeida Correia, Ne da Costa & Associados - Soc. Advog.
Av. Da República, 872 - 3.º, Salas 3.6,3,7
E 3.8 4430-190 Vila Nova De Gaia
Telef: (+351) 223 770 860
E-mail: geral@aneadvogados.net
Site: www.alneadvogados.net

Almeida e Paiva & Associados – Soc. Advogados, R.L.
Av. Marginal, 6068 - S.João Do Estoril
2765-585 S. João Do Estoril
Telef: (+351) 214 669 317
E-mail: mail@apalawyers.pt
Site: www.apalawyers.pt

Almeida Ribeiro & Assoc. Mário Jorge Menezes – Advogados
Rua Joaquim António De Aguiar, 66 - 1.º
1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 490
E-mail: geral@arealaw.pt
Site: www.almeidaribeiro.pt

Alves Ferreira, Batista, Santos Costa, Aires Santos & Assoc.
Av. Álvares Cabral, 47 - R/C
1250-015 Lisboa
Telef: (+351) 213 814 640
E-mail: geral@fbcs.pt

Alves Henriques, Ademar Batista & Associados – Soc. Adv., RL
Rua Miguel Bombarda, 47 - 1.º
3510-090 Viseu
Telef: (+351) 232 483 380
E-mail: escritorio@ahab-socadvogados.pt

Alves Mendes & Jardim Gonçalves Soc. Advogados
Rua Tierno Galvan, 10 - Torre 3, Piso 2, Sala
201 - Amoreiras 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 812 690
E-mail: sa@amjg.com
Site: www.amjg.com

Alves Pereira & Teixeira de Sousa, RL
Av. Da Liberdade, 38 - 3.º 1250-145 Lisboa
Telef: (+351) 213 700 190
E-mail: info@alvespereira.com
Site: www.alvespereira.com

AM Associados
Rua Duque de Palmela, N.º 37,
4.º Andar 1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 879 450
E-mail: geral@am-associados.pt
Site: www.am-associados.pt

Amaral Cabral & Associados Soc. Advogados
Av. Sidónio Pais, N.º 26 – R/C Dto.
1050 – 215 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 670
E-mail: geral@amaralcabraladvogados.pt
Site: www.amaralcabraladvogados.pt

Amorim & Associados Soc. Advogados R.L
Rua Pedro Homem De Mello, N.º 55,
5.º Andar, Sala 5.05 4150-599 Porto
Telef: (+351) 226 177 850
E-mail: geral@amorimadvogados.pt
Site: www.amorimadvogados.pt

Andrade Dias & Associados Soc. Advogados, R.L
R. António Maria Cardoso,
25 - 5.º 1200-026 Lisboa
Telef: (+351) 213 468 134
E-mail: geral@diaslawyers.com
Site: www.diaslawyers.com

Anselmo Vaz, Afra & Associados
Rua Barata Salgueiro, 30 - 4.º Esq.
1250-044 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 040
E-mail: info@avalegal.com
Site: www.avalegal.com

Antas da Cunha ECIJA
Edifício Amoreiras Squares
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto,
n.º17 – 2.º 1070-313 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 080
E-mail: geral@adcecija.pt
Site: www.adcecija.pt

Antonino Antunes, M.º Augusta Antunes & Assoc. Adv. RL
Av. Combatentes G. Guerra, 179
4900-563 Viana Castelo
Telef: (+351) 258 809 090
E-mail: antoninoantunes@mail.telepac.pt
Site: www.antunes-advogados.pt

António Arribança & Associados Soc. Advogados, r.L.
R. Professor Manuel J Ferreira, 14 - 1.º E
2040-998 Rio Maior
Telef: (+351) 243 999 020
E-mail: arribancageral@mail.telepac.pt

António Correia & Associados Soc. Advogados, R.L.
Av. Conde Valbom, Nr. 18 B
1.º A 1050-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 280
E-mail: info@acadvogados.pt
Site: www.acadvogados.pt

António M.G.Pereira, Miguel Lourenço - Soc. Advogados, RL
Rua Júlio Dinis, Nr. 891 -
4.º Esq. 4050-327 Porto
Telef: (+351) 226 008 002
E-mail: apml.porto@apml.pt
Site: www.apml.pt

António Montalvão Machado & Associados - Soc. Advogados
Praça Bom Sucesso, Edifício Península,
127/31-5, 302/4 4150-146 Porto
Telef: (+351) 225 573 010
E-mail: geral@montalvaomachado.pt

António Pragal Colaço & Associados - Soc. Advog., R.L.
Av. Da Igreja, 42 - 2.º Dto. 1700-239 Lisboa
Telef: (+351) 213 553 940
Site: www.apcolaco.com

António Viñal & Co. Abogados Sucursal em Portugal
Av. Miguel Bombarda, 36 - 4.º C
1050-165 Lisboa
Telef: (+351) 213 550 187
E-mail: lisboa@avinalabogados.com
Site: www.avinalabogados.com

Araújo & Associados Soc. Advogados
Rua Fernão Vaz Dourado,
77/83 4150-322 Porto
Telef: (+351) 226 184 444
E-mail: geral@araujoassociados.pt
Site: www.araujo.pt

Areias & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Direita n.º 188,
1.º andar 5400 – 220 Chaves
Telef: (+351) 276 332 339
E-mail: geral@areiasadvogados.com
Site: www.areasadvogados.com

Armando Henriques, Ana Cristina Pimentel & Assoc-Soc. Ad.
Av. Miguel Bombarda, Nr. 50 - 2.º
1050-166 Lisboa
Telef: (+351) 217 819 990
E-mail: ah.acp@netcabo.pt

Assis de Almeida e Associados Soc. de Advogados, R.L.
Trav. Da Trindade, 16 - 4.º D
1200-469 Lisboa
Telef: (+351) 213 223 100
E-mail: aaadv@mail.telepac.pt
Site: assisalmeidaassociados.pt

CLAREIRA

A legal society

www.clareira.com

Athade de Tavares & Assoc. Soc. Adv., RL

R. Joaquim António Augusto Aguiar,
Nº 66 - 5º 1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 827 580 | E-mail: atrp@atrp.pt

ATMJ Advogados

Avenida da República, 49 - 2º andar
1050-188 Lisboa
Rua de Diu 414, salas 14 a17 4150-272 Porto
Telef: (+351) 213 584 119 | Fax: 321 584 119
Email: atmj@atmj.pt | Site: www.atmj.pt

Augusta Bravo, Alves

& Associados - Soc. Advogados, R.L. Av.
República, Nr. 6 - 2º Dto. 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 500 200
E-mail: abravo.aba@mail.telepac.pt
Site: www.abravoalves.pt

AVLC Luís Cameirão

& Associados - Soc. Advogados
Rua De Ceuta, 118 - 1º 4050-190 Porto
Telef: (+351) 223 394 710
E-mail: avlc@avlc-advogados.com
Site: www.avlc-advogados.com

AVM Advogados - Sociedade de Advogados, RL

Edifício Torre de Monsanto
Rua Afonso Praça, 30, 5º Piso,
1495-061 Algés - Lisboa
Telef: (+351) 304501010 | (+351) 304501009
E-mail: lisboa@avm-advogados.com
Luanda: Edifício Presidente Business
Center, Largo 17 de Setembro, n. 3 - 3º
andar, Sala 329, Luanda
Telef: (+244) 919 721 942 | (+244) 933 855
553 | (+244) 222 338 407 |
E-mail: luanda@avm-advogados.com
Maputo: Rua dos Desportistas,
Ed. JATV - 1, 15º andar Maputo
Telef: (+258) 213 170 05 | (+258) 210 197 47
E-mail: maputo@hpfadvogados.com

Azevedo, Marques & Novera

Soc. Advogados R.L.
Rua Dr. Carlos Felgueiras, 218 - 3º,
Salas 1E 8 4470-157 Maia
Telef: (+351) 229 407 563
E-mail: geral@amnadvogados.com
Site: www.amnadvogados.com

Baltazar Mendes, Duque Vieira & Associados - Sociedade de Advogados, R.L

Av. Da República, 6, 8º E 9º Esq. 1050-191
Lisboa
Telef: (+351) 213 149 517
E-mail: geral@bmdv.pt | Site: www.bmdv.pt

Batista, Monteverde & Associados

Av. Álvares Cabral 47, 1250-015 Lisboa
Telef: 213 806 530
E-mail: bma@bma.com.pt
Site: www.bma.com.pt

Barrocas Advogados

Amoreiras Torre 2 15º andar/floor
1070-102 Lisboa
Telef: (+351) 21 384 33 00 | Site: www.barrocas.pt

Barros Sales & Associados Soc. Advogados, R.L.

Av. Fontes Pereira De Melo, 47 - 3º Esq.
1050-120 Lisboa
Telef: (+351) 213 152 642
E-mail: geral@bsadvogados.com
Site: www.bsadvogados.com

Barros, Sobral, G.Gomes

& Associados - Soc. Advogados, R.L.
Edifício Castil, Rua Castilho, 39 - 12º B
1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 875 702
E-mail: law@bsgg.pt | Site: www.bsgg.pt

COELHO LIMA, TEIXEIRA, BARREIRA, CUNHA RIBEIRO & ASSOCIADOS



COELHO LIMA, TEIXEIRA, BARREIRA, CUNHA RIBEIRO & ASSOCIADOS

SÓCIOS

André Coelho Lima
Rui Barreira
Gustavo Cunha Ribeiro
Ricardo Pinto da Silva

+ (351) 253 424 600

geral@clt.pt

Avenida de Londres,
Edifício Luzaga,
Nº540 - 3º Andar
4810-550 Guimarães

www.clt.pt

BAS, Sociedade de Advogados

Rua Artilharia Um, 51 - Páteo Bagatela,
Edifício 1, 4º Andar 1250-137 Lisboa
Telef: (+351) 211 554 330
E-mail: geral@gmail.com | Site: www.bas.pt

BCS Advogados - Baião, Castro & Associados - Soc. Adv, R.L

Av. 5 De Outubro, 17 - 9º 1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 190 640
E-mail: bcslaw@bcs.pt | Site: www.bcs.pt

Belzuz Abogados S.L. SUCURSAL EM PORTUGAL

Rua De Camões, 788 - 1º Dtº
4000-142 Porto
Telef: (+351) 229 389 452
E-mail: porto@belzuz.com
Site: www.belzuz.net

Bernardino, Resende & Associados

Rua Carlos Testa, 1 - 6º C 1050-046
Lisboa
Telef: (+351) 213 174 742
E-mail: info@bernardinoresende.com
Site: www.bernardinoresende.com

Boino & Associados, Sociedade de Advogados, R.L

Rua Castilho, 44 - 7º 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 894 280
E-mail: advogados@boino.pt
Site: www.boino.pt

Borges da Ponte, Linhares Dias & Associados

Rua Manuel Da Ponte, 2 S. Miguel-Açores
9500-085 Ponta Delgada
Telef: (+351) 296 282 513
E-mail: geral@bpladvogados.com
Site: www.bpladvogados.com

Caetano de Freitas

& Associados - Soc. Advogados
Av. 24 De Julho, Nº 68-E 1200-869 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 620
E-mail: lisboa@caetanodefritas.com
Site: www.caetanodefritas.com

Calama V. Meneses Falcão & Associados

Campo Grande, 28 - 5º B 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 210 991 736
E-mail: geral@cvmf.eu | Site: www.cvmf.eu

Caldeira Pires - Sociedade de Advogados

Avenida da República, nº 45 - 8º Dto.
1050-187 Lisboa
Telef: (+351) 210 991 736
E-mail: info@caldeirapires.pt
Site: www.caldeirapires.pt

Campilho, Silveira, Sarmento Soc. Advogados, R.L.

Rua Guerra Junqueiro, 79 4150-388 Porto
Telef: (+351) 226 079 390
E-mail: cssa@cssa.pt | Site: www.cssa.pt

Campos Lencastre & Associados Soc. Advogados, R.L.

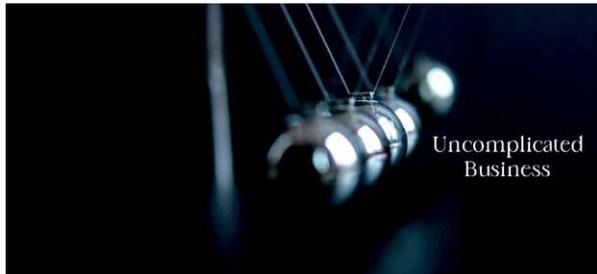
Prt. 25 De Abril, Nr. 90 - 1º D
4430-257 Vila Nova De Gaia
Telef: (+351) 223 798 764
E-mail: camposlencastre-983c@adv.ao.pt

Cancela de Abreu Esteves & Associados - Soc. Advog, R.L

Rua Rodrigo Da Fonseca, 149 - 4º D
1070-242 Lisboa
Telef: (+351) 213 876 404
E-mail: cae@caeadvogados.pt
Site: www.caeadvogados.pt

COSTA PINTO

Legal | Tax | Compliance



Fundada em abril de 2013 por José Costa Pinto e com uma equipa dinâmica, a missão da Costa Pinto é muito clara: fazer dos objetivos dos nossos Clientes, o nosso foco e ajudá-los a navegar no mundo dos negócios.

Acreditamos numa prática jurídica que acompanha os clientes no seu dia-a-dia e que proporciona, em tempo útil, respostas firmes, práticas, criativas e ajustadas às suas necessidades.

UNCOMPLICATED BUSINESS

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Legal | Tax | Compliance

- » Fusões e Aquisições
- » Direito Societário
- » Direito Comercial
- » Corporate Governance, Fit & Proper, Controlo Interno e Compliance
- » Reestruturação de Negócios
- » Operações de Reestruturação Fiscal

☎ (+351) 213 180 370

✉ geral@costapinto.pt

📍 Av. da República, 2 – 3º andar
1050-191 Lisboa, Portugal

🌐 www.costapinto.pt



GAMA LOBO XAVIER, LUIS TEIXEIRA E MELO E ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

Constituída em 1989, a GLX LTM e Associados reúne mais de 30 anos de experiência em assessoria e aconselhamento jurídico ao cliente. Comprometida com uma advocacia especializada, a sociedade traça o seu caminho de tradição e inovação, privilegiando valores como a confiança, responsabilidade, ética, rigor e sustentabilidade.

ÁREAS DE PRÁTICA

- Societário, Comercial e M&A
- Reestruturação e Insolvência
- Fiscal
- Direito Administrativo, Contratação Pública, Urbanismo e Contencioso Administrativo
- Direito Civil
- Cobranças e Recuperação de Créditos
- Trabalho e Segurança Social
- Criminal, Contraordenacional e Compliance
- Contencioso e Arbitragem
- Desporto
- Privacidade, Proteção De Dados Pessoais e RGPD, Digital e Compliance
- Propriedade Intelectual
- Vistos e Imigração
- Bancário, Financeiro e Seguros
- Imobiliário
- Europeu e Concorrência
- Registos e Notariado
- Ambiente e Energia

SÓCIOS

- Luís Teixeira e Melo
- Gonçalo Gama Lobo
- Luis Filipe Teixeira e Melo
- Rui Teixeira e Melo
- Hugo Costa e Silva
- Maria Emília Meira
- Margarida Machado
- José Pinto de Almeida
- Mónica Moreira Soares
- José Carlos Campos

ASSOCIADOS

- Marta S. Pereira
- Manuel Maria Machado
- Catarina Azevedo Fernandes
- Vânia Pereira Alves
- Maria João Carmo
- Ema Fontes

☎ (+351) 253 421 600

✉ Guimarães: Avenida General Humberto Delgado, n.º 181, CP 4800-158, Guimarães

📍 Felgueiras: Largo Manuel Baltazar, 50, Edifício Campo da Feira, Piso 1, AV, CP 4610-113, Felgueiras

🌐 geral@gamalobomelo.com

Candeias & Associados – Sociedade de Advogados

R. Soeiro Pereira Gomes 1, 4º A,
1600-196 Lisboa
Telef: (+351) 211 455 415
E-mail: geral@candeias.pt
Site: www.candeias.pt

Carita, Taborda, Barbas Homem – Soc. Advogados

Rua Hermano Neves, 22 - 3º C 1600-477 Lisboa
Telef: (+351) 217 521 260
E-mail: advogados@ctbh.pt

Carlos Aguiar, Ferreira de Lima & Associados, Soc. Adv., R.L

Av. Antonio Augusto Aguiar, 27 - R/C
1050-012 Lisboa
Telef: (+351) 213 552 755
E-mail: cafl@cafl.pt | Site: www.cafl.pt

Carlos Olavo e Associados Sociedade de Advogados, R.L

Rua Victor Cordon, 7 - 3º 1200-482 Lisboa
Telef: (+351) 213 242 740
E-mail: olavolex@olavolex.pt
Site: www.olavolex.pt

Carlos Rocha, Paulo Varzielas & Associados – Soc. Adv., R.L

Av. De Berna, 30 - 2º C 1050-042 Lisboa
Telef: (+351) 217 817 230
E-mail: j.c.rocha@mail.telepac.pt

Carneiro Pacheco & Associados – Soc. Advogados, R.L

Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torre 3,
503 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 864 466
E-mail: geral@cpassociados.pt
Site: www.cpassociados.pt

Castanheira, Pereira, Almeida & Associados - Soc. Adv., R.L.

Rua João Machado, N.º 19 - 2º C
3000-226 Coimbra
Telef: (+351) 239 842 730/1
E-mail: geral@capa-advogados.com
Site: www.capa-advogados.com

Carvalho, Matias & Associados

Rua Júlio de Andrade, 2 1150-206 Lisboa
Telef: (+351) 218 855 440
E-mail: info@cmsa.pt | Site: www.cmsa.pt

Cavaleiro & Associados

Rua Pedro Homem de Mello,
55, 6.º, 4150-599 Porto
Telef: (+351) 220 945 361
E-mail: geral@cavaleiroadvogados.pt
Site: www.cavaleiroadvogados.pt

CCA Advogados – Sociedade de Advogados R.L

Rua Vitor Cordon, n.º 10ª 1249-202 Lisboa
Telef: (+351) 213 223 590
E-mail: ccageral@cca-ontier.com
Site: https://pt.ontier.net

CC AA - Costa Carvalho Advogados Associados, RL

Alameda dos Oceanos, n.º 142 - 2º E
1990-502 Lisboa
Telef: (+351) 218 981 080
E-mail: ccaa@ccaa.pt | Site: www.ccaa.pt

CCSL Advogados

Avenida da Liberdade, 262, 2º Esq.
1250-149 Lisboa
Telef: (+351) 215 835 196
E-mail: info@ccslegal.com | Site: www.ccslegal.com

Celso Cruzeiro & Associados – Sociedade de Advogados

Rua Cap. Sousa Pizarro, 25 - 2º
3810-076 Aveiro
Telef: (+351) 234 377 862
E-mail: geral@ccadvogados.pt
Site: www.ccadvogados.pt

Cerqueira Alves & Associados – Sociedade de Advogados, RL

Rua de S. Marcos, n.º 101- 1º andar
4700-328 Braga
Telef: (+351) 253 201 570
E-mail: geral@cerqueiraalves.pt
Site: www.cerqueiraalves.pt

Cerqueira Gomes & Associados Soc. Advogados, R.L.

Rua De Ceuta, 53 - 6º 4050-191 Porto
Telef: (+351) 222 074 010
E-mail: cg@cerqueiragomes.pt
Site: www.cerqueiragomes.pt

Cerejeira Namora, Marinho Falcão, Advogados Portugal

Porto: Rua Dr. Joaquim Pires de Lima, 388
4200-348 Porto
Telef: (+351) 225 573 520
E-mail: geral@sociedadeadvogados.eu
Site: www.sociedadeadvogados.eu

César d'Araújo & Associados Sociedade de advogados, R.L

Av. Manuel Da Maia,
36 - 1º Dto 1000-201 Lisboa
Telef: (+351) 218 478 311
E-mail: caa@casadvogados.com
Site: www.casadvogados.com

César Pratas & Associados Soc. Advogados, R.L

Rua Castilho, 211, 1º 1070-051 Lisboa
Telef: (+351) 213 850 684
E-mail: geral@cesarpratas.com
Site: www.cesarpratas.com

Chaves Roquette, Matos, Azevedo & Associados

Rua das Amoreiras Nº 70 – 12º
1269-105 Lisboa
Telef: (+351) 213 826 000
E-mail: lawfirm@crma.pt
Site: www.crma.pt

Claudino Pereira Advogados Sociedade de Advogados

Rua Dos Clérigos, 46 - 1º 4050-204 Porto
Telef: (+351) 223 394 090
E-mail: claudinop@mail.telepac.pt

Clareira Legal

Rua dos Remolares 14, 2º 1200-371 Lisboa
Telef: +351 213 400 800
E-mail: geral@clareira.com
Site: www.clareira.com

CLT – Coelho Lima, Teixeira, Barreira, Cunha Ribeiro & Associados

Avenida de Londres, Edifício Luzaga,
Nº540 - 3º Andar 4810-550 Guimarães
Telef: (+351) 253 424 600
E-mail: geral@clt.pt | Site: www.clt.pt

CM & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.

Praça Rainha D. Leonor, n. 7, 1.º Esq.
6000-117 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 346 715
E-mail: geral@cmadvogados.pt
Site: http://www.cmadvogados.pt

CMS Rui Pena & Arnaut

Rua Castilho, 50 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 210 958 100
E-mail: geral@cmsportugal.com
Site: www.cms-rpa.com

CNCM – Curado, Nogueira, Costa Mendes & Assoc., Soc. Adv., R.L

Avenida Da Boavista, 3265 4º 4
Edifício Oceanos 4100-137 Porto
Telef: (+351) 225 431 000
E-mail: cncm@cncm.pt



Laureano Santos, Pereira de Almeida
e Associados
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

LAUREANO SANTOS, PEREIRA DE ALMEIDA E ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL, que usa a sigla LSPA, resulta da evolução de um escritório fundado em 1992, com vasta experiência profissional e académica, recentemente reforçado com a integração da sociedade Pereira de Almeida e Associados. Esta união permite-nos oferecer soluções jurídicas mais completas, mantendo o compromisso com a excelência e a tradição que sempre nos distinguiu. Estamos orgulhosos do nosso legado e da confiança que ao longo dos anos fomos construindo. Continuamos a crescer com o mesmo compromisso de sempre: colocar as necessidades dos nossos clientes em primeiro lugar, assegurando que os seus interesses sejam defendidos de forma sólida e competente. A LSPA tem parcerias com outras Sociedades de Advogados em Portugal e no estrangeiro.

EQUIPA

- » Luís Laureano Santos
- » António Pereira de Almeida
- » Armando Lopes
- » José Vilaça
- » Pedro Abreu Rocha
- » Linhares de Carvalho
- » Margarida Esteves Gonçalves
- » António Laureano Santos
- » Teresa Pinhal

- » Cláudia Pereira de Almeida
- » Duarte Magro Diogo
- » Maria do Carmo de Araújo Pereira
- » Joana Caldeira Cabral (Solicitadora)

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

- » Contencioso e Arbitragem
- » Direito Administrativo e da Contratação Pública
- » Direito Comercial e das Sociedades
- » Direito da Comunicação Social
- » Direito da Família e Menores
- » Direito da Imigração
- » Direito da Propriedade Intelectual
- » Direito das Sucessões
- » Direito do Arrendamento
- » Direito do Trabalho e da Segurança Social
- » Direito do Urbanismo e do Ambiente
- » Direito dos Contratos e da Responsabilidade Civil
- » Direito Fiscal
- » Direito Imobiliário e da Construção
- » Direito Penal e Contraordenacional
- » Direito Regulatório e da Concorrência
- » Insolvência e Reestruturação de Empresas
- » Mercado de Capitais e Valores Mobiliários
- » Registos e Notariado

☎ (+351) 213592500
📍 Av. Fontes Pereira de Melo, 35 - 9.º,
1050 - 118 Lisboa, Portugal
✉ geral@lspa.pt
🌐 www.lspa.pt

Coelho, Ribeiro & Associados

Soc. Civil de Advogados
Av. Eng.º Duarte Pacheco
Empreendimento Amoreiras, Torre 2 - 13.º
A 1099-042 Lisboa
Telef: (+351) 213 839 060
E-mail: cra@cralaw.com
Site: www.cralaw.com

Correia Afonso, Archer & Assoc. – Soc. Adv., R.L.

Rua Do Noronha, Nr.1 - 1.º
1269-132 Lisboa
Telef: (+351) 213 960 909
E-mail: geral@caa.pt
Site: www.caa.pt

Correia Moniz & Associados

Av. Fontes Pereira De Melo, 15 - 7.º
1050-115 Lisboa
Telef: (+351) 229 407 563
E-mail: cma@cma.pt

Costa Pinto Advogados

Edifício Amoreiras Plaza | Rua Carlos
Alberto da Mota Pinto, 9 - 7.º A
1070-374 Lisboa
Telef: (+351) 213 180 370
E-mail: geral@costapinto.pt
Site: www.costapinto.pt

CRBA – Capitão, Rodrigues Bastos, Areia & Associados

Av. Duque D'Ávila 66, 5.º
1069-075 Lisboa
Telef: (+351) 213 564 301
E-mail: crba@crba.pt | **Site:** www.crba.pt

CRS Advogados - Cruz Roque Semião

Rua Abranches Ferrão n.º 10 15.º D,
1600-001 Lisboa
Telef: 214 046 850
E-mail: crs@crs-advogados.com
Site: www.crs-advogados.com

CSA – Correia, Seara, Caldas, Simões & Associados

Avenida 5 de Outubro, N.º 17, 7.º Andar
1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 552 250
E-mail: csa_lisboa@csca.pt
Site: www.csca.pt

CPGL Sociedade de Advogados Teix. da Costa, Nuno Paixão, Paulo Gonçalves Duarte, José Ribeiro, Paulo Brandão & Associados

Av. Do Ultramar, 15 - 1.º E/F
2750-506 Cascais
Telef: (+351) 214 818 704
E-mail: geral@cpgl.pt
Site: www.cpgl.pt

CSBA Advogados

Rua Castilho, 44, 8.º andar
1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 846 200
E-mail: csba@csba-advogados.pt
Site: www.csba-advogados.pt

CTSU

Av. Eng. Duarte Pacheco 7, 7.º piso
1070-100 Lisboa
Telef: (+351) 219 245 010
E-mail: geral@ctsu.pt
Site: www.ctsu.pt

Cuatrecasas - Gonçalves Pereira & Associados

Av. Fontes Pereira de Melo, 6
1050-121 Lisboa
Telef: (+351) 213 553 800
E-mail: cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com
Site: www.cuatrecasas.com

CVA – Cruz Vilaça Advogados

Av. Duque de Ávila, 141 - 4.º dto
Edifício OMNI 1050-081 Lisboa
Telef: (351) 211 609 524
Email: info@cruzvilaca.eu
Site: www.cruzvilaca.eu



Estamos há 50 anos no mundo
jurídico Português.

Somos uma Law Boutique
de Contencioso e Direito
Empresarial.

A nossa área nuclear
de atividade é o contencioso,
na sua vertente civil
e comercial, a qual é
complementada,
essencialmente, pela
assessoria jurídica nos ramos
bancário e financeiro,
laboral, imobiliário e família e
sucessões.

Somos o membro exclusivo da
rede internacional IR Global
na área da Insolvência
em Portugal.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Contencioso
- » Insolvência
- » Recuperação de Créditos
- » Comercial e Societário
- » Direito do Trabalho
- » Direito Financeiro
- » Fundos de Investimento
- » Imobiliário
- » Proteção de Dados e Privacidade
- » Família e Sucessões

☎ +351 213 139 010
✉ geral@mgadvogados.pt
📍 Edifício Aviz - Avenida Fontes
Pereira de Melo, n.º 35 - 6.º D
1050-118 Lisboa
🌐 www.mgadvogados.pt

Dantas Rodrigues & Associados

Soc. de Advogados, R.L.
Av. Elias Garcia, 162 - 7.º A
1050-102 Lisboa
Telef: (+351) 217 995 050
E-mail: secretariado@dantasrodrigues.com
Site: www.dantasrodrigues.com

Dário Freitas & Associados

Rua Sá da Bandeira, 567 - 1.º Dto
4000-437 Porto
Telef: (+351) 222 087 065
E-mail: geral@dfassociados.com

Delgado & Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Av. Boavista, 1837 - 12.º 4100-133 Porto
Telef: (+351) 220 114 100
E-mail: mail@delgado.pt
Site: www.delgado.pt

DCM Littler

Rua Julieta Ferrão, 12, 204, 503 e 604
1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 961 074
E-mail: mcv@dcm-lawyers.com
Site: www.dcm-lawyers.com/

Dinis Lucas & Almeida Santos

Av. da República, 50 - 7.º A
1050-196 Lisboa
Telef: (+351) 217 816 010
E-mail: geral@dilas.pt
Site: www.dilas.com.pt

Diogo, Neto, Marques & Associados - Soc. Advog, R.L.

Edifício Avenida | Av. Heróis Do
Ultramar, 52 - 2.º Apartado 107
3100-462 Pombal
Telef: (+351) 236 209 650
E-mail: dnm@dnm-sadvog.com
Site: www.dnm-sadvog.com

DLA Piper ABBC

Largo de São Carlos, n.º 3
1200-410 Lisboa
Telef: (+351) 213 583 620
E-mail: dlapipeabbc@dlapiper.com
Site: www.dlapiper.com

Eduardo Paz Ferreira & Associados

Avenida Duque de Loulé,
N.º 106 - 8.º Andar 1050-093 Lisboa
Telef: (+351) 213 510 050
E-mail: secretariado@
eduardopazferreira.pt
Site: www.eduardopazferreira.pt

Eduardo Pereira Sousa, Teresa Marques Guerra & Assoc.

Rua Da Boavista, 844-2.º,
Sala 2.2 4050-106 Porto
Telef: (+351) 223 390 773
E-mail: epsousatmguerra@iol.pt

Eduardo Serra Jorge e Maria José Garcia - Soc. Adv, R.L.

Av. António Augusto De Aguiar,
N.º 183 - R/C Dto. 1050-014 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 390
E-mail: esjmjg@esjmjgadvogados.com
Site: www.esjmjgadvogados.com

Elmiro de Sousa, Rosa Vasconcelos & Assoc. – Soc. Advog, RL

Campo 24 De Agosto, 129 - 5.º - Escr. 501
4300-504 Porto
Telef: (+351) 226 051 298
E-mail: elmirodesousa-2441p@advoa.pt

Enes Cabral

Av. Fontes Pereira de Melo, 25-2.º Dtº
1050-117 Lisboa
Telef: (+351) 215 844 930
E-mail: ec@enescabral.com
Site: www.enescabral.com



Somos uma Sociedade de Advogados dinâmica, com uma equipa capaz e motivada e com um compromisso diário de rigor e profissionalismo, na procura das melhores soluções jurídicas.

Conheça a NFS Advogados.

Ano da Constituição: 2021

Nº de Sócios: 2

Nº Total de Advogados: 15

Nº de Advog. Estagiários: 4

Outros Colaboradores: 4

NOME DOS SÓCIOS

Nuno Fonseca Alves | Fabiana Azevedo

IDIOMAS

Espanhol | Inglês

PARCERIAS

» AEA (International Lawyers Network)

» ONED (Conselho Nacional de Estudantes de Direito)

- » IURIS FDUP Junior
- » AEDUM
- » Instituto Politécnico de Bragança

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Imigração e Nacionalidade
- » Recuperação de Créditos
- » Direito Societário
- » Direito da Família e Sucessões
- » Direito dos Seguros
- » Direito Imobiliário
- » Direito do Trabalho
- » Insolvências
- » Direito da Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação
- » Proteção de Dados

📍 Largo da Paz, nº 41, 4050-460 Porto

☎ (+351) 220 161 680

✉ geral@nfs-advogados.com

🌐 www.nfs-advogados.com



Santiago Mediano e Associados

A Santiago Mediano e Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL foi fundada em 2003, contando com escritório em Lisboa e em Madrid. A Sociedade tem um particular foco no apoio jurídico próximo às empresas de forma integrada para os mercados português e espanhol.

A equipa do escritório de Lisboa conta com 15 advogados por forma a oferecer um conhecimento e experiência especializados nas diferentes áreas do direito. No escritório de Madrid dispomos de 45 profissionais para oferecer um nível de serviço de excelência aos nossos clientes.

SÓCIOS:

- » Paulo de Jesus Correia
- » Susana Braz
- » Santiago Mediano Abogados (Madrid)

ÁREAS DE PRÁTICA:

- » Direito Societário e Comercial
- » Imobiliário
- » Direito e Contencioso Laboral
- » Contencioso Civil e Comercial
- » Propriedade Intelectual e Media
- » Direito Fiscal e Contencioso Tributário
- » Direito Público e Direito da Contratação Pública

☎ (+351) 212 409 961

📍 Rua D. João V, nº 2 - 5º Dto
1250-090 Lisboa (Portugal)

✉ pcorreia@santiagomediano.com

✉ sbraz@santiagomediano.com

🌐 www.santiagomediano.com

📍 X (https://twitter.com/santiagomediano)

🌐 LinkedIn (http://www.linkedin.com/company/santiago-mediano-abogados?trk=biz-companies-cm)

Esquível Advogados

Avenida da República, N.º 43 – 2.º Dto.
1050-187 Lisboa

Telef: (+351) 213 845 310

E-mail: geral@esquiveladvogados.com

Site: www.esquivel.com.pt

Espanha & Associados

Rua Castilho, n.º 75,
8.º Dto. 1250-068 Lisboa

Telef: (+351) 213 538 705

E-mail: geral@espanhaassociados.pt

Site: www.espanhaassociados.pt

EY LAW Portugal

Avenida da Índia, n.º 10, piso 0, 1349-066
Lisboa, Portugal

Email Geral: info@pt.eylaw.com

Telef: (+351) 21 801 44 53

Website: https://www.ey.com/pt_pt/law/ey-law/

https://pt.linkedin.com/company/ernstandyoung

Estúdio Jurídico Ejaso, H. Pardo, H. Larramendi Asoc.

Rua Castilho, 13D - 1º B,
1250-066 Lisboa

Telef: (+351) 213 528 133

E-mail: ejalisboa@ejaso.com

Site: www.ejaso.com

Eversheds Sutherland

Av. Liberdade, 249, 1º - 1250-143 Lisboa

Telef: (+351) 213 587 500

E-mail: geral@eversheds-sutherland.net

Site: www.eversheds-sutherland.pt

FALM – Ferreira de Almeida, Luciano Marcos & Associados, Sociedade de Advogados, R.L

Rua Abranches Ferrão, 10 - 5º F
1600-001 Lisboa

Telef: (+351) 217 224 200

E-mail: geral@falm.pt

Site: www.falm.pt

Farinho Dias & Ana Cristina Dias Soc. Advogados

Rua Braamcamp, Nr. 12 - 3º Dt.
1250-050 Lisboa

Telef: (+351) 213 826 880

E-mail: fd@farinhodias.pt

FB&A

Campo Grande, 28-9ºA
1700-093 Lisboa

Telef: (+351) 215 866 800

Fax: (+351) 215 866 336

E-mail: geral@fba.pt

FCM - Ferreira da Conceição, Menezes & Associados, Sociedade de Advogados, S.P., R.L.

Av. Avenida da República, n.º 44,
2.º Dto. 1050-194 Lisboa, Portugal

Telefone: (+351) 21 795 05 55

E-mail: fcmg@fcmg.pt

Site: www.fcmg.pt

FDR – Pinto Duarte, Côte-real, Casado Neves & Assoc., R.L

Rua Marquês De Fronteira, N.º 8, 1º Dto
1070-296 Lisboa

Telef: (+351) 213 710 700

E-mail: fdradvogados@fdrpt

Site: www.fdr.pt

Fernando Alberto, G.Alves, Marcos Silva, V.Castro e Assoc.

Largo República Do Brasil, 437 C - 4º
4810-446 Guimarães

Telef: (+351) 253 420 550

E-mail: fagamsvc.assoc@mailtelepac.pt

Fernando Anastácio & Associados – Soc. Advogados, R.L

Av. Liberdade, 93 - 2º - Apartado 2235
8200-002 Albufeira

Telef: (+351) 289 586 447

E-mail: advogalgarve@cam-advogados.pt

Site: www.cam-advogados.pt

Fernando Fraga & Associados Soc. de Advogados

Av. República, 24 - 9º 1050-192 Lisboa

Telef: (+351) 213 170 830

E-mail: advogados@ffa.pt

Site: www.ffa.pt

Fernando Sobreira & Associados – Soc. Advogados

Rua Sampaio E Pina, 12 - 4º Dtº

1070-249 Lisboa

Telef: (+351) 213 841 220

E-mail: fs@fsadvogados.pt

Ferreira da Conceição, Menezes & Associados

Av. Da República, 44 - 2º Dto.
1050-194 Lisboa

Telef: (+351) 217 950 555

E-mail: fcmg@fcmg.pt

Site: www.fcmg.pt

Filipe Azoia & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL.

Av. Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 1,
Piso 6, Sala 1 1070-101 Lisboa

Telef: (+351) 211 319 684

E-mail: geral@fa-associados.pt

Site: www.a-associados.pt

Filipe Sequeira & Associados Soc. Advogados

Av. Arriaga 44b, 5º, Sala
19000-064 Funchal

Telef: (+351) 291 214 100

E-mail: info@fsadvogados.com

Site: www.fsadvogados.com

Fonseca, Barroso & Vicente Soc. Advogados, R.L.

Av. De Berna, 24 - 2º Esq.127/31-5, 302/4
1050-041 Lisboa

Telef: (+351) 217 937 900

E-mail: fbv-lexberna@mail.telepac.pt

Fontes Neves & Associados, Sociedade Advogados, R.L.

Rua António Augusto De Aguiar
112 – 2º Esq 6200-050 Covilhã

Telef: (+351) 275 320 710

E-mail: advogados.geral@fontesneves.pt

Site: www.fontesneves.pt

Frederico Bonacho, António Falé Nobre & Assoc. – Soc. Adv.

Rua Bernardim Ribeiro, 12 A
1150-071 Lisboa

Telef: (+351) 213 590 561

E-mail: geral@bna.pt

Freitas, Giraldes, Leão & Associados - Soc. Advogados R.L

Rua António Cardoso, 332
4150-079 Porto

Telef: (+351) 226 079 400

E-mail: fgl@fgl.pt | **Site:** www.fgl.pt

Freitas de Carvalho Advogados

Largo da República do Brasil, 437C - 2ºX
4810-446 Guimarães

Telef: (+351) 253 095 086

E-mail: info@freitascarvalho.pt

Site: www.freitascarvalho.pt

Gabinete de Advogados J.C. Rufino Ribeiro & Associados, SPA, R.L

Rua Barbosa Resende, 16 - 3º
Apartado 130 2670-901 Loures

Telef: (+351) 219 834 791

E-mail: rufino.gabinete.advogados@gmail.com

Galhardo Vilao, Torres, Sociedade de Advogados

Rua Castilho, Nr. 13 D - 7º A
1250-066 Lisboa

Telef: (+351) 213 193 930

E-mail: welcome@gvt.pt

Site: www.gvt.pt



Fundada em 2018 por sócios com vasta experiência internacional, a VPA assume-se como sociedade moderna, jovem e dinâmica. Com uma abordagem multidisciplinar e uma visão global, a VPA destaca-se pela capacidade de resolver problemas complexos e concretizar transações em diversas áreas do Direito, sempre com um olhar atento à maximização de resultados. Inspirada pelo espírito das start-ups tecnológicas, a sociedade promove um ambiente descontraindo e colaborativo, onde a criatividade e a excelência se unem para atender clientes de forma personalizada. Reconhecida pela sua forte rede de relações internacionais, a VPA combina a sua visão global com o compromisso de apoiar negócios locais e transfronteiriços, promovendo excelência e criatividade em cada desafio.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Corporativos
- » Incorporação e Constituição de Sociedades e outras Entidades
- » Gestão Empresarial e Compliance
- » Contratos e Acordos
- » Fusões e Aquisições
- » Propriedade Intelectual
- » Direito do Trabalho
- » Reestruturação Societária e Insolvência
- » Secretariado Jurídico e Operações Societárias
- » Consultoria Fiscal Estratégica

INDIVIDUAIS

- » Consultoria Fiscal
- » Aquisições e Desinvestimentos
- » Transações Imobiliárias
- » Planeamento Sucessório
- » Imigração
- » Contencioso
- » Direito Desportivo

NOME DOS RESPONSÁVEIS

- » Bashir Karim Vakil (Sócio)
- » Carlos Andrade (Sócio)
- » Vera Pereira (Sócia)
- » Maria Ana Tavares (Associada)
- » Filipa Garcia (Associada)

☎ (+351) 211 387 417
 📍 Rua Projectada à Matinha Prédio A, 1ºB, 1950-327 Lisboa
 ✉ Escritórios: Lisboa | Rio de Janeiro
 📧 contacts@vpa.pt | mail@vpa.pt
 🌐 www.vpa.pt

Galvão & Sacôto Associados – Soc. Advogados, R.L.
 Av. Infante Santo, 23 - 8º B
 1350-177 Lisboa
Telef: (+351) 213 965 818
E-mail: gsadvoga@netcabo.pt
Site: www.galvaosacotoassociados.pt

Gama Glória
 Rua Alexandre Herculano, 38 – 4º
 1250-011 Lisboa
Telef: (+351) 211 390 139
E-mail: gamagloria@gamagloria.com
Site: www.gamagloria.com

Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados
 Avenida General Humberto Delgado, 181
 4800-158 Guimarães
Telef: (+351) 253 421 600
E-mail: geral@gamalobomelo.com
Site: www.gamalobomelo.com

Gameiro e Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Beloura Office Park, Edif.2 Esqr. 2, Qta Beloura 2710-694 Sintra
Telef: (+351) 219 246 755
E-mail: smgggameiroassociados@lexactual.com
Site: www.gameiroassociados.com

Garrigues
 Av. Da República, 25 - 1º Andar
 1050-186 Lisboa
Telef: (+351) 213 821 200
E-mail: portugal@garrigues.com
Site: www.garrigues.com/pt

GCCA – Guimarães, Correia, Cardoso & Associados – Soc. Adv., R.L.
 Rua Marquês Da Fronteira 8,
 2º- E 1070-296 Lisboa
Telef: (+351) 213 715 370
E-mail: geral@gcca.pt

GDP – Advogados Associados
 Av. 5 De Outubro, Nr. 176 - 5º Esq.
 1050-063 Lisboa
Telef: (+351) 217 931 143
E-mail: mail@gdpalegal.com
Site: www.gdpalegal.com

George Advogados
 Av. 5 de Outubro, n.º 70, 4.º andar
 1050-059 Lisboa
Telef: (+351) 215 832 292
 (+351) 217 930 876
E-mail: lisboa@georgeadvogados.com
Site: https://lei-network.com/

Gil Figueira & Devillet Lima – Sociedade de Advogados, SP, RL
 Rua Rodrigues Sampaio, 97 – 4º Andar
 1150-279 Lisboa
Telef: (+351) 210 997 356 / 210 200 076
E-mail: hello@gfdl.legal
Site: www.gfdl.legal

Gil Moreira Santos, Caldeira, Cernadas & Associados – Soc. Advogados, R.L.
 Rua 5 De Outubro, 446 - 466
 4100 - 173 Porto
Telef: (+351) 226 076 020
E-mail: geral@gmscc.pt
Site: www.gmscc.pt

Gómez – Acebo & Pombo
 Av. Duque de Ávila, n.º 46, 6.º
 1050-083 Lisboa
Telef: (+351) 213 408 600 |
E-mail: advogados.lisboa@ga-p.com
Site: www.ga-p.com

Gonçalo Leite Campos & Associados
 Rua Garret, 12, 1º Esq. 1220-204 Lisboa
Telef: (+351) 213 460 054
E-mail: geral@glc.pt | **Site:** www.glc.pt

Gonçalves Lopes & Associados Soc. de Advogados, R.L.
 Rua Professor Correia De Araújo,
 593, Pct. Privada, Ent. 3, Salas 1/2
 1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 225 020 635
E-mail: lgoncalves@mail.telepac.pt

GPA Advogados – Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados
 Edifício Amoreiras Square
 Rua Carlos Alberto da Mota Pinto
 Nº 17 - 3º B 1070-313 Lisboa
Telef: (+351) 213 121 550
E-mail: gpa@gpasa.pt
Site: www.gpasa.pt

Graça, Gonçalves & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL
 Rua Tenente Valadim,
 nº 7-A 2750-502 Cascais
Telef: (+351) 214 831 770
E-mail: mail@ggadadvogados.pt
Site: www.ggadadvogados.pt

Guedes, Cruz Gonçalves & Associados – Soc. Adv., R.L.
 Av. Almirante Reis, 94-D-Rch E 1º Dtrº
 1150-022 Lisboa
Telef: (+351) 218 163 110
E-mail: geral@gcg.pt

Hellmuth Diniz & P. R. Madeira Soc. Advogados
 Rua Visconde De Seabra, 22 - 8º
 1700-270 Lisboa
Telef: (+351) 217 956 900
E-mail: p.r.madeira@hdprrm-socadv.pt

Henrique Abecasis, Andresen Guimarães & Associados
 Sociedade de Advogados, R.L.
 Av. Miguel Bombarda, Nr. 35
 1050-161 Lisboa
Telef: (+351) 213 169 500
E-mail: geral@haaag.pt
Site: www.haaag.pt

Horácio Lages & Carlos Lages
 Avenida da Liberdade Nr. 706, 2º andar
 4710-249 Braga
Telef: (+351) 253 267 474
E-mail: carloslages.braga@sociedadeadvogados.mail.pt
Site: www.hcladadvogados.com

Ilme Portela & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Av. Columbano Bordalo Pinheiro,
 7 - 6º Esq. 1070-060 Lisboa
Telef: (+351) 217 263 386
E-mail: www.ilmeportela-advogados.a-web.org

Isabel Duarte & Associados – Soc. Advogados, R.L.
 Av. António Augusto De Aguiar,
 11 - 4º Esq. 1050-010 Lisboa
Telef: (+351) 213 515 520
E-mail: isabel.duarte@idlei.com

Isabel Seuanes & Associados – Soc. de Advogados, R.L.
 Av. Duque D Ávila, 185 - 7º
 1050-082 Lisboa
Telef: (+351) geral@isassociados.pt
E-mail: www.isassociados.pt

J+Legal
 Edifício Amoreiras Square, Rua Joshua
 Benoliel, 1 - 6ºC 1250-273 Lisboa
Telef: (+351) 218 770 000
E-mail: geral@jlegal.pt
Site: www.jlegal.pt

J. A. Pinto Ribeiro & Associados
 Rua Duque de Palmela, 27 - 5º Esq. 1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 800
E-mail: geral@pintoribeiro.com

Jardim, Sampaio, Magalhães e Silva Associados
 Av. Duque de Ávila, nº 141 Ed. OMNI - 4º
 Andar Dto., 1050-081 Lisboa
Telef: (+351) 213 564 300
E-mail: jsms@jsms.pt
Site: www.jsms.pt

J. Plácido Santos & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Lg. 5 De Outubro, 9/10 - 1º Apt. 186
 8401-903 Lagoa
Telef: (+351) 282 340 250
E-mail: jpslaw@jpslaw.com.pt
Site: www.jpslaw.com.pt

João Marcelo & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Av. 1º De Maio, 12 - 2º Andar
 6000-086 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 328 566
E-mail: jma@jma-advogados.com
Site: www.jma-advogados.com

João Marques & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Pç. Carlos Alberto, 123 - 3º, Sala 33/34
 4050-293 Porto
Telef: (+351) 222 052 016
E-mail: info@jmadv.pt

João Nabais & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua Fernando Palha, Nº 26
 1950-131 Lisboa
Telef: (+351) 218 622 100
E-mail: advogados@jnabais-advogados.pt
Site: www.jnabais-advogados.pt

João Norberto da Palma Carlos e Associados – Soc. de Advogados
 Av. 5 De Outubro, 168 1050-062 Lisboa
Telef: (+351) 213 579 595
E-mail: palmacarlos@ip.pt

João Pedroso & Associados
 Avenida Fontes Pereira de Melo 30
 1050-122 Lisboa
Telef: (+351) 213 163 260
E-mail: geral@pedrosoadv.pt
Site: www.pedrosoadv.pt

João Pinto Germano & Associados
 Avenida da Liberdade Nº 144, 8º Dto
 1250-146 Lisboa
Telef: (+351) 213 406 050
E-mail: geral@jpg-associados.com
Site: www.jpg-associados.com

Joaquim C. Santos & Associados – Sociedade de Advogados
 Rua Mestre Roque Gameiro 29, 1º-E
 2700-577 Amadora
Telef: (+351) 214 948 080
E-mail: joaquimcsantos-10034@advogados.oa.pt

Joaquim Petisca & Associados Sociedade de Advogados
 Rua Tierno Galvan Torre 3,4º-S 402
 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 844 945
E-mail: jpa.advogados@netcabo.pt

Jorge Carneiro & Associados – Soc. Advogados
 Rua Eugénio De Castro, 352, 2º Andar,
 Sala 26 4100-225 Porto
Telef: (+351) 226 051 330
E-mail: lawfirm@cassociados.pt
Site: www.jcassociados.pt

Jorge Mota, Jorge Monteiro Santos & Associados
 Calçada Marques Abrantes,
 38-3º-Esqº 1200-719 Lisboa
Telef: (+351) 213 969 684
E-mail: jms.socadv@clix.pt

Jorge Pracana e Francisco José Martins & Associados
Rua Joaquim António De Aguiar,
Nr. 66 - 3º Esq. 1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 806 210

José Carlos de Oliveira & Associado – Sociedade de Advogados R.L.
Avenida João XXI 16,1º-D
1000-302 Lisboa
Telef: (+351) 218 400 316
E-mail: jco@jcoadvogados.pt

Jose de Albuquerque & Associados, Soc. Adv. R.L.
Rua Oliveira Martins 4 – 1º C
2845 - 381 Amora
Telef: (+351) 212 245 323
E-mail: advogados@josealbuquerque.com
Site: www.josealbuquerque.com

José M. S. Moniz, Marçal Antunes, Ricardo Brazete e Associados
Rua Dos Combatentes Da Grande Guerra,
17 - 1º 3500-109 Viseu
Telef: (+351) 232 480 390
E-mail: geral@jmmarb.com
Site: www.jmmarb.com

José Macieirinha, Pedro Macieirinha & Associados Soc. Adv. R.L.
Rua D. Pedro De Castro
5000-911 Vila Real
Telef: (+351) 259 371 949
E-mail: tmacieirinha@jpmadvogados.pt
Site: www.jpmadvogados.pt

José Maria Calheiros & Associados, Soc. Adv. R.L.
Av. António Augusto De Aguiar, 38 -
6º Andar 1050-016 Lisboa
Telef: (+351) 213 152 795
E-mail: advogados@jmclawyers.com

JPAB – José Pedro Aguiar-Branco & Associados
Rua de José Falcão, 110 4050-315 Porto
Telef: (+351) 210 958 100
E-mail: info@jpab.pt
Site: www.jpab.pt

José Pimenta & Associados Sociedade de Advogados R.L.
Avenida 25 Abril Edifício Navegador
1011,1º-F 2750-515 Cascais
Telef: (+351) 214 848 860
E-mail: geral@jpassociados.pt

José Saramago & Associados Sociedade de Advogados, RL
Edifício Euro | Rua Pedro Álvares Cabral,
24 - 4º C 2670-391 Infantado, Loures
Telef: (+351) 219 835 555
Fax: (+351) 219 835 557
E-mail: info@jose.saramago.com
Site: www.jose-saramago.com

José Serrão & Associados – Soc. Adv. R.L.
Avenida Duque De Loulé, N.º 47º,
5º Esq 1050-086 Lisboa
Telef: (+351) 213 103 320
E-mail: geral@jsadvogados.com /
joseserrao@jsadvogados.com
Site: www.jsadvogados.com

Júlio Corrêa Mendes & Associados
Av. António José De Almeida, N.º 30 - 2º
Andar 1000-044 Lisboa
Telef: (+351) 217 963 252
E-mail: advogados@jcorreamendes.pt
Site: www.jcorreamendes.pt

KENNEDS
Avenida Engenheiro Duarte Pacheco
Amoreiras, torre 1, piso 5, sala 5
1070-101 Lisboa
Telef: (+351) 213 243 690
E-mail: reception.portugal@kennedslaw.com
Site: www.kennedslaw.com

Lam & Alves – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Do Barranco 75 8400-508
Carvoeiro Lga
Telef: (+351) 282 357 276
E-mail: advogados@lamalves.net

Leal, Faro, Ramos & Tentugal
Rua Caldas Xavier, n.º38, 5º Drt.
4150-162 Porto
Telef: (+351) 226 004 851
E-mail: geral@lfrt.pt | Site: www.lfrt.pt

Lebre Sá Carvalho & Associados Soc. Advogados
Rua Julio De Andrade, 2
1150-206 Lisboa
Telef: (+351) 218 855 440
E-mail: jlfrreitass@lscsa.pt

Legalworks (Gomes Da Silva & Associados) Sociedade de Advogados R.L.
Edifício Espaço Chiado,
Rua Da Misericórdia, N.º14, 6º Andar,
Escritórios 22 E 23 1249-038 Lisboa
Telef: (+351) 213 242 360
E-mail: geral@legalworks.pt
Site: www.legalworks.pt

Leite, Campos, Soutelinho & Associados
Avenida Casal Ribeiro,
Nr. 14 - 9.º 1000-092 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 060
E-mail: geral@lscgsr.com
Site: www.leitecamposoutelinho.com

LeggitTeam, S.L.P. – Sucursal em Portugal
Av. António Augusto de Aguiar,
n.º 90 - 2º 1050-018 Lisboa
Telef: (+351) 211 341 469
E-mail: geralpt@leggitteam.com
Site: www.leggitteam.com

LGP - Soc. Advogados R.L.
Rua Pinheiro Chagas, 17 - 2º
1050-174 Lisboa
Telef: (+351) 213 182 700
E-mail: info@lgp.pt | Site: www.lgp.pt

LINKLATERS LLP
Avenida Fontes Pereira De Melo 14 - 15º
1050-121 Lisboa
Telef: (+351) 218 640 063
E-mail: lucia.ferreira@linklaters.com
Site: www.linklaters.com

Lipari Garcia & Associados Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Da República 56, 7º-E
1050-196 Lisboa
Telef: (+351) 217 962 151
E-mail: geral@liparigarcia.pt

LJ & Associados – Soc. Adv. R.L.
Rua Manuel Tiago, Nr. 83- R/C
2870-353 Montijo
Telef: (+351) 212 309 570
E-mail: geral@lj-advogados.pt

LSPA - LAUREANO SANTOS, PEREIRA DE ALMEIDA E ASSOCIADOS – SOCIEDEDE DE ADVOGADOS, SP
Av. Fontes Pereira de Melo, 35 - 9.º; 1050 -
118 Lisboa, Portugal
Telef: (+351) 213592500
(+351) 213592599
E-mail: @geral@lspa.pt
Site: www.lspa.pt

Lobo, Vasques & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL
Largo Vitorino Damásio, 4 - 1º
Santos-o-Velho 1200-872 Lisboa
Telef: (+351) 213971314
E-mail: info@lobovasques.com
Site: www.lobovasques.com

Lopes Barata & Associados Sociedade de Advogados R.L.
Rua Poeta Bocage 2, 2º D
1600 - 233 Lisboa
Telef: (+351) 213 555 651
E-mail: geralba@netcabo.pt
Site: www.lopesbarata.com

Lopes Cardoso & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Júlio Dinis 247,4.º E/9
4051-401 Porto
Telef: (+351) 226 099 448
E-mail: lca@lopes-cardoso.pt
Site: www.lopes-cardoso.pt

Lopes Dias & Associados Soc. Advogados R.L.
Av.24 De Julho N.º 60 2º Esq
1200-869 Lisboa
Telef: (+351) 213 920 290
E-mail: lopestdias@ld-lawfirm.com
Site: www.ld-lawfirm.com

Luís Barros Figueiredo, Sofia Louro & Associados Soc. Advogados
Av. António Augusto De Aguiar,
165, R/C Esq 1050-014 Lisboa
Telef: (+351) 213 715 310
E-mail: law@law.com.pt
Site: www.law.com.pt

Luís Filipe Chaveiro & Associados
Av. Duque D' Ávila, 185, 1ºc
1050-082 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 550
E-mail: lfchaveiro@lfc-associados.com

Luís Laureano Santos & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Fontes Pereira De Melo, 19 - 3º
1050-116 Lisboa
Telef: (+351) 213 592 500
E-mail: geral@lsc.pt | Site: www.lsc.pt

Luís Loureiro, João Gomes & Associados-Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Doutor António José Almeida
23,4º-D 3510-046 Viseu
Telef: (+351) 232 431 368
E-mail: geral.ljg.adv@mailtelepac.pt

Luís S. Rodrigues & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
Campo Grande, 28 - 6º A
1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 969 712
E-mail: lsr-lisboa@pratica-legal.com
Site: www.lsrassociados.com

Lumbrales & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Camilo Castelo Branco, Nr. 23 - 4º.
1150-083 Lisboa
Telef: (+351) 213 149 870
E-mail: geral@lumbrales-associados.eu
Site: www.lumbrales-associados.eu

M. Rodrigues & Associados
Avenida 5 de Outubro, Nr. 53, 5.º andar
1050-048 Lisboa
Telef: (+351) 213 546 599
E-mail: geral@mrodriguesassociados.pt
Site: www.mrodriguesassociados.pt

Macedo Vitorino & Associados Sociedade de Advogados
Rua Do Alecrim, 26 E 1200-018 Lisboa
Telef: (+351) 213 241 900
E-mail: mva@macedovitorino.com
Site: www.macedovitorino.com

Machado Ruivo & Associados Sociedade de Advogados
Rua Camilo Castelo Branco 122, 1º
4760-127 Vila Nova De Famalicão
Telef: (+351) 252 322 402
E-mail: mruivoassociados@mailtelepac.pt

Magalhães Pereira e Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
Av. António Augusto de Aguiar, n.º 19,
1º dtº 1050-012 LISBOA
Telef: + 351 213 875 141
Email: geral@mpassociados.pt
Site: www.mpassociados.pt

Maltez, Amaro & Associados Sociedade de Advogados R.L.
Av. Conde Valbom. Nr.1, Escr. B
1050-066 Lisboa
Telef: (+351) 213 147 313
E-mail: mman-law@mman-law.com

MANO & RODRIGUES – Sociedade de Advogados, R.L.
Edifício Mota-Galiza Rua Júlio Dinis,
247 - 5º E 4 4050-324 Porto – Portugal
Telef: (+351) 22 606 99 13
Email: geral@mradvogados.com
Site: www.mradvogados.com

Manuel Guerra Pinheiro, Paulo Reis & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Latino Coelho, N.º1, 6º Andar,
Edif. Hi-Fi 1050-132 Lisboa
Telef: (+351) 210 010 640
E-mail: lisboa@g-advogados.com
Site: www.g-advogados.com

Manuel José Guerreiro & Associados
Rua Comendador António Hipólito 6º B
2560-134 Torres Vedras
Telef: (+351) 261 327 320 / 261 327 325
E-mail: soc.advogados@mjguerreiro.pt
Site: www.mjguerreiro.pt

Manuel Rebanda, Pereira Monteiro & Associados Sociedade de Advogados
Rua João Machado 100,5º-S 505
3000-226 Coimbra
Telef: (+351) 239 851 950
E-mail: geral@mrpmadv.pt

Maria Ferreira, Fernandes Ferreira
Alameda da Quinta de Santo António,
Nº 13F 1600-675 Lisboa
Telef: (+351) 213 551 811
E-mail: geral@mfff.pt

Marques Bom & Associados Soc. Advogados, R.L.
Av. Duque De Loulé, 5 - 6º 1050-085 Lisboa
Telef: (+351) 213 504 510/1
E-mail: geral@marquesbom.com
Site: www.marquesbom.com

Martins Alfaro, Rui Teixeira & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Av. República, N.º 44, 7º Esq
1050-194 Lisboa
Telef: (+351) 217 803 010
E-mail: geral@lisbonlegal.com
Site: www.lisbonlegal.com

Matos Ferreira & Associados Sociedade De Advogados
Rua Do Conde De Redondo, N.º 8,
4.º Dto 1150-105 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 190
E-mail: pedromf@lis.ulusiada.pt

MC&A - Sociedade De Advogados, R.L.
Avenida Da Liberdade, 262 – 4.º Esq.
1250-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 569 930
E-mail: vmc@legalmca.com
Site: www.legalmca.com

MCJ Advogados
Largo De Jesus, N.º 1-B 2900-499 Setúbal
Telef: (+351) 265 530 260
E-mail: mcj@mcjadvogados.com.pt
Site: www.mcjadvogados.com.pt

Mendes Ferreira & Associados Soc. Advogados R.L.
Av. Da Boavista, 3477 - 3521-S.
308-309 Edifício Avis 4100-139 Porto
Telef: (+351) 226 098 915
E-mail: info@mendesferreira.com
Site: www.mflaweu

Messias Carvalho, Sónia de Carvalho & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua De Vilar, N.º 235, 6.º-Esq.
Edifício Scala 4050-626 Porto
Telef: (+351) 226 076 070
E-mail: geral@mcsc.pt
Site: www.mcsc.pt

MGRA & Associados, R.L.
Avenida Praia Da Vitória, N.º 48,
3.º Andar Dt.º 1050-184 Lisboa
Telef: (+351) 213 595 090
E-mail: mgra@mgra.pt
Site: www.mgra.eu

Miguel Veiga, Neiva Santos & Associados - Sociedade de Advogados
Rua Picaria 75 4050-478 Porto
Telef: (+351) 220 113 000
E-mail: mail@mvasoc.pt

Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
Lisboa: Av. Engenheiro Duarte Pacheco, 7 1070-100 Lisboa
Telef: (+351) 217 814 800
(+351) 217 814 802
Porto: Rua Júlio Dinis, n.º 826, 4.º andar
4050-322 Porto
Telef: (+351) 220 439 500
(+351) 220 439 501
Site: www.mirandalawfirm.com

MLA - Maricato, Lima & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.
Rua das Picoas, 12 - 2.º andar
1050-173 Lisboa
Telef: (+351) 219 364 200
E-mail: mla@mlla.pt
Site: www.mlla.pt

MLJ - Sociedade e Advogados R.L.
Avenida Visconde Valmor N.º 41 - 2.º
Esq.1050-237 Lisboa
Telef: (+351) 217 800 280/1
E-mail: mfreitas@mlj-advogados.com /
lneves@mlj-advogados.com
Site: www.mlj-advogados.com

Monforte Calheiros & Associados Sociedade de Advogados
Avenida Sidónio Pais 24, 5.º- Dto
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 163 450
E-mail: mc@mc-law.com.pt

Monereo Meer Advogados
Rua Filipe Folque n.º 10 J – 4.º dto.
1050 -113 Lisboa
Telef: + 351 210 203 478
E-mail: lis@mmmm.pt
Site: www.mmmm.pt

Montalvão Martins & Associados Sociedade de Advogados
Avenida Da República 64, 8.º
1050-197 Lisboa
Telef: (+351) 217 827 120
E-mail: montalvaassociados@gmail.com

Monteiro Gomes Advogados Edifício Aviz
Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 35 – 6.º D –
1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 139 010
E-mail: geral@mgadvogados.pt
Site: www.mgadvogados.pt

Monterroso & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida General Pedro Cardoso
Nr. 1 Apartado 726
2504-917 Caldas Da Rainha
Telef: (+351) 262 249 030
E-mail: geral@madv.pt
Site: www.madv.pt

Morais Leitão, Galvão Telles, Soares da Silva & Assoc., R.L.
Rua Castilho, 165 1070-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 817 400
E-mail: mlgtslisboa@mlgts.pt
Site: www.mlgts.pt

MORE than lawyers
Rua Castilho, 57, R/C Direito
1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 147 150
E-mail: teresa@more.pt
Site: www.more.pt

Mota Pereira & Associados Sociedade De Advogados RL
Avenida Guerra Junqueiro 3,2.º-E
1000-166 Lisboa
Telef: (+351) 218 453 500
E-mail: advogados@motapereira.pt
Site: www.motapereira.pt

MPABS - Menéres Pimentel, Ataíde Bailão, Sevivas & Associados Soc. Adv. R.L.
Av. Guerra Junqueiro, 5 2.º Dto
1000-166 Lisboa
Telef: (+351) 218 437 460
E-mail: mpabs@mpabs.pt
Site: www.mpabs.pt

MRA - Miguel Reis & Associados Sociedade de Advogados RL
Rua Marquês de Fronteira 76-5.º,
1070-299 Lisboa
Telef: (+351) 213 852 138
E-mail: info@lawrei.com
Site: www.lawrei.com.pt

MSP ADOVADOS - Matias Serra, Ferreira da Silva, Paulo Duarte, Sofia Pena, José Pedro Sousa
Praça Pedro Nunes, 94 4050-466 Porto
Telef: (+351) 226 091 116
E-mail: mslawfirms@gmail.com
Site: www.mspadvogados.org

N. Maldonado Sousa & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Sidónio Pais, 16 2.º. Esq.
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 760
E-mail: info@nmsadvogados.pt
Site: www.nmsadvogados.pt

Nascimento Catarino & Associados Soc. Advogados, R.L.
Av. Eng. Duarte Pacheco, Amoreiras,
Torre 2, Piso 14.º - E 1070-102 Lisboa
Telef: (+351) 213 869 300
E-mail: info@ncadvogados.com
Site: www.ncadvogados.com

Neto Mesquita E Associados Sociedade De Advogados
Rua Marquês Fronteira 4-C, 3.º-E
1070-295 Lisboa
Telef: (+351) 213 841 900
E-mail: geral.nmadvogados@netcabo.pt

Neves Lima & Associados Soc. Advogados, R.L.
Av. Marquês De Tomar, 44-3.º
1050-156 Lisboa
Telef: (+351) 213 849 070
E-mail: geral@neveslima.com
Site: www.neveslima.com

Neville De Rougemont & Associados - Soc. Advogados R.L.
Av. Casal Ribeiro, Nr. 50, 6.º Andar
1000-093 Lisboa
Telef: (+351) 213 191 290
E-mail: info@ndr.pt
Site: www.nevillederougemont.com

Nicolina Cabrita & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Fontes Pereira Melo
Bloco A1-35, 18.º-D 1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 217 811 100
E-mail: ncacs.socadv@netcabo.pt
Site: www.ncacs.pt/pt

Nobre Guedes, Mota Soares & Associados Sociedade de Advogados, RL
Rua Braamcamp, 90, 3.º
1250-052 Lisboa
Telef: (+351) 210 900 300
E-mail: ngms@ngms.pt | **Site:** www.ngms.pt

Noronha Advogados
Av. António Augusto Aguiar, 148 -4.ºc/5.ºc
1050-021 Lisboa
Telef: (+351) 213 894 178
E-mail: noadlis@noronhaadvogados.com.br
Site: www.noronhaadvogados.com.br

Nova Advogados
Av. General Humberto Delgado, 20-1.º
4800-158 Guimarães
Telef: (+351) 253 774 461
E-mail: nova@novalegal.pt
Site: www.novalegal.pt

Nuno Fonseca Alves, Fabiana Azevedo & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL
Largo da Paz, 41, 4050-460 Porto
Telef: (+351) 222440820
Email: geral@nfs-advogados.com
Site: www.nfs-advogados.com

Kore Partners
Rua Garrett, 19-2.ºC 1200-203 Lisboa
Telef: (+351) 215 849 530
E-mail: kore@korepartners.com
Site: www.korepartners.com

PACC.V - Mendes Pinto, Cunha Araújo, Borges De Carvalho, Calçada, Vareiro & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Braamcamp, N.º 6, 1.º Esq.
1250-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 802 620
E-mail: geral@paccv.com
Site: www.paccv.com

Pacheco De Amorim, Miranda Blom & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Dr. Antunes Guimarães, Nr. 628
4100-075 Porto
Telef: (+351) 225 323 890
E-mail: sede@pa-advogados.pt
Site: www.pa-advogados.pt

Pancada Fonseca, Costa Oliveira & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Defensores De Chaves, N.º69, R/C Esq.
1000-114 Lisboa
Telef: (+351) 217 815 370/8
E-mail: fcostaoliveira@netcabo.pt
Site: www.pfco.pt

Pares Advogados
Rua Alexandre Herculano, N.º23, 2.º
1250-008 Lisboa
Telef: (+351) 210 936 404
E-mail: geral@paresadvogados.com
Site: www.paresadvogados.com

Paula Esteves Escritório de Advogados
Eua Camilo Castelo Branco, 30a
8200-276 Albufeira
Telef: (+351) 218 472 106
E-mail: pe@peadvogados.pt
Site: www.peadvogados.pt

Paulo De Almeida & Associados
Av. Da Republica N.º 14 - 6.º 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 584 700
E-mail: advogados@paasa.pt
Site: www.paulodealmeida.com

Paulo Silva & Associados
Rua Ramiro Ferrão, Nr. 13C
2805-356 Almada
Telef: (+351) 212 729 380
E-mail: psa@psa.pt | **Site:** www.psa.pt

PaxLegal - Patrício, Pestana & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua Joshua Benoliel, 6, 8-A 1250-133 Lisboa
Telef: 213850046
E-mail: paxlegal@paxlegal.pt

pbbr.a - Sociedade de Advogados, RL
Avenida da Liberdade, 110-6,
1250-146 Lisboa
Telef: (+351) 213 264 747
E-mail: geral@pbbr.pt | **Site:** www.pbbr.pt

Pedro Soares, Ana Mafalda Matos & Associados - Soc. Advogados
Avenida República 679, 4.º-S 44-46
4450-242 Matosinhos
Telef: (+351) 229 373 165
E-mail: pedro.soares@pedrosoareseassociados.com
Site: www.pedrosoareseassociados.com

Pereira da Cruz & Associados Sociedade de Advogados
Lisboa: Rua Victor Cordon, n.º 14
1200-484 Lisboa
Telef: (+351) 213 244 644
E-mail: info@pca-advogados.pt
Porto: Edifício Hoechst
Av. Sidónio Pais, 379 Sala 1.14 – Piso 1
4100-468 Boavista Porto
E-mail: porto@pca-advogados.pt
Site: www.pca-advogados.pt

Pereira de Almeida & Associados
Av. António Augusto de Aguiar, n.º21 –
5.ºDt.º 1050 - 012 Lisboa
Telef: (+351) 218 452 460
E-mail: geral@aapa-law.com
Site: www.aapa-law.com

Pereira Fernandes & Associados Sociedade de Advogados
Avenida António De Serpa, 34, 8º C/D
1050-027 Lisboa
Telef: (+351) 217 996 180
E-mail: info@pfadvogados.com
Site: www.pfadvogados.com

Pereira Pinto & Associados
Avenida das Descobertas, Nr. 15, 1º D,
Infantado 2670-383 Loures
Telef: (+351) 219 822 073
E-mail: geral@pereinapinto.pt
Site: www.pereinapinto.pt

Pinheiro Torres, Cabral, Sousa e Silva & Associados
Rua Mota Pinto, 42F, 1º, 109 4100-353 Porto
Telef: (+351) 226 052 140
E-mail: geral@ptcs.pt | **Site:** www.ptcs.pt

Pinheiro Torres, Cabral, Sousa e Silva & Associados
Rua Mota Pinto, 42F, 1º, 109
4100-353 Porto
Telef: (+351) 226 052 140
E-mail: geral@ptcs.pt | **Site:** www.ptcs.pt

Pinto Ribeiro Advogados
Rua Duque de Palmela, 27-1º Esq
1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 800
E-mail: geral@pintoribeiro.pt
Site: www.pintoribeiro.pt

PJM Advogados
Alameda da Guia Edifício Oceano,
n.º 124-A 2750-368
Cascais – Lisboa – Portugal
GPS: 38°41'54.77"N 9°26'21.2"W
E-mail: geral@pjmadvogados.com
Telefone: (+351) 915 276 878
Site: www.pjmadvogados.com

PLA – Francisco Preto, Lia Araújo & Associados
Edifício Sotto Maor, 1.º E 2.º,
Largo Do Arrabalde 5400-093 Chaves
Telef: (+351) 276 340 680
E-mail: geral@pla-advogados.com
Site: www.pla-advogados.com

PLEN – Deus Pinheiro, Ferreira de Lemos, Pita Negrão Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Castilho, Nr. 59, 4º Dto
1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 513 580
E-mail: plen@plen.pt
Site: www.plen.pt

PLMJ – Sociedade de Advogados, RL
Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 43
1050-119 Lisboa
Telef: (+351) 21 319 73 00
Site: www.plmj.com
Porto: Porto Office Park Av. de Sidónio
Pais, 153 4100-467 Porto, Portugal
Faro: R. Reitor Teixeira Guedes, 11A
8000-422 Faro, Portugal

PMBGR – Trocado Perr Durães Rocha & Associados Soc. de Advogados R.L.
Av. Conselheiro Fernando De Sousa,
Nº 19 – 18º 1070-072 Lisboa
Telef: (+351) 213 846 300
E-mail: pmbgr@pmbgr.pt
Site: www.pmbgr.pt

PMC | José Pujol, Luís Marçal, Jorge Calisto & Associados
Av. António Augusto Aguiar, Nr. 11 - 1º E
1050-010 Lisboa
Telef: (+351) 213 178 690
E-mail: geral@pmc-advogados.pt
Site: www.pmc-advogados.pt

PMCG – Sociedade De Advogados, Sp, R.L.
Avenida da Liberdade n.º 258, 9
1250 -149 Lisboa
Telef: (+351) 210 937 042
Fax: (+351) 211 956 491
E-mail: geral@pmcg.pt
Site: www.pmcg.pt

PMCM - Advogados
Rua Castilho, 44, 3º Andar 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 220
Fax: (+351) 213 845 221
E-mail: geral.lisboa@aport.pt
Site: www.pmcmm.pt

PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados
Rua Rodrigo da Fonseca, Nr. 82, 1.º Dt.º,
2.º Esq.º, 2.º Dt.º e 4.º Dt.º 1250-193 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 940
E-mail: lisboa@pra.pt | **Site:** www.pra.pt

Quintas Jardim Fernandes & Associados - Sociedade de Advogados
Rua Ferreiros 260 9000-082 Funchal
Telef: (+351) 291 224 707
E-mail: qjfgeral@qjfflegal.com
Site: www.qjfflegal.com

Ramirez & Advogados R.L.
Av. 5 De Outubro Nº 12 - 3º Dtº
1050-056 Lisboa
Telef: (+351) 213 542 275
E-mail: geral@ramirez-advogados.pt
Site: www.ramirez-advogados.pt

Raposo Bernardo & Associados
Av. Fontes Pereira de Melo, 35, 18º –
1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 121 330
E-mail: lisboa@raposobernardo.com
Site: www.raposobernardo.com

RCA – Colmonero & Associados Soc. Advogados R.L.
Av. 5 De Outubro, Nr.10 4º Esq.
1050-056 Lisboa
Telef: (+351) 213 513 380
E-mail: rca@colmonero.com
Site: www.colmonero.com

Regal, Varela, Ramos & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Fontes Pereira De Melo, 35, 1ºB
1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 510
E-mail: geral@rvrr.pt
Site: www.rvrr.pt

RFF & Associados
Praça Marquês de Pombal nº16 5º/6º
1250-163 Lisboa
Telef: (+351) 215 915 220
E-mail: contacto@rffadvogados.pt
Site: www.rffadvogados.com

Rodl & Partner
Rua João Chagas, 10 B Dtº
1500-493 Lisboa
Telef: (+351) 212 472 688
Site: www.roedl.com

Rodrigues Alves & Associados – Sociedade de Advogados
Avenida António Augusto Aguiar, 11-R/C-E
1050-010 Lisboa
Telef: (+351) 213 515 210
E-mail: geral@rodriguesalvesadvogados.pt
Site: rodriguesalvesadvogados.pai.pt

Rogério Alves & Associados
Av. Álvares Cabral, 61 - 4º E 5º
1250-017 Lisboa
Telef: (+351) 213 911 040
E-mail: geral@raassociados.pt
Site: www.raassociados.pt

Roldão Mendonça, Teresa Jorge & Associados – Soc. Advogados R.L.
Rua Dr. Almada Guerra, Nº 28 E 30
Portela De Sintra 2710-417 Sintra
Telef: (+351) 213 911 040
E-mail: advogados@rmtja.com
Site: www.advogados-rmtja.com

Roseira & Pereira Sociedade de advogados r.l
Rua Álvares Cabral 235 4050-041 Porto
Telef: (+351) 223 390 106
E-mail: roseira.pereira@mail.telepac.pt

RPP Advogados
Rua Visconde de Seabra, 3 – 1ºDtº
1700-421 Lisboa
Telef: (+351) 217 653 860
Fax: (+351) 217 653 869
E-mail: rrp@lisboa@rrp.pt
Site: www.rrp.pt

RSA – Raposo Subtil e Associados
Rua Bernardo Lima, Nº 3 1150-074 Lisboa
Telef: (+351) 213 566 400
E-mail: geral@rsa-lp.com
Site: www.rsa-advogados.pt

RSN – Remelgado Silva Nogueira & Associados
Av. Dr. Antunes Guimarães, 423
4100-080 Porto
Telef: 222 089 491
E-mail: adm@rsnadvogados.com
Site: www.rsnadvogados.com

Rui Pinto Duarte & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Castilho, 14-C, 5.º
1250-069 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 460
E-mail: geral@rpdadvogados.pt
Site: www.rpdadvogados.pt

Sampaio, Peres & Associados
Avenida Elias Garcia 20,7º
1000-149 Lisboa
Telef: (+351) 217 970 014
E-mail: osa-58431@adv.ao.pt

Saraiva Lima & Associados
Avenida António Augusto de Aguiar,
nº 15 – 1º Direito 1050-012 Lisboa
Telef: 213 110 790
Site: www.saraivalima.com

Saragoça da Matta & Silveiro de Barros – Soc. Advogados
Rua Carlos Testa Nº 1 - 5 B
1050-046 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 680
E-mail: info@smsb.pt
Site: www.smsb.pt

Seabra, Cunha, Marta & Associados
R. Marquês De Fronteira, 117- 3º Esq.
1070-292 Lisboa
Telef: (+351) 213 841 840
E-mail: advogados@sgfc-law.pt
Site: www.sgfc-law.pt

Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua Garrett, 64- 1200-204 Lisboa
Telef: 210933000
E-mail: servulo@servulo.com
Site: www.servulo.com

Silva e Sousa & Associados - Soc. Advogados R.L.
Av. Praia Da Vitória 48 - 3º Esq
1050-184 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 740
E-mail: secretariado@iberjuris.com
Site: www.iberjuris.com

Simões Correia Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Rodrigo Da Fonseca, 178, 1º Dto.
1070-243 Lisboa
Telef: (+351) 213 713 220
E-mail: geral@simoescorreiaassociados.pt
Site: www.simoescorreiaassociados.pt

SLCM//Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua General Firmino Miguel, Nº3, Torre 2
10º B | 1600-100 Lisboa
Telef: (+351) 217 234 000
E-mail: slcm@slcm.pt | **Site:** www.slcm.pt

Sottomaor & Associados
Rua Do Nogueiral, 9 2350-724 Torres Novas
Telef: (+351) 249 812 667
E-mail: geral@sottomaorassociados.com /
sottomaorassociados@gmail.com
Site: www.sottomaorassociados.com

Sousa Guedes, Oliveira Couto & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Ricardo Severo, 132 4050-515 Porto
Telef: (+351) 225 430 230
E-mail: sgoc@sgoc.pt | **Site:** www.sgoc.pt

Sousa Machado, Ferreira da Costa & Associados – Soc. de Advogados R.L.
Rua Castilho Nr. 5 - 4º 1250-066 Lisboa
Telef: (+351) 210 924 800
E-mail: mail@smfnet.com
Site: www.smfnet.pt

SPS Advogados – Sociedade de Advogados
Rua General Firmino Miguel, n.º 5 – 11º
1600-100 Lisboa
Telef: (351) 217 803 640
E-mail: info@spsadvogados.com
Site: www.spsadvogados.com

SRS Advogados
R. Dom Francisco Manuel de Melo 21
1070-085 Lisboa
Telef: (+351) 213 132 000
E-mail: geral.portugal@srslegal.pt
Site: www.srslegal.pt

Sternberg Galamba & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Nv Trindade 1,5º-Porta S
1200-301 Lisboa
Telef: (+351) 213 219 900
E-mail: sga.advogados@stga.pt

Tavares de Carvalho & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Tierno Galvan (Amoreiras)
Torre 3, 17º Piso 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 825 820
E-mail: tca@tc-advogados.pt

Teresa Patrício & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Almirante Gago Coutinho, 96
1700-031 Lisboa
Telef: (+351) 217 981 030
E-mail: info@tpalaw.pt
Site: www.tpalaw.com

Telles de Abreu Advogados
Av. Marechal Gomes da Costa, 1131
4150-360 Porto · Portugal
Telef: (+351) 220 308 800
E-mail: geral@telles.pt
Site: www.telles.pt

TFRA – Sociedade de Advogados
Av. da República, 32 - 4.º Esq.
1050-193 Lisboa
Telef: 217 815 660
E-mail: lawfirm@tfra.pt | **Site:** www.tfra.pt

TLCB Advogados – Amorim Teixeira, Couto, Borges & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua De Vilar, 235, 4º Andar, Sala 404
4050-626 Porto
Telef: (+351) 222 085 316
E-mail: geral@tlcb.pt | **Site:** www.tlcb.pt

TMA – Tenreiro Martins, Tomás & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Da Liberdade Nr. 9, 5º 1250-139 Lisboa
Telef: (+351) 217 615 510
E-mail: tma@tma-advogados.pt
Site: www.tma-advogados.pt

Uría Menéndez, Proença de Carvalho
Edifício Rodrigo Uría – Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 1250-162 Lisboa
Telef: (+351) 210 308 600
E-mail: lisboa@uria.com
Site: www.uria.com

Vasconcelos, Arruda & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Joshua Benoliel, 6 – 7º A
1250-133 Lisboa
Telef: (+351) 218 299 340
E-mail: geral@vaassociados.com
Site: www.vaassociados.com

Vaz Serra & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Av. Sidónio Pais 16 - 5º Dto
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 840 086
E-mail: lawyers@vsa-law.net
Site: www.vsa-law.net

Vieira de Almeida & Associados
Rua Dom Luís I, 28 1200-151 Lisboa
Telef: (+351) 213 113 400
E-mail: lisboa@vda.pt | **Site:** www.vda.pt

Vespasiano Macedo & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Do Raio, 301 4710-923 Braga
Telef: (+351) 253 203 550
E-mail: vm-advogados@vm-advogados.pt
Site: www.vm-advogados.pt

Victor Marques e Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Actor Taborda, Nº 27 – 4º Dto
1000-007 Lisboa
Telef: (+351) 213 521 545
E-mail: geral@vm-advogados.com
Site: www.vm-advogados.com

Vieira Advogados
Rua de Janes, 20, 1º andar, sala 101
4700-318 Braga
Telef: (+351) 253 995 296
E-mail: braga@vieiralawfirm.eu
Site: www.vieiralawfirm.eu

Vieira Conde & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Edifício Arnado, Business Center - Piso 1, Sala 7, Rua João De Ruão, Nr. 12
3000-229 Coimbra
Telef: (+351) 239 854 610
E-mail: geral@vc-advogados.pt
Site: www.vc-advogados.pt

Vieira Fonseca & Associados
Praça Do Príncipe Real, 28, 3ª Andar
1250-184 Lisboa
Telef: (+351) 218 429 920
E-mail: master@vfadogados.pt
Site: www.vieirafonseca.pt

Vieira, Costa Gomes Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Miguel Bombarda, Nº 36 – 5º B
Edifício Presidente 1050-165 Lisboa
Telef: (+351) 217 810 910
E-mail: geral@vieiracostagomes.pt
Site: www.vieiracostagomes.pt

Villalobos & Associados – Sociedade de Advogados
Rua Tierno Galvan Torre 3, 4º-S 412
1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 813 170
E-mail: v.a@villalobosadv.com

VPA – Venture Partners Advogados
Rua Projectada à Matinha, Prédio A, 1ºB
1950-327 Lisboa
Telef: (+351) 211 387 417
E-mail: mail@vpa.pt | **Site:** www.vpa.pt

VPSM & Associados
Av. Da República, Nº6 - 4º 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 588 710
E-mail: geral@vpsm.eu | **Site:** www.vpsm.eu

HALX Advogados
Rua João Penha 10 r/c 1250-131 Lisboa
Telef: + 351 213 869 333
E-mail: halx@halx-advogados.com
Site: halx@halx-advogados.com

olanda Busse, Oehen Mendes & Associados . Soc. Adv. R.L.
Av. Dr. Antunes Guimarães, 700
4100-075 Porto
Telef: (+351) 226 100 001
E-mail: bom@netcabo.pt
Site: www.bom.eu

Esta é uma listagem representativa das sociedades e dos escritórios de advogados disponíveis no mercado português, elaborada com base na recolha de informação feita pelo Jornal Económico.

